

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

GABRIELLI DA SILVA PIO BERTOLDI

PARTILHAR SABERES E CONSTRUIR FAZERES: A EDUCAÇÃO POPULAR EM UM
CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL,
CAMPUS ALVORADA

Porto Alegre

2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

GABRIELLI DA SILVA PIO BERTOLDI

Partilhar saberes e construir fazeres: a educação popular em um contexto socioambiental no Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Alvorada.

Dissertação de Mestrado apresentada para o Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edla Eggert

Porto Alegre
2019

Ficha Catalográfica

P662p Pio Bertoldi, Gabrielli da Silva

Partilhar saberes e construir fazeres : a educação popular em um contexto socioambiental no Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Alvorada / Gabrielli da Silva Pio Bertoldi . – 2019.

130 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Edla Eggert.

1. Institutos Federais. 2. Educação popular. 3. Conflitos ambientais. 4. Justiça ambiental. 5. Práticas ambientalmente orientadas. I. Eggert, Edla. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

Dedico essa dissertação a meus pais, Ondina da Silva Pio e Enir Ferreira Pio, pessoas humildes e amorosas, a meu companheiro Ricardo Lopes Bertoldi o melhor parceiro de diálogos e reflexões, e a todas as mulheres negras, guerreiras, lutadoras e empoderadas.

“No soy pobre, soy sóbrio, liviano de equipaje, vivir con lo justo para que las cosas no me roben la libertad” (Pepe Mujica, presidente do Uruguai de 2010 a 2015).

AGRADECIMENTOS

Ao final dessa caminhada de dois anos, gostaria de agradecer a algumas pessoas e instituições pelo apoio durante o processo....

...a meus queridos pais pelo incentivo aos estudos.

...a meu companheiro Ricardo por possibilitar que esse momento fosse curtido de maneira tranquila, por apoiar minha busca por conhecimento, e por ser uma pessoa tão especial na minha vida.

...a professora Dra. Edla Eggert por me receber como orientanda, pela liberdade e sororidade prestada ao longo do processo.

...a professora Dra. Isabel Carvalho pela inspiração no campo da Educação Ambiental.

...a amiga Lilian Schimidt pelos inúmeros abraços, sorrisos, lágrimas, conversas olhos nos olhos, pela simplicidade e parceria. A “providência” que nos uniu sabia o quanto você é especial e me daria força. Que as árvores da vida te reservem os melhores frutos amiga.

...as amigas Sara e Íris pelo carinho, afeto, acolhimento, diálogos, abraços. Por viverem esse momento junto comigo. Mais do que colegas de mestrado, amigas queridas que ganhei durante esse processo.

...a Capes e ao CNPq por possibilitarem a realização da pesquisa por intermédio da bolsa integral de mestrado, sem a qual não teria sido possível efetuar essa etapa da minha formação acadêmica. Continuem investindo na educação sem fazer distinção entre as áreas de conhecimento. Nosso país merece mais mentes reflexivas e humanas.

RESUMO

Essa dissertação teve como escopo compreender como se manifestam as relações socioambientais entre o campus Alvorada do IFRS e a sua comunidade. O gatilho que impulsionou o estudo foi à prática ambientalmente orientada dos mutirões de limpeza de lixo, realizados na rua da instituição, e reproduzidos posteriormente pela comunidade local, instalada em uma área de ocupação popular. A metodologia valeu-se dos princípios da pesquisa participante evidenciados pela educação popular, observação participante em aulas, coletivos, eventos, projetos de extensão, conversas com diversos atores sociais do campus Alvorada, entrevistas individuais com cinco moradores da comunidade, e um grupo de discussão com seis estudantes e uma mãe de estudante, todos moradores de Alvorada. Após as entrevistas e o grupo de discussão, os dados foram analisados à luz da educação popular e seus modos de pensar a coletividade, a descolonização das mentes e o processo de ação-reflexão, assim como as relações socioambientais foram avaliadas tendo como base os processos de injustiça ambiental, conflitos ambientais, e sujeito ecológico. Os resultados indicam que a comunidade que frequenta a instituição resiste, luta, e aprende a ter esperança nesse lugar. A área onde o campus está localizado se configura como uma “zona de sacrifício”, e a comunidade que reside na “Av. A” sofre diariamente diversas injustiças ambientais. Os temas da inclusão, do meio ambiente e da atualidade local e global estão em redes de conexão entre essa comunidade escolar e são desenvolvidos de maneira orgânica.

Palavras chave: Institutos Federais, educação popular, conflitos ambientais, justiça ambiental, práticas ambientalmente orientadas.

RESUMEN

Esta disertación tuvo como objetivo comprender cómo se manifiestan las relaciones socioambientales que se expresan entre el campus Alvorada del IFRS y su comunidad. El gatillo que impulsó el estudio fue a la práctica ambientalmente orientada de los mutirones de limpieza de basura, realizados en la calle de la institución, y reproducidos posteriormente por la comunidad local, instalada en un área de ocupación popular. La metodología se valió de los principios de la investigación participante evidenciados por la educación popular, observación participante en clases, colectivos, eventos, proyectos de extensión, conversaciones con diversos actores sociales del campus Alvorada, entrevistas individuales con cinco vecinos de la comunidad, y un grupo de discusión con seis estudiantes y una madre de estudiante, todos los habitantes de Alvorada. Después de las entrevistas y el grupo de discusión, los datos fueron analizados a la luz de la educación popular y sus modos de pensar la colectividad, la descolonización de las mentes y el proceso de acción-reflexión, así como las relaciones socioambientales fueron evaluadas teniendo como base los procesos de injusticia ambiental, conflictos ambientales, y sujeto ecológico. Los resultados indican que la comunidad que frecuenta la institución resiste, lucha, y aprende a tener esperanza en ese lugar. El área donde el campus está ubicado se configura como una "zona de sacrificio", y la comunidad que reside en la "Av. A" sufre diariamente diversas injusticias ambientales. Los temas de la inclusión, del medio ambiente y de la actualidad local y global están en redes de conexión entre esa comunidad escolar y se desarrollan de manera orgánica.

Palabras clave: Institutos Federales, educación popular, conflictos ambientales, justicia ambiental, prácticas ambientalmente orientadas.

LISTA DE SIGLAS

APP's	Áreas de proteção permanente
CEFET-MG	Centros Federais de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEFET-RJ	Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ
CEFETS	Centros Federais de Educação Tecnológica
IFES	Instituições Federais de Educação Superior
GD	Grupo de Discussão
IFFar	Instituto Federal de Farroupilha
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IF's	Institutos Federais
IFSul	Instituto Federal Sul Rio-grandense
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, assexual e outros.
PPG	Programa de Pós Graduação
PPGEdu	Programa de Pós Graduação em Educação
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
TALE	Termos de Assentimento Livre Esclarecido
TCLA	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Montagem de fotos do primeiro mutirão de limpeza do lixo efetuado pelos estudantes, docentes e servidores do IFRS, campus Alvorada.....	20
Figura 2 – Mapa conceitual reflexivo sobre o campus Alvorada do IFRS elaborado com base nas reflexões de campo exploratório.....	21
Figura 3 – Macrozonas de Alvorada e descarte de resíduos.....	61
Figura 4 – Montagem fotos portaria do campus Alvorada e casas da Av. A observadas da janela do refeitório.....	62
Figura 5 – Prédio do Campus Alvorada do IFRS.....	72
Figura 6 – Apresentação de estudantes das escolas locais e do IFRS Alvorada na 10ª Edição do Sarau do Sol e da Lua.....	73
Figura 7 – Composição de imagens dos encontros do coletivo Marielle Franco no ano de 2018.....	77

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Uma partícipe do grupo dos “esfarrapados do mundo”	12
1.2 Encontros e caminhos da pesquisa: o fenômeno dos mutirões de limpeza.....	18
2. ARGUMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS QUE ORIENTAM ESSA PESQUISA.....	24
2. 1 Relações sociedade-ambiente.....	24
2. 2 Sujeito Ecológico.....	26
2. 3 Conflitos ambientais e justiça ambiental.....	28
2. 4 A pedagogia que contribui para a autonomia dessa pesquisa.....	35
2.5 A pesquisa participante e seu compromisso político e pedagógico.....	41
2. 6 Grupos de Discussão e entrevistas individuais: a pesquisa participante e o exercício da confiança.....	45
3. A CIDADE DE ALVORADA.....	56
3.1 A cidade de Alvorada pelos olhos de meus interlocutores.....	61
3.2 O campus Alvorada do Instituto Federal do Rio Grande do Sul: um cenário de percepções e trocas.....	71
4. INSTITUTOS FEDERAIS E O COMPROMISSO COM AS CLASSES POPULARES.....	80
4. 1 O campus Alvorada na visão dos estudantes que participaram do grupo de discussão.....	85
4.2 O campus Alvorada na visão dos moradores da comunidade da Av. A e alguns apontamentos reflexivos.....	91
4. 3 A questão do lixo urbano e os mutirões de limpeza.....	95
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS.....	117
APENDICES.....	123
Termo de assentimento livre e esclarecido – TALE.....	124
Termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE.....	125
Questionário complementar.....	126
ANEXOS.....	129
Poema Os ninguéns de Eduardo Galeano.....	130

1. INTRODUÇÃO

Nesse primeiro capítulo pretendo fazer dois movimentos: explicar sobre o que se trata essa dissertação e me apresentar à pessoa que lê. Ao longo do texto da dissertação tomei a liberdade de escrever em primeira pessoa e de acrescentar imagens dos ambientes, descrevendo lugares, acontecimentos, e interlocutores, de maneira que aquelas (es) que pretendam se apropriar desta leitura, consigam enxergar os lugares e suas texturas, aproximando-se deles por intermédio da leitura.

Essa pesquisa aconteceu entre março de 2017 e fevereiro de 2019 e teve como lugar o campus Alvorada do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, o qual foi escolhido com intuito conhecer e analisar do ponto de vista de estudos da educação ambiental e da pesquisa participante suas ações e atividades, uma vez que esta instituição (IFRS-Alvorada) se configura num espaço educacional de relevante importância e potencial na cidade.

A investigação buscou compreender *que relações socioambientais se expressavam entre o campus Alvorada do IFRS e a sua comunidade*. Nesse primeiro capítulo introdutório, sob o subtítulo, *Uma partícipe do grupo dos “esfarrapados” do mundo*, apresento minha trajetória pessoal e acadêmica a fim de narrar meu “lugar de fala” como afirma Djamilia Ribeiro (2017), contando como me constitui educadora ambiental e como me aproximei das temáticas socioambientais.

E, no subtítulo *Encontros e caminhos da pesquisa: o fenômeno dos mutirões de limpeza* apresento o tema escolhido, questão de pesquisa e objetivos. E descrevo o insight que motivou a pesquisa por meio dos mutirões de limpeza de lixo efetuados pelo campus Alvorada e pela comunidade da “Av. A”, bem como alguns dos aspectos metodológicos.

No segundo capítulo, apresento os argumentos estudados e apreendidos durante todo meu percurso de mestranda com os pressupostos teóricos que deram suporte às reflexões. Apresento os conceitos que foram utilizados para compreender as relações partindo de uma perspectiva socioambiental, ancorada em uma visão de educação ambiental crítica e popular. Ainda nesse capítulo destaco a importância da pesquisa participante e seu compromisso político. Apresento os princípios, propostas e práticas dessa modalidade de pesquisa e seu modo coletivo de pensar o processo. E somo a essa proposta metodológica dois procedimentos: *Grupo de Discussão e entrevistas individuais*. Foi importante ler autores como Carlos

Rodrigues Brandão (2006), bem como, Vivian Weller (2006), que inspiraram tecnicamente o manejo da coleta das informações, e fizeram com que eu apresentasse as contribuições dos jovens nesse estudo, assim como as questões metodológicas abordadas e os desdobramentos do tema em questão.

No terceiro capítulo, *A cidade de Alvorada* apresento algumas das características da cidade, sua história e características socioambientais. Apresento também aspectos destacados pelos entrevistados e entrevistadas sobre como percebem e vivem a cidade, suas dificuldades e inquietações. E, na sequência apresento a escola em si, e a instituição que acompanhei ao longo da pesquisa, assim como exibo as perspectivas de estudantes e moradores da comunidade acerca do lugar.

No quarto capítulo faço uma discussão acerca da questão do lixo urbano. Discuto o *compromisso com as camadas populares* do projeto dos IF's, da capilarização da rede de educação profissional e tecnológica em todo o território nacional e do compromisso com as camadas populares, efetivado, principalmente por intermédio da distribuição dessas instituições em periferias fora dos grandes centros urbanos. Nesse capítulo entram fortemente as tramas envolvendo as entrevistas e o grupo de discussão.

Nas conclusões apresento uma análise do contexto pesquisado avaliando à luz do referencial teórico e o encaminhamento das considerações finais dessa dissertação.

1.1 Uma partícipe do grupo dos “esfarrapados do mundo”¹

Paulo Freire conhecia o ser humano. Em uma palavra conseguiu definir sabiamente como boa parte da população brasileira se reconhece perante um cenário de desigualdades onde sempre é tempo de luta e resistência, e os populares nunca podem fraquejar. Desistir significa morrer de fome, de sede ou na mão de algum patrão explorador. “Força filha” foi à expressão que mais escutei de minha mãe ao longo da vida. Nesse sentido, apropriando-me do termo “esfarrapado”, não de maneira pejorativa, mas reflexiva, dou início a essa reflexão.

¹ Título que rememora a dedicatória feita por Paulo Freire, no livro *Pedagogia do Oprimido*.

Deveras sou uma pesquisadora em construção, mas a experiência de vida que me traz até esse ponto merece um registro. Acredito que os saberes populares e cotidianos não devem ser mais ou menos valorados do que os saberes acadêmicos, e que tudo aquilo o que nos desacomoda no processo de pesquisa diz muito do que somos e acreditamos e, embora certos traços de personalidade extravasem durante a escrita, evidenciando preferências ou posicionamento sociopolíticos, é importante conhecer o “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017, p. 16) daquela que escreve.

Falo de um lugar que talvez seja comum a algumas pessoas que farão essa leitura: mulher da faixa dos trinta anos, negra, filha única de família de classe popular, estudante da educação pública, adepta e defensora da causa feminista e socioambiental. Nesse sentido, me considero mais uma das mulheres negras que vem lutando para serem sujeitos políticos ouvidos, e que por intermédio da academia e da participação em coletivos sociais buscam auxiliar na construção de uma sociedade de fato mais solidária e plural.

Reconheço carregar em minha pele a interseccionalidade de gênero, classe e raça discutida amplamente por mulheres como Ângela Davis (DAVIS, 2016) e Lélia Gonzalez (RATTS, 2010) apesar de ter minha negritude muitas vezes embranquecida por denominações socialmente criadas como parda, morena, e mulata. Além disso, sinto-me uma privilegiada em relação a outras mulheres negras que partem do mesmo ponto na dinâmica social, pois reconheço que tive acesso à educação de qualidade, acolhimento familiar, saúde, alimentação adequada e outros privilégios desconhecidos por boa parte da população brasileira e da América-latina.

Sempre que posso participo de atividades, palestras, coletivos que buscam afirmar os direitos das consideradas minorias brasileiras, das comunidades indígenas, quilombolas, a diversidade LGBTQIA+, assim como de atividades que visem refletir acerca das questões socioambientais e do nosso papel enquanto professores, gestores e cidadãos para com o ambiente e as presentes e futuras gerações. Sou parte do grupo de cidadãos e cidadãs que decidiu não se deixar engolir por um sistema que insiste em transformar tudo em mercadoria, pois, prefere o fazer junto, o andar junto, indo na contra mão dessa loucura toda que nos coisifica.

Essa pesquisa foi produzida em meio a um cenário político nacional caótico e moralista, carregado de contradições, discursos de ódio, ameaças fascistas, protestos de rua e violência, ocasionados pela insatisfação da elite, e de uma

parcela da classe média brasileira, associada a um grupo de populares desorientados por não reconhecerem a sua condição de trabalhadores. O texto foi elaborado em parte durante a disputa eleitoral do ano de 2018 que rachou o Brasil em dois grupos, simplificadamente, denominados de grupos de esquerda e grupos liberais.

De um lado dos protestos “uma direita delirante”², que queria eleger um candidato liberal vendido como um mito salvador do país, uma classe média cansada de ver pobre andando de avião e filha de empregada estudando na mesma universidade dos seus filhos. Do outro lado, gritávamos nas ruas “ele não”, “ele nunca”, a fim de alertar a população acerca dos riscos de eleger um discurso carregado de preconceitos e retrocessos sociais, políticos, e ambientais. Um texto escrito em um momento de luta, de fé, de força, onde todos aqueles que não se enquadram no padrão patriarcal hegemônico sentem-se ameaçados. E não foram poucas as vezes que me questionei qual seria esse tal padrão se não o respeito à coletividade e a singularidade de cada um.

Nesses tempos de desassossego político e social, os mecanismos de opressão nos impõem projetos de escola sem partido, impeachment de uma presidenta democraticamente eleita, anúncios de cortes nos investimentos em educação, preconceitos acirrados, negação e coisificação do outro, com vistas à invisibilizar comunidades inteiras e povos primitivos. Nesse contexto, uma dissertação de mestrado se configura como um espaço de registro histórico e, também, de denúncia.

O tensionamento que proponho ao utilizar a cidade de Alvorada como lugar de pesquisa, e o Instituto Federal em implantação que atende a esta comunidade, é voltar o olhar da pessoa que lê a esse lugar, a essas pessoas que nele compartilham, aprendem, ensinam, riem, existem, e que as vezes são invisibilizadas nos processos de pesquisa acadêmicos. Quero retribuir à população de Alvorada, composta na maioria de pessoas humildes e batalhadoras, em especial ao IFRS, o compartilhamento de suas experiências e convido quem ler essa dissertação, a conhecer um pouco de minha história.

Em meados do ano 1995 meus pais adquiriram seu primeiro e único terreno, onde construíram a casa onde residem. Foi uma das primeiras casas da Rua dos

² Frase dita por Leandro Karnal, historiador e professor da Universidade Estadual de Campinas, ao participar do programa Roda Viva.

Sabiás, no bairro Jardim Algarve da cidade de Alvorada, lugar onde cresci. Esse sítio de simplicidade me proporcionou uma infância cheia de aventuras e brincadeiras de subir em árvores e atividades corpóreas intensas, as quais renderam boas histórias para contar e uma coleção de cicatrizes das quais me orgulho. Uma infância e juventude incrível vivenciada entre os anos de 1995 e 2005. Acredito que minha caminhada de reflexões acerca das questões ambientais tenha influência dessa infância livre, onde a vegetação local teve papel importante como espaço de brincadeiras e lazer.

Em 2008, em virtude de um estágio na Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Alvorada, ingressei no curso Técnico em Meio Ambiente, concluído em 2010. Na ocasião, meu trabalho de conclusão de curso teve como enfoque a educação ambiental oferecida nas escolas de Alvorada. Durante a elaboração do relatório de conclusão de curso técnico fui convidada a fazer algumas palestras a estudantes e professores das escolas municipais e estaduais de Alvorada, dialogando sobre questões ambientais diversas. Comecei a perceber que assim como eu, outras pessoas eram atraídas pela temática, e embora meu conhecimento acadêmico acerca do assunto fosse extremamente raso e humilde, essa experiência contribuiu em grande medida para meu ingresso e permanência na licenciatura em Ciências da Natureza.

Após a conclusão do estágio na prefeitura e do curso Técnico em Meio Ambiente, em 2010, fui convidada a fazer parte do grupo de servidores contratados da Prefeitura de Alvorada e recebi a incumbência de coordenar o setor de educação ambiental da Secretaria de Meio Ambiente. Enquanto servidora contratada do município organizava e participava de atividades diversas como entrega de panfletos explicativos sobre dengue, alagamentos e questões ambientais aos moradores das margens do Arroio Feijó, saídas de campo com escolas, palestras e cursos de formação para professores, servidores e comunidade em geral. Essa época foi de grande engajamento político e social momento em que me descobri educadora ambiental. Foram três anos intensos de dedicação e aprendizagens onde pude vivenciar diferentes realidades sociais nos bairros de Alvorada. Apesar de toda vivência, na época, não cheguei a fazer uma análise das aprendizagens adquiridas. Hoje ao refletir por meio dessa narrativa, observo que o mestrado tem sido um dos caminhos escolhidos para recompor essas experiências, por meio de estudos que embasam teoricamente o campo ambiental.

Também em 2010, no segundo semestre, ingressei no curso de Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Biologia e Química, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, no campus Porto Alegre – IFRS. Meu ingresso no IFRS foi de suma importância para que minha experiência até então, mais prática, tomasse um caminho teórico consistente no campo da educação.

Ao longo da graduação tive inúmeras oportunidades de Iniciação Científica como bolsista dos cursos Técnico em Meio Ambiente e Gestão Ambiental, bolsista de pesquisa, bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID, bolsista do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Essas oportunidades foram de suma importância para a minha permanência no ensino superior, pois sem elas jamais teria concluído a graduação.

Na graduação destaco minha contribuição na pesquisa *A construção de indicadores e critérios das práticas de verticalização do ensino nos Institutos Federais*, organizada pela Prof.^a Dra. Marcia Amaral Corrêa de Moraes, na qual fui inserida no mundo da pesquisa propriamente dito, e onde tive contato com os documentos, leis e decretos que originaram os Institutos Federais. O enfoque do estudo era perceber como a verticalização de ensino, um conceito central na concepção dos Institutos Federais, era entendida pelos docentes que atuam na rede. Apesar do escopo desse estudo não estar vinculado às questões ambientais, temática com a qual me familiarizo, propiciou muitas reflexões, artigos, apresentações de trabalhos em eventos e participações em grupos de pesquisa, o que considero de grande importância para uma aluna de graduação.

No ano de 2014, meu processo de reflexão acerca das questões ambientais ganhou um novo contexto com o início de uma carreira profissional como servidora pública da Prefeitura de Alvorada, na função de Fiscal Ambiental. Infelizmente, o ingresso no serviço público atrasou a conclusão da graduação no último ano, visto que a articulação de horários só foi possível após dois anos de trabalho. Na função de Fiscal Ambiental - atividade a qual exerço até o presente momento – atuo no cuidado com o ambiente e patrimônio histórico do município. Em meu exercício profissional realizo atividades diversas, auxílio nos processos de licenciamento ambiental, palestro em cursos de formação para a comunidade, e atendo denúncias de maus-tratos de animais, ocupações de áreas verdes e supressão vegetal irregular. Quando necessário autuo infratores com notificações ou multas que são

posteriormente convertidas em melhoria de praças, proteção de áreas, aquisição de equipamentos, entre outros usos para a comunidade.

É uma atividade de enfrentamento de conflitos, discussões com infratores e moradores, e desgaste físico, psicológico por vezes. Ser fiscal ambiental no Brasil não é uma tarefa fácil uma vez que o país encontra-se no ranking dos países que mais matam ambientalistas³. É um trabalho pouco convencional para a maioria das pessoas e costumamos dizer entre os colegas da Secretaria de Meio Ambiente, que nossa função extravasa o limite entre o pessoal e o profissional, pois se configura em estilo de vida internalizado e exercido cotidianamente.

A conclusão do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza se deu no segundo semestre do ano de 2016, e como requisito parcial para o recebimento do título elaborei a pesquisa intitulada *Sala Verde de Alvorada: Desafios para a promoção de uma educação ambiental cidadã capaz de enfrentar os conflitos socioambientais*, trabalho aonde resgatei o histórico do Centro de Educação Ambiental Sala Verde Ligia Rockenbach, primeira Sala Verde do Rio Grande do Sul, localizada no bairro central de Alvorada. Na ocasião fui orientada pelo Prof. Dr. Cassiano Pamplona Lisboa, tutor que gentilmente me inseriu nas discussões do campo ambiental. Foi na elaboração dessa pesquisa que uma autora em especial chamou minha atenção: Prof^a Dra. Isabel Cristina de Moura Carvalho que em sua trajetória intelectual trata, entre outras questões, dos conceitos de educador ambiental, sujeito ecológico, epistemologias ecológicas e aprendizagem. Leituras, conceitos e modos de existir com os quais me identifiquei e me reconheci, e que ajudaram a perceber minha condição de educadora ambiental e pesquisadora no campo da educação ambiental. Para além dos saberes acadêmicos, e por conhecê-la pessoalmente, digo que Isabel é uma amiga sincera, acolhedora e simples.

Ingressei no Mestrado em Educação da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como bolsista integral, orientada pela Prof^a Isabel Carvalho. Tive a oportunidade de participar do grupo de pesquisas SobreNaturezas, liderado por ela pelo Prof. Dr. Carlos Steil que me mostraram outra perspectiva socioambiental, e onde pude me aproximar de autores não só da educação, mas da antropologia. Após um semestre de parceria e aprendizado,

³ Conforme levantamento da ONG Defenders of the Earth. Disponível em <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defenders-earth/>. Acesso em 02/03/2018.

minha orientadora foi demitida da Universidade, mesmo com um currículo exemplar em relação ao que se poderia esperar de qualquer pesquisador brasileiro de alto gabarito. Esse acontecimento ainda me faz pensar sobre a crise na educação, o academicismo, a corrida por produtividade e as situações diversas impostas aos educadores e pesquisadores de nosso país. Impossível não refletir sobre esse momento enquanto educadora, uma vez que reconheço essa ruptura em minha “trajetória formativa” (PÉREZ GÓMEZ, 2015) como um divisor de águas no delineamento dessa proposta de pesquisa, que demandou um exercício de resiliência necessário para seguir. Nesse processo fui acolhida como orientanda da Prof.^a Dra. Edla Eggert, atual Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e professora do PPGEdu e do PPG de Teologia da PUCRS, pesquisadora que se dedica a compreender a produção do conhecimento realizado por mulheres com pouca escolaridade em atividades de trabalho artesanal na interface com a Educação de Jovens e Adultos além das histórias de mulheres e a produção teológica produzida nas margens por meio da hermenêutica feminista. Foi com essa pesquisadora que segui trilhando meu caminho.

1.2 Encontros e caminhos da pesquisa: o fenômeno dos mutirões de limpeza

O caminho que levou até a escolha de Alvorada, tem a ver com meu estranhamento com a difícil realidade social da cidade, que por vezes se confunde com algumas experiências pessoais como moradora, e com a ideia de que essa instituição educacional instalada nessa cidade deveria ocupar um lugar de destaque. Também, é importante salientar que os trabalhos anteriores efetuados pela orientadora nessa mesma cidade contribuíram com minhas as reflexões. Ao escolher como lugar de pesquisa um Instituto Federal localizado neste município, tive como intento contribuir com outras pesquisas nesse âmbito e com a visibilidade positiva dessa instituição e lugar.

Quando passei a frequentar o campus em junho de 2018 observei a rotina das juventudes, servidores, e diferentes frequentadores do lugar, fossem eles alunos, visitantes, habitantes dos bairros ou familiares. Em uma primeira observação exploratória, participei do maior número de atividades possíveis durante três meses.

Durante as visitas ao IFRS Alvorada vivenciei situações que chamaram atenção tanto no ambiente quanto nas relações interpessoais e afinidades entre os grupos.

Um dos lugares onde encontrei maior acolhimento foi o curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao ensino médio, turma da tarde, jovens com os quais pude compartilhar experiências profissionais, vivências como moradora do município, além de participar de atividades coletivas em suas aulas. Os alunos deste curso sempre foram extremamente acolhedores e receptivos, e sua curiosidade sobre minha profissão de Fiscal Ambiental, formação como professora de Ciências e assuntos afins, foram fatores de aproximação interessante.

Com esses estudantes convivi mais assiduamente, e apesar de não estar diariamente no campus, foram muitos os episódios e compartilhamento de saberes sobre plantas, conteúdos de biologia, empréstimos de livros, translados para fazer entrevistas de trabalho integrador, atividades de lazer, encontros em coletivos e sarais musicais. Foi por essa afinidade orgânica e fluida que escolhi os alunos deste curso como protagonistas da pesquisa. Não por acaso, alguns deles frequentam outros coletivos da instituição, o que demonstra um caráter autônomo e participativo em relação aos temas sociais. Porém ao longo da pesquisa convivi com outros estudantes de diversos cursos da instituição e pessoas da comunidade.

Ao acompanhar algumas aulas do curso técnico em meio ambiente, integrado ao ensino médio, onde permaneci como observadora participante e simultaneamente como auxiliar nas atividades docentes, fui informada pela turma do Curso de Meio Ambiente que a questão do lixo na cidade era um tema recorrente nas discussões de aula e no cotidiano de todos, e que por conta dessa preocupação a turma, juntamente com alguns colegas de outros cursos, havia efetuado um mutirão de limpeza (Figura 1) no terreno baldio em frente ao campus, pois a insalubridade estava em excesso.

Soube por eles que tudo começou quando metade da rua do campus Alvorada estava tomada de lixo. Ao procurar as autoridades locais, no caso diversas secretarias do governo municipal, a fim de discutir de forma coletiva a resolução do problema do lixo na rua, a atual gestão do campus Alvorada conseguiu a vinda de uma máquina para remover o material, que supostamente apenas o movimentou de um local a outro. Ao ver a máquina no local, a comunidade entendeu que o terreno em frente ao campus era o lugar de depositar o lixo, pois o agente público passaria para levar o material, visto que a coleta não passa nas casas.

Outra questão que agravou a situação foi o fato de os moradores da ocupação em frente ao campus terem removido a lixeira comunitária que ficava na saída da rua, para abrir um pequeno comércio, realocando a lixeira no terreno baldio em frente ao campus, dizendo que um dos moradores se responsabilizaria pela higienização da mesma, o que não aconteceu na prática. Em dado momento, o lixo doméstico que se espalhava no entorno da lixeira começou a transbordar e ser levado pelo vento. O agravamento da situação fez com que a comunidade escolar se mobilizasse para efetuar um mutirão.

Figura 1 – Montagem de fotos do primeiro mutirão de limpeza do lixo efetuado pelos estudantes, docentes e servidores do IFRS, campus Alvorada.



Fonte – Imagens cedidas pela direção do Campus Alvorada.

Os relatos contavam que no primeiro mutirão a prefeitura disponibilizou um container e o campus Alvorada teve que pagar com recurso próprio mais um, tendo que investir o dinheiro adquirido na Festa Junina, que poderia ser utilizado para outro fim, com essa causa. Nas férias de verão dos estudantes, a comunidade reproduziu a prática do mutirão, porém na Av. A, em menor escala.

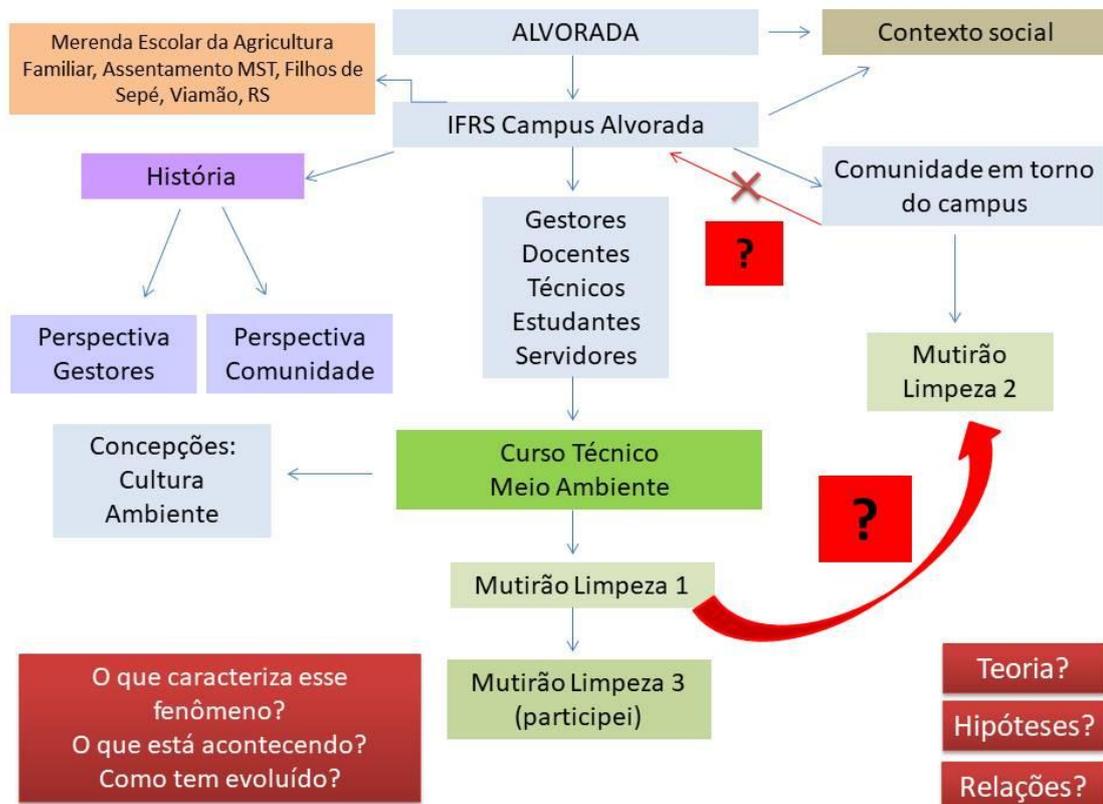
Curiosamente, outra questão paralela ao tema dos mutirões era a dificuldade de aproximação da instituição com os moradores que vivem nos arredores do campus, e que apesar dos inúmeros convites, não parecia sentir-se pertencente a aquele lugar. De fato, no dia 07 de julho de 2018 participei da Festa Junina da

instituição, e, embora tenha visto alguns moradores das casas ao lado do campus, ainda assim, a maioria dos frequentadores da festividade eram alunos, familiares de alunos e docentes do campus.

Passei a refletir e relacionar essas duas questões, os mutirões de limpeza e a relação da comunidade/alunos com o campus a partir do dia 14 de julho de 2018, quando fui convidada pelos estudantes do curso técnico em meio ambiente para um novo mutirão de limpeza, em um sábado, no terreno em frente ao campus que já se encontrava em nova situação de insalubridade um ano após a primeira ação. Na ocasião auxiliei recolhendo resíduos, pintando pneus e capinando o espaço.

O diretor interino e uma secretária da instituição também estiveram presentes e disponibilizaram merenda em apoio aos estudantes. Tendo uma trama complexa de ações e variáveis que compunham o campus Alvorada busquei meu foco construindo um mapa conceitual do lugar (Figura 2), que me levou a algumas questões.

Figura 2 – Mapa conceitual reflexivo sobre o campus Alvorada do IFRS elaborado com base nas reflexões de campo exploratório.



Fonte – Gabrielli da Silva Pio Bertoldi, ano 2018.

A partir desse esquema de ideias escolhi como escopo principal compreender os pontos de interrogação que se apresentam. A primeira dúvida esta relacionada com a comunidade do entorno do IFRS Alvorada, sua realidade social e o porquê não acessavam o campus. Buscar entender como é possível estar tão próximo de um lugar com tanto potencial e não acessá-lo, e a segunda questão está vinculada a prática ambientalmente orientada do mutirão de limpeza. Afinal, por que a comunidade reproduz a prática do mutirão, efetuada pelos alunos, com os quais não possuíam contato? Que tipo de relações socioambientais estão por de trás desse comportamento?

Em meio a tantas perguntas chego a seguinte questão de pesquisa: *quais relações socioambientais se expressam entre o campus Alvorada do IFRS e a sua comunidade?*

Nesse sentido, o **objetivo geral** dessa pesquisa é *compreender como se manifestam as relações socioambientais entre o campus Alvorada do IFRS e a sua comunidade.*

Dessa forma os **objetivos específicos** dessa pesquisa indicam:

1) *Explorar por intermédio de pesquisa participante e grupo de discussão como os alunos do curso técnico em meio ambiente, integrado ao ensino médio do IFRS Alvorada, se relacionam com a cidade, com o campus e com a comunidade do entorno da instituição;*

2) *Compreender como a comunidade se relaciona com a cidade, com o campus Alvorada, e por quais motivos os moradores da Av. A, a não acessam o IFRS campus Alvorada;*

3) *Relacionar as observações de campo, com a prática ambientalmente orientadas do mutirão de limpeza, a desigualdade ambiental e a educação popular.*

A partir da escolha do tema de investigação foi imprescindível dialogar com autores que auxiliassem nas reflexões de pesquisa. Pensar os mutirões de limpeza como uma prática ambientalmente orientada que expressa relações socioambientais entre o campus Alvorada e a comunidade, implicou em buscar teóricos da área socioambiental e da educação popular. A primeira porque propõem reflexões acerca do ambiente e da sociedade, seus conflitos, implicações, seus atores sociais. A segunda porque possui um olhar sensível acerca do outro, promove um espaço de escuta, visa compartilhar experiências de vida.

Todas as ações efetuadas ao longo da pesquisa ocorreram com uma postura de escuta curiosa, sempre acessível para conversas e participações em diversas atividades. Segundo Paulo Freire, “uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiado certos de nossas certezas” (FREIRE, 2011b, p. 29), portanto, ao procurar refletir acerca do contexto, tentei não antecipar fatos ou acontecimentos, devido a experiências anteriores com o município de Alvorada. Ao mesmo tempo, conhecer o município me deu algumas pistas que auxiliaram nas buscas para essa pesquisa.

Durante o processo de escrita, como sugere a proposta da pesquisa participante, cheguei a compartilhar trechos da dissertação pedindo que opinassem acerca do material, a fim de verificar se o conteúdo de fato os representava, em especial a parte que se referia ao campus Alvorada. Portanto, o texto foi construído pelas mãos da autora, mas carrega o olhar e opinião dos interlocutores acerca dos temas. As falas dos participantes da pesquisa foram acolhidas, respeitadas e consideradas como visões de realidade que juntas compunham um recorte social dos moradores e jovens de Alvorada que por vezes têm suas vozes negligenciadas pelos organismos de poder.

A seguir, o segundo capítulo apresenta a trama dos argumentos da educação ambiental interconectada com a pesquisa participante e seus elementos pedagógicos basilares para uma outra compreensão de percepção socioambiental.

2. ARGUMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS QUE ORIENTAM ESSA PESQUISA

Os conceitos utilizados para compreender as relações que se revelaram ao longo dessa pesquisa partem de uma perspectiva socioambiental, ancorada em uma visão de educação ambiental crítica e popular. Dessa forma, nas relações sociedade-ambiente, no conceito de “sujeito ecológico” de Isabel Carvalho (2012), e na rede que denuncia as injustiças ambientais, encontrei algumas reflexões importantes para pensar os mutirões de limpeza como prática ambientalmente orientada executada por estudantes e moradores. Além disso, com as ideias de educação popular e visão crítica da realidade social, apresentadas por Paulo Freire e Adriano Nogueira (1993), Freire (2011a; 2011b), Moema Libera Viezzer⁴ e Omar Ovalles (1994), Viezzer (2005; 2007) e Álvaro Vieira Pinto (1993), pude compreender as relações entre os atores sociais da pesquisa, seus discursos e suas maneiras de atuação. Cabe esclarecer que não é objetivo deste capítulo esgotar a discussão dos conceitos, mas costurar o aparato teórico que deu suporte as reflexões que seguirão ainda por muito tempo essa pesquisadora em processo.

2. 1 Relações sociedade-ambiente

As relações entre a sociedade e o ambiente têm como característica serem um dos dilemas ecológicos atuais. Temos consciência de que “todos dependemos de um ambiente equilibrado para viver” (CARVALHO, 2012, p. 167) e que o uso dos recursos ambientais, entendidos aqui como públicos de uso e cuidado comum, se faz necessário à existência da vida humana e não humana. Na busca de um ambiente ecologicamente equilibrado há uma série de contradições de cunho cultural, histórico e antropológico, como o consumismo, os desperdícios, a exploração de recursos em grande escala, assim como o preconceito as diferentes culturas e territorialidades.

Estranhamente nos afastamos do ambiente como se não fossemos parte constitutiva dele, ou o vemos de forma utilitarista e servil. Autores como Mauro Grün

⁴ Tomei conhecimento da educadora popular Moema Libera Viezzer por intermédio dos estudos de pós-doutorado de Aline Lemos Cunha junto ao grupo de Pesquisa em que participei sob supervisão de minha orientadora entre agosto de 2017 até março de 2018. Aline tem estudado a história de vida dessa educadora popular feminista que hoje está com 80 anos e mora em Foz do Iguaçu, PR.

(2012) defendem que esse silenciamento das relações entre a sociedade e a natureza ocorreram “no processo de afirmação do cartesianismo como único modo possível de perceber a realidade” (GRÜN, 2012, p. 115). Para ele a desistoricização das relações é um dos principais motivos que nos levaram a uma relação desconectada com o ambiente.

Esse ambiente que vivenciamos de maneira desinteressada, é compreendido como o espaço relacional onde as interações e a vida acontece, e está, constantemente, sujeito à cultura humana, que se manifesta de diferentes formas em toda a extensão do globo terrestre. Em complemento a Grün (2012), Carvalho (2012) explica que o ambiente pode ser compreendido como,

(...) um conjunto de práticas sociais permeadas por contradições, problemas e conflitos que tecem a intrincada rede de relações entre modos de vida humanos e suas formas peculiares de interagir com os elementos físico-naturais de seu entorno, de significá-los e manejá-los (CARVALHO, 2012, p. 165).

Pensando o ambiente a partir de relações simbólicas de poder e dominação, Andréa Zhouri definiu as desigualdades que emergem das relações “diferenciadas com o meio ambiente” (ZHOURI, 2010, p. 444), como “desigualdades ambientais”, pois, cada um de nós percebe o ambiente de acordo com a posição que ocupa na dinâmica social. Nessa conjuntura, a desigualdade ambiental está relacionada à desigualdade social e se expressa nas diferentes interações entre os sujeitos e o ambiente, onde algumas pessoas acessam os bens e serviços como saneamento básico, por exemplo, e outras não. Deste modo, um dos desafios da sociedade contemporânea é compreender que essa rede de relações que envolvem a vida das pessoas precisa ser observada como uma trama em constante interação que abraça cultura, sociedade e ambiente.

Por isso, observar o contexto socioambiental no qual estamos inseridos, mais do que mera formalidade resvala pelo desdobramento de níveis simbólicos e de apropriação de um sistema de significações formador de uma consciência ecológica. Essa tomada de consciência ecológica, que tem suas raízes nos movimentos de contracultura que em meados de 1970 promoveram resistência questionando os padrões e normas socialmente estipulados, organizou novas maneiras de ver e pensar o ambiente, que se refletiram em *práticas ambientalmente orientadas* exercidas tanto pela sociedade civil como pelas empresas, configuradas em ações

que visam diminuir ou evitar impactos ambientais em diversas escalas e estratos sociais (CARVALHO, 2012).

Em nível de Estado, por exemplo, essas práticas estão relacionadas com um maior rigorismo no uso dos recursos assim como na criação e ampliação dos processos de fiscalização e licenciamento ambiental e na implantação de políticas públicas que fomentam projetos e ações nesse sentido. Em nível empresarial ou industrial, se refletiu na redução da geração de resíduos, na reciclagem e na diminuição dos impactos ambientais em diferentes vieses, também, por conta do afunilamento das ações causadas pela ampliação do rigorismo estatal.

No que tange a sociedade civil essas práticas ambientalmente orientadas podem ser reconhecidas em hábitos como separar os resíduos domiciliares, reaproveitar objetos, cultivar hortas, usar sacolas ecológicas, adquirir produtos da agricultura familiar orgânica, adotando por vezes posturas alimentares como o veganismo ou vegetarianismo. Ou seja, são posturas éticas e hábitos internalizados nos sujeitos que buscam uma vida em harmonia com o ambiente, por vezes, podendo ingressar em movimentos minimalistas que pregam viver com o mínimo necessário possível de recursos, ou em tantas outras configurações possíveis que possuam o mesmo vetor.

Essa ambientalização das práticas sociais, entendida como “processo de internalização da questão ambiental nas esferas sociais bem como na formação moral dos indivíduos” (CARVALHO; TONIOL, 2010, p. 29) na visão de alguns autores abriram portas para a formação de novas identidades ecológicas que geram aspectos normativos ou “implicações para as maneiras como os indivíduos e grupos se conduzem ou deveriam se conduzir” (CARVALHO; FARIAS; PEREIRA, 2011, p. 38).

A fim de definir esse modo de viver orientado por princípios do ideário ecológico, a autora Isabel Carvalho, ao descrever esses processos de formação de consciência ecológica, cunhou o conceito de *sujeito ecológico*.

2. 2 O Sujeito Ecológico

Isabel Carvalho, ao escrever a tese de doutorado *A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental* elaborou o conceito de sujeito ecológico que se expressa em um conjunto de características, atributos ou

ideais externados nos “sujeitos da ação ambiental” (CARVALHO, 2000, p. 145). Dentro do *campo ambiental*, entendido como o “conjunto de práticas sociais voltadas para os diferentes aspectos das relações entre sociedade e ambiente” (CARVALHO, 2012, p. 25), a autora descreve o sujeito ecológico como um ser utópico, consciente das relações socioambientais e balizador de esperanças. Para ela, esse sujeito se caracteriza por sua consciência, engajamento, atitude motivadora, capaz de enxergar a complexidade da temática ambiental. Nesse sentido, o sujeito ecológico é,

(...) incorporado pelos indivíduos ou **peçoas que adotam uma orientação ecológica em suas vidas**, bem como, pode ter efeito **sobre instituições que se definam por esta orientação**. O sujeito ecológico, portanto, designa a internalização ou subjetivação de um ideário ecológico (CARVALHO, 2013, p. 115, grifo meu).

Destarte, o espírito de cuidado e solidariedade com o ambiente além de ser observável em indivíduos, se manifesta, também em espaços coletivos ou institucionais, como nas escolas, e essa identificação coletiva ou individual dos valores ecológicos aponta para subjetividades ecológicas que dizem respeito ao modo como os sujeitos se posicionam frente ao mundo e frente aos outros humanos. Dito de outro modo, a internalização desses hábitos e virtudes faz com que esses sujeitos portadores dos ideais do sujeito ecológico respondam aos dilemas éticos do contexto socioambiental, deslumbrando e direcionando suas ações sociais em direção a “um mundo socialmente justo e ambientalmente sustentável” (CARVALHO, 2012, p. 26).

Apesar das pessoas que se identificam com o ideal do sujeito ecológico não aderirem a práticas ecologicamente orientadas em todos os segmentos de suas vidas elas irão se identificar com formas ecológicas de ser, se configurando não como “uma pessoa ou grupo de pessoas completamente ecológicos em todas as esferas de suas vidas ou ainda como um código normativo a ser seguido e praticado em sua totalidade por todos os que nele se inspiram”, mas como um perfil que pode ser identificado por sua “postura ética e crítica à ordem social vigente que se caracteriza pela produtividade material baseada na exploração ilimitada dos bens ambientais” (CARVALHO, 2012, p. 67).

Nessa conjuntura as pessoas que admitem os ideais do sujeito ecológico, ao adotarem essa postura crítica perante os problemas sociais, por vezes promovem

ações e experiências concretas, individuais ou coletivas, que podem ser consideradas como práticas ambientalmente orientadas, que reforçam a formação dos sujeitos, auxiliando no enfrentamento de crises e problemas ambientais, exatamente por interpretarem o ambiente de uma forma singular.

Os rostos das pessoas que representam os ideais do sujeito ecológico se expressam individual e coletivamente. Ele pode estar na figura dos educadores (as), gestores (as), educandos (as), profissionais de diversas áreas de atuação que se dedicam em repensar suas práticas; nas instituições que abrem suas portas para os saberes populares; naqueles que respeitam as territorialidades e culturas dos povos primitivos, entre tantos outros espaços e sujeitos que de alguma maneira internalizam hábitos e virtudes socialmente justas e ambientalmente coletivas.

É inegável que o olhar para a coletividade é uma das marcas mais expressivas desse fazer e pensar ecológico, pois os sujeitos que possuem valores éticos ambientalmente orientados promovem a coletividade em sua mais pura essência. Desse modo, os caracteres e atributos utilizados na definição de Carvalho (2000; 2011; 2012) para refletir sobre o sujeito ecológico foram utilizados para compreender os discursos dos interlocutores da pesquisa e as ações acompanhadas.

2. 3 Conflitos ambientais e justiça ambiental

Analisar conflitos ambientais é discorrer sobre uma colcha de retalhos que possui muitas partes. Os conflitos ambientais ocorrem quando sujeitos com concepções diferentes sobre o ambiente e a sociedade se encontram em uma situação cotidiana. Diz respeito à condução desse encontro, as questões de poder que estão envolvidas e a distribuição das consequências socioambientais. Para pensar nos tensionamentos e nas concepções éticas e morais que fazem como que tenhamos distintos olhares acerca da conjuntura socioambiental, convido a pessoa que lê a refletir acerca de algumas situações.

Ao tratarmos, por exemplo, do manejo do solo na agricultura discorreremos sobre leis de liberação dos agrotóxicos, porém ainda discretamente questionamos problemas de saúde causados aos agricultores, os lucros das empresas que vendem os agrotóxicos, as sementes geneticamente modificadas associadas a estes agrotóxicos, o abafamento da agricultura familiar, a perda da soberania alimentar

das famílias, entre outras questões, que envolvem a reforma agrária, mercantilização das terras indígenas, reprimarização da agricultura brasileira, e abandono de culturas básicas para a inserção de produtos de exportação. Assim como pronunciou, sabiamente, Eduardo Galeano (2018, p. 19) ao refletir sobre a exploração da América Latina: “na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno”; diga-se de passagem, veneno esse que consumismos todos os dias.

Destarte, é comum discutirmos os resultados/consequências, porém poucas vezes a sociedade questiona os interesses por trás das ações de grandes empresas e do estado sobre o ambiente, e, apesar de debater as questões inerentes à visão utilitária da água, do solo e das florestas brasileiras, ainda são pouco discutidas as relações de poder que atravessam essas questões, e o aumento do consumismo. Na opinião de Jean-Pierre Leroy e Henri Acselrad (2012),

Na maior parte dos casos, as vítimas dos impactos ambientais indesejados **pertencem a setores populares**, de menor renda, com menor acesso aos processos decisórios, com menores possibilidades de se deslocar para fugir aos efeitos danosos da ação dos empreendimentos de grande impacto (LEROY; ACSELRAD, 2012, p. 49, grifo meu).

Compreendendo essa trama, podemos deslocar nossa reflexão em direção aos princípios éticos e morais que impõem valor a natureza. A ética ambiental é vista por Luciano Félix Florit (2016, p. 259) como “a reflexão sistemática sobre os valores morais, realizada com o intuito de se chegar a uma conclusão sobre se uma ação deve ser considerada correta ou incorreta”. Nessa conjuntura, a moralidade é vista como “os valores dominantes em grupos ou sociedades que tendem a ser repassados de geração a geração de forma indissociável a reprodução de valores culturais e de práticas sociais rotineiras”.

Outro autor que refletiu acerca da ética ambiental foi Mauro Grün. Na opinião dele “não existe uma saída fácil para o problema ético da educação ambiental. Muito menos uma saída unilateral ou unidirecional” (GRÜN, 2012, p. 107), mas o caminho poderia estar no reconhecimento da história como processo constitutivo dos padrões culturais que acabam orientando o “agir moral” (Grun, 2012, p. 113).

Para Isabel Carvalho há uma complexidade na elaboração de uma ética ambiental. Ela explica que “é preciso compreender **os conflitos** que atravessam as

múltiplas compreensões e práticas ambientais para poder sustentar uma ética ambiental que se firme no embate com interesses imediatos e utilitaristas que não estão por ela regulados” (2012, p. 143, grifo meu). Por sua vez, estes princípios éticos e morais sustentam visões do ambiente que são adversas: de um lado estão aqueles que lucram e que veem a natureza como um bem utilitário, do outro, os que sofrem os impactos da onda que os engole. Dadas às devidas proporções, e não necessariamente querendo construir uma fala polarizada e determinista acerca do tema, essas visões de mundo competem na dinâmica social.

Em geral, os espaços de decisão incluem apenas aqueles que possuem capital financeiro disponível para serem ouvidos e opinar acerca dos problemas ambientais. É no encontro dos atores sociais com diferentes concepções e realidades que os impactos e riscos ambientais são percebidos de formas diferentes nos grupos sociais, pois, aqueles que detêm os meios de produção e possuem poder aquisitivo têm o poder de decidir para onde serão direcionados os riscos ambientais, em geral encaminhados ao “quintal” dos mais pobres e menos favorecidos.

Esse processo de direcionamentos dos riscos aos mais pobres pode ser visto como uma rede de exclusões socioambientais, onde o acesso a questões básicas é negado a uma parcela da população como: saneamento, acesso à água, alimentação, moradia; ou podem emergir como uma forma de opressão exercida sobre as diferentes culturas, abafando a diversidade cultural e o direito de exercer religiosidades distintas em determinados territórios. Assim, comunidades com concepções peculiares de natureza, como indígenas, quilombolas, agroecologistas, comunidades tradicionais, ribeirinhas, pescadores, artesãos sofrem os impactos ambientais em maior proporção e têm sua religiosidade, suas formas de exercer trabalho, suas crenças, afrontadas bruscamente (FLORIT, 2016).

Ademais, essas comunidades que ficam com o ônus ambiental são escolhidas para receber as empresas mais poluentes, os aterros, os lixões, entre outros, sendo suas regiões denominadas por autores como Acselrad (2004) como zonas de sacrifício ou paraísos de poluição. Na visão dele,

Os moradores dessas áreas **convivem** com a poluição industrial do ar e da água, depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, **ausências de abastecimento de água**, baixos índices de arborização, **riscos associados a enchentes, lixões** e pedreiras.

Nestes locais, além da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede da implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor. Tais localidades são chamadas, pelos estudiosos da desigualdade ambiental, de “**zonas de sacrifício**” ou “**paraísos de poluição**”, onde a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios, assim como as isenções tributárias o fazem nos chamados “paraísos fiscais”. (ACSELRAD, 2004, p. 12-13, grifo meu)

Nesse interim, para “designar o fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem sido consagrado o termo injustiça ambiental” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 9). Para contrapor a noção de injustiça ambiental, a justiça ambiental sugere “o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o ‘meio ambiente’ é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas, construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 16). Portanto, podemos dimensionar que é no encontro das opiniões adversas, e dos diferentes paradigmas éticos e morais acerca do ambiente que emergem os conflitos ambientais. Os antagônicos não se entendem, pois os interesses e preocupações estão em polos distintos da balança. Nessa lógica, os conflitos ambientais podem ser entendidos como,

(...) aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferentes de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando ao menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaças por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar, ou sistemas vivos decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Por esse ângulo, os conflitos ambientais estão associados à desigualdade ambiental, e têm como resultado uma redução na capacidade dos moradores de periferias e comunidades populares fugirem das fontes de risco ou terem espaço de fala nas esferas de decisão, devido à carência de renda, serviços básicos, educação e saúde (ACSELRAD, 2013).

Nesse sentido, o Movimento de Justiça Ambiental, que se constituiu inicialmente nos Estados Unidos em meados de 1980, emergiu em contestação a distribuição desigual dos problemas ambientais nos diferentes grupos sociais. Na

concepção do autor Martínez Alier (2009, p. 33) que se debruçou a compreender o ecologismo dos pobres, a justiça ambiental também pode ser denominada como movimento de justiça ambiental, ecologismo dos pobres, ecologismo popular, ecologismo da subsistência, ecologismo do sustento, da sobrevivência humana ou como ecologismo da libertação. A luta desse movimento teria sua origem nos conflitos ambientais em âmbitos locais ou regionais, emergindo de disputas por água, acesso a florestas, comércio desigual, contaminações de ambientes.

Esse movimento de contracultura nasceu de grupos prejudicados nos acessos e diferenças de distribuição dos recursos, ou de problemas gerados pela exploração desses (MARTÍNEZ ALIER, 2009), e ainda que a organização tenha se estruturado nos EUA “em torno de um grupo de ativistas de cor, o movimento abarca também conflitos sobre riscos ambientais que afetam os pobres em geral, independentemente da sua cor” (MARTÍNEZ ALIER, 2009, p. 239).

Ao reconhecer amplamente o cenário de desigualdade imposto a determinados grupos sociais, o movimento por justiça ambiental propõem alguns princípios e práticas que constituem a sua luta (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 41):

a – assegurar que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;

b – assegurar o acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;

c – assegurar amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;

d – possibilitar a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso.

No Brasil, o movimento se consolidou por intermédio de uma rede articulada com entidades de direitos civis ambientais, comunidades, ONG'S, e pessoas envolvidas com o movimento ecologista, que passou a denunciar as relações entre

os problemas sociais e os problemas ambientais das populações. A Rede Brasileira de Justiça Ambiental luta contra “a lógica perversa de um sistema de produção, de ocupação do solo, de destruição de ecossistemas, de alocação espacial de processos poluentes, que penaliza as condições de saúde da população trabalhadora, moradora de bairros pobres e excluída pelos grandes projetos de desenvolvimento”⁵.

A Rede de Justiça Ambiental tem como princípio básico ser uma porta voz das comunidades, que na maioria das vezes não tem acesso aos espaços de decisão nas áreas onde ocorrem conflitos ambientais. A *injustiça ambiental* é o

(...) mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD, MELLO, BEZERRA, 2009, p. 41).

Dentre as reivindicações do movimento de justiça ambiental estão o respeito étnico racial, o acesso igualitário a bens e serviços como saneamento básico, o acesso à informação às comunidades, explicando sobre os tipos de empreendimentos potencialmente poluidores que possam vir a se instalar nas proximidades de suas moradias, e a formação de coletivos da sociedade civil que favoreçam o acesso a estes direitos. A articulação das pautas do movimento é organizada por intermédio de ações de resistência, caracterizada por manifestações de rua, protestos, passeatas, solicitação de audiências públicas e debates públicos, entre outros, o que não difere de outros movimentos civis como o movimento de mulheres, assim como as reivindicações das comunidades quilombolas e indígenas.

Na pesquisa de Cleiton Oliveira (2016), por exemplo, a comunidade de uma escola à margem da BR-392 protestou obstruindo o trânsito, pois não compactuavam com a destruição de parte de sua estrutura para a duplicação da BR, e no trabalho de Gitana Nebel (2015) a autora denuncia o projeto de desenvolvimento da área do Pontal da Barra em Pelotas/RS e a objetificação da diversidade local promovida pela iniciativa privada. E na pesquisa de Lair Araújo (2017) realizada na comunidade de Santa Tecla em Gravataí, Rio Grande do Sul, a

⁵ Cf. Declaração de Fundação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, fundada na cidade de Niterói em setembro 2001.

autora denuncia as dificuldades vividas pelas pessoas quem vive próximas a um lixão. Há muitos outros trabalhos nesse sentido, fomentados por pesquisadores de todo o país, e que por intermédio de suas publicações denunciam o descaso e o abandono de diversas comunidades.

Compreendendo a importância de diálogo para a resolução dos conflitos ambientais, o Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil⁶ é um dos braços do movimento de justiça ambiental brasileiro e promove esse contraponto problematizando os conflitos ambientais e urbanos, por intermédio de pesquisas e denúncias elaboradas por acadêmicos que exercem a função de porta vozes das vítimas das injustiças, configurando-se, como diria Loureiro e Layrargues (2013, p. 218) como “potenciais sujeitos mediadores dos conflitos”.

Trazendo essa visão de conflitos ambientais, injustiça ambiental e desigualdade ambiental para o lugar de pesquisa, tomei conhecimento por intermédio das entrevistas com os moradores e estudantes que a área ocupada há aproximadamente quatro anos, que divide a paisagem com o prédio do IFRS, não possuem uma estrutura que proporcione urbanidade, saneamento básico e segurança. O terreno onde ficam as casas da “Avenida A”, pertence a uma empresa privada que após a ocupação redistribuiu os moradores, transferindo-os do lado do campus Alvorada para a margem do arroio, passando a cobrar uma taxa pelos terrenos ocupados, que por hora ainda não possuem endereço constituído legalmente.

Nesse sentido, parto do princípio que a área onde essa comunidade está alocada possui fortes indícios para ser definida como uma área onde há injustiça ambiental, aliada a conflitos ambientais de pouca visibilidade; pouca porque não houve nenhuma manifestação pública de grandes proporções, dos moradores, a fim de reivindicar seus direitos.

⁶ Os observatórios de conflitos urbanos são núcleos vinculados a coletivos e universidades que registram e divulgam manifestações públicas coletivas que têm a cidade como espaço e objeto de suas reivindicações. Esses conflitos fornecem um retrato da complexidade e diversidade do espaço urbano. Oferecem um rico material para desvendar as desigualdades urbanas e as relações que diferentes setores da população estabelecem com sua cidade e com as políticas governamentais aplicadas. Há observatórios de conflitos urbanos no Rio de Janeiro, Campinas, México, Belo Horizonte, Córdoba, Aracaju, Belém, Rio Grande do Sul (extremo sul, região de Rio Grande), Fortaleza, Maceió, Medellín, Quilmes e Vitória.

2. 4 A pedagogia que contribui para a autonomia dessa pesquisa

Há nos Movimentos Populares elementos que conversam com as lutas por justiça ambiental. Nesses movimentos “as pessoas aprendem a resolver a dificuldade da vida” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 66). Nessa conjuntura, de protestos e lutas por igualdade é produzido o argumento da Educação Popular que, ao longo de toda América Latina no final da década de 50 do século XX irá fortalecer as bases metodológicas de um fazer pesquisas desde a realidade.

No Brasil, Carlos Rodrigues Brandão (1987; 1990) ao lado de Paulo Freire, será o autor que publicará duas obras importantes: *Pesquisa Participante*, e *Repensando a Pesquisa Participante*. Esse autor define os princípios da pesquisa participante em contextos brasileiros e latino-americanos de participação social, e que tem como universo a criação do conhecimento de modo coletivo, onde a vida social e os saberes dos sujeitos são um enfoque relevante e onde “todos aprendem uns com os outros” (BRANDÃO; STRECK, 2006, p. 13). Os autores e autoras dos textos dessas duas obras advogam que fazer pesquisa está amplamente comprometido com as classes populares e com os movimentos sociais em processos que visam à emancipação dos sujeitos.

Nas pesquisas participantes que pude ler e me inteirar, a figura de quem pesquisa não aparece como elemento central e não há uma relação verticalizada entre quem é pesquisado e quem pesquisa, porque a pesquisa acontece com as pessoas, uma vez que todos os saberes são considerados e as relações se expressam com reciprocidade. É na troca entre os saberes de um e de outro que se estabelece o processo de pesquisa, muitas vezes atravessado por discursos de denúncia de questões sociais ou injustiças vividas pelos participantes. Portanto, a pesquisa participante se dá em um cenário de educação popular e encontrará abrigo em comunidades, favelas, movimentos sociais e seus integrantes.

No livro *Repensando a Pesquisa Participante*, Brandão (1984), traz uma coletânea de artigos com a finalidade de dialogar acerca das questões teóricas e práticas que definem essa modalidade de pesquisa. Nessa obra o autor irá pontuar o sentido real de participação nessa modalidade de pesquisa, e a importância do envolvimento do pesquisador nas questões práticas da comunidade pesquisada.

Seguido a mesma linha de Carlos Rodrigues Brandão, e utilizando o arcabouço da educação popular a partir de Paulo Freire, é inevitável e atualmente,

necessário, falar desse patrono da educação brasileira pela Lei nº 12.612, detentor de 41 títulos de Doutor *Honoris Causa*, entre outras honrarias. Paulo Régis Neves Freire teve suas obras individuais, e com outros autores debatendo sobre seu trabalho, publicadas em mais de vinte editoras nacionais e em mais de sessenta editoras internacionais.⁷ As ideias de autonomia e libertação elaboradas por Freire, um dos intelectuais da educação de maior referência nacional e, internacionalmente, estão ancoradas em uma visão coletiva, onde se espera que as relações entre os sujeitos se concretizem por intermédio do diálogo e ocorram de forma ambilateral e incluyente.

As produções científicas de Paulo Freire esclarecem, conscientizam, empoderam e desacomodam aqueles e aquelas que as leem, e não é por acaso que esse autor têm sido alvo de perseguição e ameaças de expulsão de autoria da educação escolar brasileira, por projetos liberais⁸. Mais do que um educador, Paulo Freire era um humanista, e ainda encanta multidões por intermédio de obras como *Pedagogia do oprimido*, *Pedagogia da esperança*, *Pedagogia da autonomia* e tantas outras. Freire, dispensa apresentações e sobretudo, utilizá-lo como referência nesses tempos, além de um privilégio é um ato de resistência e protesto.

Em um diálogo com Adriano Nogueira, Freire (1993) define a educação popular como um “esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 19). Para ele, “através da *Educação Popular* as pessoas do bairro ou favela aprendem a transformar suas dificuldades em melhor viver, e essa educação acontece ao mesmo tempo em que a cidade muda de cara e vira melhor viver” (FREIRE, NOGUEIRA, 1993, p. 66).

Além dessa definição, os dois concordam que a educação popular tem diferentes nuances e que é preciso transformar a base da estrutura burguesa detentora do poder para que a educação ofertada à população realmente proporcione elementos para a construção da autonomia e soberania dos povos. Sobre a atuação dos intelectuais que se inserem na educação popular eles

⁷ Informações obtidas por intermédio da publicação GADOTTI, Moacir (org). Paulo Freire: uma biobibliografia. Instituto Paulo Freire. São Paulo: Editora Cortez, 1996. Disponível em: http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3078/1/FPF_PTPF_12_069.pdf. Acesso em: 11/01/2019.

⁸ Conforme disse no capítulo primeiro, onde me apresentei, nosso país tem passado por instabilidade política provocada por uma elite interessada em um projeto liberal de governança. Essa luta de interesses que se intensificou após o golpe parlamentar de 2016 recolocou no Governo Federal o poder militar “disfarçado de liberal” por intermédio do voto popular que foi amplamente manipulado por notícias falsas denominadas como *fake news*.

entendem que, “nos educamos através de dar força e jeito para que esses grupos populares transformem de fato o dia de amanhã” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 21), reconhecendo o caráter da ação e reflexão docente.

Na Pedagogia do oprimido, Freire vai além, e define uma série de relações entre oprimidos e opressores que culminam em episódios de injustiça e desigualdade. Para ele, as injustiças a que os oprimidos são submetidos, culminam em sua desumanização, e “até o momento em que os oprimidos não tomem consciência das razões de seu estado de opressão, ‘aceitam’ fatalistamente a sua exploração” (FREIRE, 2011a, p.71). Nesse ínterim, ele entende que uma “educação problematizadora” resulta na “consciência crítica da opressão” (FREIRE, 2011a, p. 52) e na “inserção crítica” (FREIRE, 2011a, p. 98), dos sujeitos na sociedade, proporcionando aos oprimidos a oportunidade de tomar conhecimento das injustiças sofridas e engajarem-se coletivamente em uma luta contra qualquer situação de opressão. Desse modo, para ele “existir humanamente é pronunciar o mundo e modifica-lo” e, portanto, “é na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 2011a, p. 108) que os homens e mulheres se constituem. Lembrando que Freire a todo instante utiliza a palavra homens no sentido coletivo e tendo em vista meu posicionamento sociopolítico tomo a liberdade de desmembrar o substantivo, demarcando a presença feminina no contexto.

Na Pedagogia da Autonomia, Freire (2011b) analisa o quanto aprender a modificar a realidade demanda um processo reflexivo. Para ele,

A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas. (FREIRE, 2011b, p. 67).

Nessa circunstância ele refina sua análise afirmando que “aprender para nós é *construir, reconstruir, constatar para mudar*, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito” (FREIRE, 2011b, p. 68). Ao refletir acerca de oprimidos e opressores, e sobre os processos de aprendizagem no âmbito da educação popular, Freire (2011) dialoga com a temática dos conflitos e injustiças ambientais, pois reconhece a trama complexa a que as comunidades estão expostas.

Ele também compreende as relações de poder que ditam o contexto, e embora não se refira especificamente à conjuntura socioambiental, destaca a importância da inserção crítica dos sujeitos para que as injustiças e diferenças sejam combatidas e minimizadas. Ao dizer da necessidade de constatar para mudar, ele reforça a importância de oportunizar aos sujeitos uma educação que lhes ajude a pensar e refletir acerca da realidade, permitindo assim que possam interferir nessa realidade.

Além de Freire outros autores e autoras se debruçaram em refletir sobre a educação popular. Nesse sentido, ressaltando a contribuição das mulheres para as ponderações acerca da educação popular, a autora Moema Viezzer possui merecido destaque. Moema, uma parceira das ideias de Freire, é uma educadora brasileira especializada em educação popular, com ênfase nas áreas de gênero e meio ambiente. Conhecida por seu envolvimento com o movimento de mulheres ambientalistas, ela se destaca como autora e participante da produção de diversos materiais de relevante importância às reflexões dos educadores(as) que se reconhecem como educadores ambientais e populares.

Na produção do Ministério do Meio Ambiente, *Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*, ela define estratégias para os educadores(as) assumirem a pesquisa-ação-participante como uma alternativa para visibilizar as comunidades. Na visão de Moema, “a pesquisa é participante não só porque a pesquisadora ou pesquisador social saem do escritório para trabalhar em campo, mas também porque os grupos envolvidos saem do silêncio e do espaço de opressão que a sociedade lhes impõe” (VIEZZER, 2005, p. 283).

Ademais, ela esclarece os conceitos de “atores sociais” e “redes de conexão”. Os atores sociais são “as instituições criadas pela sociedade ao longo de séculos e cujo poder interfere na qualidade de vida de todos os seres que constituem a ‘teia da vida’” (VIEZZER, 2007, p. 39), podendo ser entendidos como “o poder público”, “o poder econômico”, “o poder do saber e da informação”, “o poder da organização da sociedade civil”. Na visão desta autora, esses atores possuem funções específicas na teia social, e, portanto, devem reconhecer seus “pontos de convergência e divergência” a fim de gerenciar os seus “conflitos socioambientais”. Nota-se aqui uma visão holística de conflito ambiental e dos sujeitos envolvidos nos processos.

Acerca das redes de conexão, Moema entende que “em cada nova roda de relações que entramos nos tornamos novamente o centro de uma rede de conexões que podemos usar para a qualidade do ambiente e de vida” (VIEZZER, 2007, p. 41) e nesse sentido “estas redes de conexões, podem contribuir para trazer ao cotidiano de nosso compromisso com a qualidade do ambiente e de vida, muitas outras pessoas e instituições com as quais estamos em contato” (VIEZZER, 2007, p. 42). E no Manual Latino-americano de educação ambiental, Moema, juntamente com Omar Ovalles, reconhece a EA como uma “filosofia de vida que resgata valores éticos, estéticos, democráticos e humanistas”, pautada em princípios de “respeito pela diversidade natural e cultural, que inclui a especificidade de classe, de etnia e de gênero” (VIEZZER; OVALLES, 1994, p. 20).

Nesse sentido, Moema reconhece o potencial da coletividade, a importância da ação conjunta, e o exercício da democracia, posicionamento semelhante ao de Freire quando diz que “os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2011, p. 71). Com isso, a autora se volta para a ideia do fazer junto, do estar junto, sentimento esse que vai à contramão do sistema capitalista e patriarcal que a todo instante nos impõe ideias de individualidade. Ser coletivo é ser resistência. Do mesmo modo, Moema integra a educação popular com a educação ambiental em seu discurso, reconhecendo a soberania dos povos, as diferentes contribuições étnico-raciais do país, e as relações sociedade-natureza.

Em complemento a Freire e Moema, destaco as ideias do autor Álvaro Vieira Pinto (1993) que ancorado em uma visão filosófica, também defendeu uma educação libertadora e autônoma, aliada a uma consciência crítica de sua realidade, e que vinha escrevendo um pouco antes de Freire. Em 1966, ao proferir aulas-conferência junto a Paulo Freire, organizadas para professores pelo Ministério da Educação chileno, Vieira Pinto teorizou uma série de questões acerca da educação que foram organizadas e publicadas como *Sete Lições sobre educação de adultos*.

Vieira Pinto (1993), que em determinado ponto da obra *Educação como prática da liberdade*, de Paulo Freire, é denominado como “mestre brasileiro” é considerado, talvez, o primeiro filósofo brasileiro importante. Os sete pontos discutidos no compilado de palestras do autor são o conceito de educação, a forma e conteúdo da educação, as concepções ingênua e crítica da educação, a educação infantil e a educação de adultos, o estudo particular do problema da educação de adultos, o problema da alfabetização e a formação do educador (VIEIRA PINTO,

1993). Tomando como base o conceito de educação do autor, trago algumas questões de relevância a esta pesquisa.

Para este autor “a educação diz respeito à existência humana”, sendo “um processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses” (VIEIRA PINTO, 1993, p. 29). Consequentemente, para ele, “educação é formação” e, portanto, desenvolve o ser humano “no intento de integrá-lo no modo de ser social vigente e de conduzi-lo a aceitar e buscar os fins coletivos” (VIEIRA PINTO, 1993, p. 30). Mais do isso, para Vieira Pinto (1993) a educação é um *processo*, porque está vinculada a fatos históricos, é um *fato existencial*, porque constitui os homens e mulheres, é um *fato social*, porque impõem interesses coletivos ao indivíduo, é um *fenômeno cultural*, porque é uma transmissão holística da cultura dominante, e *não pode consistir em uma formação uniforme*, porque possui divisões de classes.

Vieira Pinto (1993) também entende que a educação se *desenvolve em cima de um fundamento econômico*, que ela é *teleológica* porque visa um fim que geralmente está ligada a ideia de formar os sujeitos para executar tarefas específicas, que é uma modalidade de *trabalho social*, mais uma vez porque forma para o exercício de alguma atividade, que é um *fato de ordem consciente*, porque forma autoconsciência social e consciência crítica, que é um *processo exponencial* porque tem capacidade de multiplicação, que é uma *essência concreta*, pois é uma realização objetiva, e que é por natureza *contraditória*, uma vez que, ao mesmo tempo em que conserva os saberes busca a crítica e a reflexão.

Dentre os pontos elencados por Vieira Pinto (1993), interessa-me a ideia de educação como “ação social” e de formação da “consciência crítica”. Na visão dele a educação tem a ver com convivência, então “todos educam a todos permanentemente” (VIEIRA PINTO, 1993, p. 38); a sociedade está sempre subsidiando aos seus membros “conhecimentos e atitudes que permitem a sobrevivência do grupo humano” (Ibidem, p. 38) e “como o indivíduo não vive isolado, sua educação é contínua” (Ibidem, p. 38), logo, ele conclui que, “onde há sociedade há educação” (Ibidem, p. 39), uma vez que a sociedade é permanente.

Sobre a apreensão dos sujeitos acerca da realidade na qual estão inseridos e sobre a assimilação de uma mentalidade coletiva não ingênua, Vieira Pinto (1993) faz uma contribuição que se entrelaça ao pensamento de Freire (2011a), ao que se refere a consciência crítica. Para ele,

É legítimo dizer que uma sociedade assume a **consciência crítica de sua realidade**, quando as massas que a compõem assimilam certo número de conceitos configuradores de uma representação do seu próprio estado e do mundo a que pertencem, qualitativamente distinta da que antes a caracterizava. Se os conceitos anteriores eram as matrizes do pensar ingênuo, estes novos desenham outra mentalidade coletiva, revelam **novο estágio de percepção**, a qual, sendo, por obra dos seus representantes mais lúcidos, reflexiva e indagadora dos seus motivos, deve ser chamada **crítica**. (VIEIRA PINTO, 1993, p. 107, grifo meu).

Logo, para Vieira Pinto, ao tomar conhecimento da realidade vivida os atores sociais podem superar o estágio de consciência ingênua, adquirindo uma “consciência esclarecida” que pensa mais coletivamente, pois “considera a sociedade constituída por uma comunidade de sujeitos” (VIEIRA PINTO, 1993, p. 174).

Essas noções de ação social e consciência crítica de Vieira Pinto (1993) complementam as ideias de redes de conexão e atores sociais de Viezzer (1994; 2005; 2007), e de libertação, autonomia, consciência crítica e ação-reflexão de Freire (2011), pois contextualizam os sujeitos na conjuntura social e retomam a importância do caráter coletivo do processo educacional, que por intermédio da ação conjunta permite a sobrevivência dos grupos humanos, onde todos, independente do lugar que ocupam, são agentes educadores.

Com esse coletivo de autores ligados a educação popular, verifiquei as relações evidenciadas entre os sujeitos da pesquisa. Desde as ações acompanhadas no campus Alvorada, até o processo de efetivação do grupo de discussão e das entrevistas individuais com os moradores do entorno do campus, pensei nos pontos de ação-reflexão que se apresentaram ao longo do campo, nos atores sociais que emergiram nos discursos, e no quanto a inserção crítica dos sujeitos culminou em ações práticas e reflexões acerca do contexto.

2.5 A pesquisa participante e seu compromisso político e pedagógico

A pesquisa participante foi escolhida por possuir um perfil integrador e coletivo que permite uma aproximação, dos lugares e pessoas, livre de pensamentos colonizadores ou usurpadores da soberania popular. Nesse processo, há um compromisso de respeito à coletividade onde todos os sujeitos são vistos

como detentores de saberes. Perante da atual conjuntura sociopolítica que insiste em invisibilizar os povos primitivos e as classes populares, desafiando sua sobrevivência, efetuar uma pesquisa como pesquisadora participante que tem como pano de fundo a educação popular e socioambiental é um ato de resistência.

Para Carlos Rodrigues Brandão (2006), autor de uma vasta bibliografia dedicada a educação popular, a pesquisa participante surgiu no contexto político e social entre os anos 1960 e 1980, e apesar de aproveitar características das tradições europeias e norte-americanas “possui características peculiares, a começar por sua vinculação histórica com os movimentos sociais populares e com seus projetos de transformação social emancipatória (BRANDÃO, 2006, p. 21)”.

Nesse sentido, a pesquisa participante surgiu em resistência à abordagem científica praticada na época, e se perpetuou até os dias atuais como uma alternativa de escuta onde os múltiplos saberes são respeitados no processo científico, colocando pesquisador e interlocutor em uma relação análoga, portanto, nessa modalidade de pesquisa não há hierarquia, pois ambos estão no mesmo patamar de fala e escuta.

Entre os princípios, propostas e práticas da pesquisa participante, Brandão (2006) destaca uma série de características que tomei a liberdade de reunir e sistematizar no Quadro 1:

Quadro 1 – Características de uma pesquisa participante.

Referente à forma da pesquisa	Relação com os participantes
A pesquisa participante deve se situar em uma perspectiva da realidade social.	Ela deve partir de uma realidade concreta do cotidiano dos participantes.
Deve-se buscar uma unidade entre a teoria e prática.	Os sujeitos devem ser contextualizados em sua dimensão histórica
A prática social deve ser privilegiada ao longo de todo o processo de investigação-educação-ação.	A relação do (a) pesquisador (a) deve ser do tipo sujeito-sujeito, entendendo que “todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber” (p. 42).
É necessário reconhecer o caráter político e ideológico das ações.	O compromisso político e ideológico do (a) pesquisador (a) deve ser com os cidadãos dos setores populares e com as causas sociais.

Deve se configurar como uma forma alternativa e emancipatória de saber popular.	É um exercício de confiança com os interlocutores que contribuem com o estudo.
---	--

Fonte: Elaborado por Gabrielli da Silva Pio Bertoldi, ano 2018, com base nas páginas 39 à 43, do Capítulo *A pesquisa participante e a participação da pesquisa*, escrito por Carlos Rodrigues Brandão, no livro *Pesquisa Participante, o Saber da Partilha*, organizado por Carlos Rodrigues Brandão e Danilo R. Streck, São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2006.

Ainda no esforço de auxiliar os pesquisadores interessados em erguer a bandeira de luta da pesquisa participante, Brandão (2006) definiu quatro propósitos para que estes estudos estejam alinhados com os movimentos de educação popular: responder de forma direta à finalidade prática a que se destinam; servir como um instrumento de aprendizado partilhado politicamente formador; auxiliar na construção progressiva de saberes populares; e compartilhar com a educação popular uma trajetória de empoderamento de seus integrantes (BRANDÃO, 2006. p. 46).

Destacando a importância do protagonismo daqueles que contribuem e partilham suas experiências, Brandão (2006) salienta que, para que o processo de pesquisa esteja alinhado com os princípios da educação popular, o pesquisador (a) deve confiar no seu interlocutor (a), pois,

(...) no dizer de si mesmo desenha para mim os cenários de vida e de destino que pretendo conhecer e interpretar. Mas devo ir além, pois devo criar com ele e em seu nome (bem mais do que em meu próprio) um contexto de construção do saber e como produto de saber conhecido e posto em prática, através de ações sociais de que **ele é (ou deveria ser) o protagonista** e eu sou (ou deveria ser) o ator coadjuvante (BRANDÃO, 2006, p. 52, grifo meu).

Para Viezzer e Ovalles, a pesquisa participante promove reflexões e protagonismo as comunidades uma vez que,

(...) a participação da comunidade/grupo numa pesquisa é algo mais do que uma colaboração com a instituição do pesquisador. É um desafio à autoridade científica, em muitos campos onde ela tem influência. **Porque a pesquisa participante tende a permitir que as comunidades possam sistematizar e analisar todo o conteúdo empírico das situações com as quais se confrontam e conseguir criar instrumentos úteis à mudança** (VIEZZER; OVALLES, 1994, p. 54, grifo meu).

Esse protagonismo citado tanto por Brandão (2006), quanto por Viezzer e Ovalles (1994) foi fomentado em todos os momentos da pesquisa, desde as possíveis discussões teóricas da elaboração do texto, até as formas de descrição do cenário institucional. Na posição de pesquisadora participante estive atenta a todas as narrativas, a fim de promover um espaço de diálogo não colonizador (ROMÃO; GADOTTI, 2012). Acerca disso, ao relacionar Paulo Freire com Amílcar Cabral, os autores José Eustáquio Romão e Moacir Gadotti (2012), destacaram que um ponto de convergência nas ideias de ambos era que “perceberam que não existe libertação das opressões sem a ‘descolonização das mentes” (ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 15), denunciando assim que há uma relação de poder, disputada entre aqueles que se sentem os verdadeiros produtores de cultura e aqueles que são considerados “sem cultura”.

Nessa conjuntura, os “sem cultura” integram as minorias como as comunidades indígenas, quilombolas, as pessoas das camadas populares, que geralmente são arremessadas às bordas da sociedade e, raras vezes têm suas vozes acolhidas no processo de produção dos saberes e da cultura, o que lembra o poema *Os ninguéns*, de Eduardo Galeano (2002). Nos versos do escritor latino-americano há uma crítica ao abandono das classes populares que são vistas como as classes que não falam idiomas, mas dialetos, que não têm cultura, mas folclore, e que assim seguem sendo excluídas dos espaços de discussão pelos organismos detentores de poder.

Sendo a cultural um processo social, e sua expressão “coerente com a visão de mundo da classe social que a criou e oportuna de acordo com os interesses históricos dessa mesma classe em contextos específicos” (ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 18), disponibilizar um espaço de fala e protagonismo aos moradores de um município como Alvorada é uma forma de ir à contramão da colonização das mentes, muitas vezes praticada pela academia ao exercer pesquisas de mestrado ou doutorado, pois mais importante do que escrever *sobre* uma comunidade é escrever *com* a comunidade. Também, porque no processo de pesquisa participante, ao promover uma reflexão acerca dos temas cotidianos quem pesquisa auxilia na leitura crítica das questões vividas e com isso “os grupos sociais oprimidos desenvolvem sua própria consciência” (ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 19).

Por sua vez, seguindo na mesma linha de raciocínio de Romão e Gadotti (2012), Cheron Zanini Moretti e Telmo Adams (2011) defendem no artigo *Pesquisa*

Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul, a (des)colonialidade do conhecimento na América Latina. Para eles,

Ao contrário do método de pesquisa tradicional, em que a objetividade e a neutralidade eram a condição para ser reconhecido como científico, a pesquisa participativa acredita que podemos conhecer em profundidade alguma coisa da vida da sociedade, ou da cultura, quando o(a) pesquisador(a) se envolve e se compromete com o que investiga (MORETTI; ADAMS, 2011, p. 454).

Eles destacam que a Educação Popular e a pesquisa participativa “têm sido, em suas práticas libertadoras e democráticas, um instrumento fundamental na construção de autonomias, sem abrir mão da rigorosidade metodológica (MORETTI; ADAMS, 2011, p. 449)”.

Ainda sobre a pesquisa participante, Luis R. Gabarrón e Libertad Hernandez Landa (2006), defendem que esse tipo de pesquisa é definida como,

(...) um método de pesquisa científica, no qual a participação da coletividade organizada – no processo de pesquisa – permite uma análise objetiva e autêntica da realidade social em que **o pesquisador é partícipe e aprendiz** comprometido no processo [se configurando como] uma proposta metodológica inserida em uma estratégia de ação definida, que envolve seus beneficiários na produção de conhecimentos (GABARRÓN; LANDA 2006, p. 113, grifo meu).

Seguramente, durante as visitas de campo ao campus Alvorada, estive na posição de aprendiz e partícipe, me esforcei para que minha integração nos espaços acontecesse de maneira orgânica, e posso dizer que me senti aceita nos grupos da instituição. A adoção do perfil de observadora participante, devidamente explicitado a todos que compartilhei da companhia, fez com que o acolhimento de minha presença fosse ainda maior.

2. 6 Grupos de Discussão e entrevistas individuais: a pesquisa participante e o exercício da confiança

A escolha dos procedimentos da pesquisa teve base o campo exploratório efetuado nos meses de junho a agosto de 2018, e a revisão bibliográfica. Mantendo os princípios da educação popular e da pesquisa participante, optei por acolher os discursos dos interlocutores por intermédio de dois métodos: grupo de discussão

para os jovens, e entrevistas individuais para a comunidade. Assim, as questões dos questionários semiestruturados utilizados com os moradores da comunidade e com os estudantes do curso técnico em meio ambiente que participaram dos mutirões de limpeza de lixo, foram elaboradas com base nas ideias de Wivian Weller (2006).

Durante o acolhimento dos depoimentos e as visitas de campos tive como ponto de referência a escuta atenta da pesquisa participante de Brandão (2006). Dessa forma, enquanto Weller (2006) me auxiliou na elaboração das questões que dariam cabo da pergunta de pesquisa, Brandão (2006) foi vetor de atitudes e comportamentos em campo, auxiliando nas formas de olhar, pensar e se posicionar perante os acontecimentos.

De acordo com Weller (2006) os grupos de discussão foram usados como método de pesquisa com jovens a partir da década de 1980, e servem como um instrumento para captar a opinião coletiva, as visões de mundo e as experiências vividas por um determinado grupo, e nesse processo os interlocutores da pesquisa passam a ser vistos, para além de suas opiniões individuais, como representantes do grupo social que compartilham das mesmas experiências. Essa autora afirma que o modelo de comunicação encontrado em um grupo

(...) não é casual ou emergente, muito pelo contrário: ele documenta **experiências coletivas** assim como características sociais desse grupo, entre outras: suas representações de gênero, classe social, pertencimento étnico e geracional. Nesse sentido, os grupos de discussão, como método de pesquisa, constituem uma ferramenta importante para a reconstrução dos contextos sociais e dos modelos que orientam as ações dos sujeitos (WELLER, 2006, p. 246, grifo meu).

Ao escolher o grupo de discussão como método de entrevista, além de proporcionar um encontro descontraído e mais atrativo aos estudantes, meu objetivo principal foi verificar, no discurso daqueles que se propuseram a participar do encontro, convergências e tendências nas respostas, que demonstrassem “um *habitus* coletivo” (WELLER, 2006, p. 247) e que auxiliassem na compreensão e significação da questão de pesquisa. Nesse sentido elaborei um “tópico-guia com os temas que pudessem servir como estímulo” (WELLER, 2006, p. 249) para a conversa com os alunos. As questões elaboradas estavam voltadas à cidade de Alvorada, a experiência de estudar no IFRS, a relação com a comunidade e aos mutirões de limpeza. Além das experiências individuais busquei, à luz do referencial

teórico, captar os temas que estavam subentendidos nas falas dos interlocutores, como violências, preocupações, frustrações.

Esse tópico guia serviu como coluna dorsal e estruturante de outras questões pertinentes que emergiram no momento do grupo de discussão. Por exemplo, ao perguntar sobre a experiência de viver na cidade de Alvorada, uma das alunas relacionou sua experiência com o medo de andar na rua por sua condição de mulher, o que abriu um tópico sobre violência de gênero. Ou quando perguntados sobre a experiência de frequentar um curso técnico em meio ambiente integrado ao ensino médio, outra estudante relacionou a questão com a dificuldade de ser uma jovem mãe estudante. Esse tipo de relação, embora não fosse escopo da pesquisa, foi considerada no processo de escrita.

A condução da conversa ocorreu de maneira que todos fossem ouvidos, sem tempo específico para as respostas, e as perguntas foram direcionadas ao grupo, não a um integrante específico. Além disso, as questões foram elaboradas de uma forma que motivassem narrativas sobre os fatos de interesse da pesquisa, portanto, ao invés de iniciar uma pergunta com *por que*, optei por questões que priorizassem o *como*, ou *me contem determinado fato*. O tópico-guia foi elaborado com um conjunto de perguntas que possuíam determinados objetivos (Quadro 2):

Quadro 2 – Modelo de tópico guia para grupo de discussão.

Temática	Pergunta	Objetivo
Cidade de Alvorada	<i>Vocês moram em Alvorada? Poderiam me contar como é o dia-dia no bairro/cidade?</i>	Compreender o contexto social no qual estão inseridos, possíveis violências, preocupações sociais.
IFRS Alvorada	<i>Vocês podem me contar como tomaram conhecimento do IFRS Alvorada e os motivos que os levaram a vir estudar aqui?</i>	Saber como estes jovens ingressam nessa instituição.
Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente ao Ensino Médio	<i>Como vocês veem essa experiência de estar participando de um curso técnico em meio ambiente integrado ao ensino médio?</i>	Verificar como a experiência de participar de um curso integrado promoveu novas perspectivas de atuação profissional, e social.
Mutirão de Limpeza	<i>Vocês poderiam me contar como surgiu a ideia de fazer um mutirão de limpeza no terreno em frente ao</i>	Conhecer a identidade coletiva do grupo que orientou essa prática ambientalmente

	<p><i>campus e como foi essa experiência?</i></p> <p><i>Soube que após o primeiro mutirão a comunidade se mobilizou e fez o próprio mutirão. O que vocês acham que os levou a fazer esse segundo mutirão?</i></p> <p><i>Em julho de 2018 participei de um mutirão com vocês? Podem me contar o que levou o grupo a fazer esse outro mutirão no terreno em frente ao campus?</i></p>	<p>orientada.</p> <p>Identificar a relação/visão que o grupo tem da atividade feita pela comunidade.</p>
Outros	<p><i>Não tenho mais perguntas, vocês gostariam de falar ainda sobre algum assunto que a gente não conversou?</i></p>	<p>Incentivar a discussão de outros temas que o grupo achasse relevante.</p>

Fonte: Gabrielli da Silva Pio Bertoldi, ano 2018.

O tópico-guia foi utilizado para orientar a atividade, porém as contribuições do grupo foram muito além das questões gerais. De acordo com Weller (2006),

O tópico-guia de um grupo de discussão não é um roteiro a ser seguido à risca e tampouco é apresentado aos participantes para que não fiquem com a impressão de que se trata de um questionário com questões a serem respondidas com base em um esquema perguntas-respostas estruturado previamente. Porém, isso não quer dizer que não existam critérios para a condução dos grupos de discussão (WELLER, 2006, p. 249).

Importante salientar que além da economia de tempo, o grupo de discussão permite que os jovens sintam-se a vontade por estarem com colegas da mesma faixa etária e que pertencem ao mesmo meio social. Ele também permite verificar detalhes do convívio social, promove reflexões que os próprios jovens ainda não haviam elaborado, e o grau de confiabilidade dos discursos se amplia, uma vez que mediante ao grande grupo dificilmente um interlocutor elabora narrativas inventadas.

O critério para os estudantes participarem do grupo de discussão era ter contribuído com um dos mutirões de limpeza, visto que o objetivo da conversa era compreender os motivos da prática ambientalmente orientada dos mutirões e a relação com a comunidade.

Para o grupo de discussão, após conversar com os gestores do campus e solicitar uma sala para a atividade, realizei o convite aos estudantes em uma das

aulas que estava acompanhando e entreguei os Termos de Assentimento Livre Esclarecido – TALE (Apêndice 1), para que os pais dos estudantes autorizassem a participação. O grupo de discussão ocorreu em uma quarta-feira às 18 horas, ou seja, após o horário das aulas regulares, por preferência dos estudantes, que foram consultados previamente sobre possibilidades de datas e tempo disponível.

Em conversa prévia com os estudantes tomei conhecimento que havia dezessete educandos que participaram do primeiro mutirão, e dez no segundo. No dia do encontro, contei com a presença de seis estudantes e da mãe de uma das meninas, a qual fez questão de participar (Quadro 3) e que recebeu um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLA (Apêndice 2), no momento do grupo de discussão, a fim de autorizar sua inserção na pesquisa. A presença dessa mãe foi uma grata surpresa, pois além de ter contribuído com a sua perspectiva, demonstrou grande interesse na vida escolar dos filhos e compartilhou a sua experiência como moradora de Alvorada e trabalhadora.

Para preservar os nomes dos participantes da pesquisa, cheguei a procurar os estudantes para que criassem seus nomes fictícios, porém optaram que essa tarefa ficasse comigo. Nesse sentido busquei nomear os envolvidos por emoções e sentimentos que correspondem às características pessoais apresentadas no grupo de discussão e nas entrevistas.

Quadro 3 – Perfil dos interlocutores que participaram do grupo de discussão.

Esperança (mãe da estudante Valentia)	Mulher de 44 anos reside em Alvorada há quatorze anos com seus três filhos, e trabalha em Porto Alegre como auxiliar técnica em nutrição, por isso se desloca todos os dias de ônibus para a capital. Tem como lazer preferido estar com a família e gosta de participar de grupos no trabalho.
Gentileza	Tem 26 anos nasceu e mora em Alvorada com o esposo e a filha de quatro anos. Sua mãe estudou até a quarta série do ensino fundamental e trabalha como doméstica. Nas horas vagas, quando não tem trabalhos de aula, organiza a casa e dá atenção para a filha e para o marido.
Ideologia	Tem 17 anos, não tem filhos, tem um irmão, nasceu em Porto Alegre, mas vive em Alvorada desde que nasceu. Mora com seus pais, não frequenta nenhum outro curso

	além do curso do IFRS, sua mãe possui ensino médio completo e seu pai trabalha em uma transportadora. Ele tem como lazer a leitura e participa das reuniões do coletivo Marielle Franco, do IFRS Alvorada.
Simpatia	Tem 17 anos, não tem filhos, é filho único, nasceu em Alvorada, mora com os pais, não frequenta nenhum outro curso além do curso do IFRS, sua mãe possui ensino médio completo e trabalha como quiropraxista e seu pai possui ensino fundamental completo e tem como profissão ser empresário, conforme o estudante preencheu na ficha. Simpatia tem como lazer praticar o ócio criativo e plantar.
Valentia (filha de Esperança)	Tem 17 anos, não tem filhos, tem três irmãos, vive em Alvorada há quatorze anos, não frequenta nenhum outro curso além do curso do IFRS, tem sua mãe como pessoa de referência em casa, sua mãe tem ensino médio completo e trabalha como auxiliar em nutrição, seu pai possui ensino fundamental incompleto e trabalha como chapeador e pintor automotivo. Ela tem como lazer dançar.
Liberdade	Tem 16 anos, não tem filhos, tem dois irmãos, nasceu em Alvorada, mora com seus pais, não frequenta nenhum outro curso além do curso do IFRS, sua mãe tem ensino médio completo e trabalha como pesquisadora, segundo preencheu na ficha, seu pai possui ensino fundamental incompleto e trabalha como garçom. Ela tem como lazer passear com os cães, ler e estar com os amigos e família. Participa do coletivo Marielle Franco, do IFRS Alvorada.
Vontade	Tem 16 anos, não tem filhos, possui um irmão, nasceu em Alvorada, mora com seus pais, não frequenta nenhum outro curso além do curso do IFRS, tem interesse em fazer concurso público para atuar como técnico em meio ambiente, sua mãe tem ensino médio completo e trabalha como professora, seu pai tem ensino superior e trabalha como secretário de escola. Ele tem como lazer acampar e gosta de animais e lidas campeiras.

Fonte: Gabrielli da Silva Pio Bertoldi, ano 2018.

No dia do grupo de discussão, para o qual levei um gravador, sentamos em círculo sobre um pano, e em uma conversa descontraída dialogamos sobre os temas. Seguindo os preceitos da pesquisa participante, compartilhamos experiências coletivamente, eles sobre a relação com a cidade, sobre estudar no IFRS Alvorada, sobre ser mãe de estudantes, sobre ser aluna mãe e sobre os mutirões de limpeza; eu sobre a experiência de ter morado na cidade, trabalhar como fiscal ambiental e sobre a formação docente.

O encontro durou uma hora e meia e no final os alunos preencheram um questionário com mais detalhes pessoais conforme orientação de Wivian Weller (2006) que se encontra no anexo 3 dessa dissertação. Para além do encontro formal, marcado especificamente para a pesquisa, tive a oportunidade de conviver com esses jovens em outras atividades institucionais, como eventos, mostras, atividades de extensão, assim como no coletivo Marielle Franco, o qual passei a frequentar com assiduidade.

Para as pessoas da comunidade (Quadro 4), diferente do grupo de discussão com os estudantes, realizei entrevistas individuais, porém havia uma dificuldade de acesso as pessoas, primeiro porque boa parte do bairro foi construído em área de ocupação irregular que seguidamente passa por processos de pressão por desocupação e assédio de diversas formas que causavam desconfiança a qualquer pessoa que tentasse se aproximar com interesses espúrios, segundo porque não via uma abertura para chegar nos moradores e fazer perguntas sem nunca ter sido vista.

Quadro 4 – Pessoas da comunidade que concederam entrevistas individuais.

<p>Dignidade (36) Guerreira (25)</p>	<p>O casal têm duas filhas, de seis e três anos, recebem o benefício da Bolsa Família e possuem quatro cães no pátio, todos acolhidos das ruas. Sua casa é simples, mista, e ambos estavam desempregados no momento da entrevista. Estudaram até o oitavo ano do ensino fundamental e gostariam de concluir os estudos, fazendo alguma formação na área de cuidador de idosos.</p>
<p>Carisma (57)</p>	<p>Nascido em Alegrete, é aposentado e mora no local com sua esposa a quatro anos, sendo um dos primeiros moradores da comunidade. Carisma não é alfabetizado. Possui duas casas no bairro, uma onde reside e outra na rua em frente ao campus Alvorada, onde a esposa tem um brechó. Seu passatempo é cuidar de seus cavalos, patos e outros animais que cuida.</p>

Sublime (27),	Tem três filhos de 2, 4 e sete anos e mora na comunidade há dois anos. Estudou até a sétima série, e seu sustento sai da Bolsa Família. No seu terreno há duas casas, uma dela e outra dos pais. Sua rotina se resume em cuidar dos filhos e da casa.
Desamparo (53)	Tem dois filhos adultos, sendo que um mora no mesmo pátio com seu neto e o outro se mudou para o interior com a família. Desamparo não é alfabetizada. Foi morar na comunidade porque não tinha mais condições de pagar aluguel. Seu sustento vem das quentinhas que produz e vende de terça a sábado.

Fonte: Gabrielli da Silva Pio Bertoldi, ano 2018.

Para romper a dificuldade de acesso às pessoas da comunidade contei com o apoio inefável de uma servidora técnica administrativa do IFRS Alvorada, que foi primordial para o sucesso dessa etapa. A profissional é formada em Biologia e cursa Medicina Veterinária por seu amor aos animais, trabalha no campus e tem uma relação muito próxima com a comunidade. Com frequência ela convida duas ou três alunas e faz panfletagem nas casas convidando as pessoas para os cursos, atividades de extensão, festividades em geral. Ela é conhecida por todos na comunidade, é a responsável dos cursos de curta duração ofertados pelo Governo Federal, os cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, e tem interesse em ajudar no acesso a educação da comunidade.

Incansável em sua meta conhece cada morador, suas rotinas, seus filhos, e procura estar presente para favores simples, como tirar cópias, oferecer acesso aos computadores, entre outras ações que possam aproximar a comunidade do campus. Por sua aproximação com a Medicina Veterinária, é acolhida com carinho nas casas por prestar serviço voluntário de cuidado aos cães, gatos e demais animais de estimação, doando medicamentos, e conseguindo procedimentos de castração gratuitos. Essa profissional foi minha parceira de pesquisa, e sem a companhia dela não seria possível ter acesso às pessoas. Ela conhecia o “ritmo da vila”, os melhores dias para entrar e para não entrar na rua. Sabia em quais casas podia-se bater palmas, quem estava em casa, entre outras peculiaridades que só quem conhece um determinado local sabe.

Nessa conjuntura, o critério utilizado para entrevistar a comunidade foi conversar com aqueles que se propusessem a contribuir com a pesquisa. Tarefa que teve de ser efetuada com cautela, uma vez que o tráfico de drogas da região

vigia toda e qualquer atividade atípica. Esse foi um dos motivos pelo qual a amostra da entrevista com a comunidade limitou-se a cinco participações.

Tendo em vista as peculiaridades do lugar, a entrevista com a comunidade foi organizada de maneira que as questões fossem pontuais e possibilitassem adquirir respostas que auxiliassem no entendimento da questão de pesquisa. Para as entrevista levei apenas um gravador, no intuito de não chamar a atenção. Ao chamar os moradores Val era recebida com carinho e me apresentava como estudante de mestrado, pedindo a contribuição do morador (a), que prontamente atendiam o convite, não por mim, mas por respeito e amizade a ela. Nesse contexto é que foi possível entrevistar as cinco pessoas apontadas no quadro nº4 com um tempo bastante preciso, ou seja, cada entrevista durou em torno de uns 20 minutos.

Tive especial cautela ao elaborar as questões para a comunidade, pois, havia um receio de ser invasiva e com isso perder a atenção ou interesse do meu interlocutor (a). Minha experiência profissional como fiscal ambiental me ensinou que devido as constantes ameaças de desapropriação de moradia impostas pelo poder público a estas comunidades é frequente o medo de responder a questionários ou receber pessoas estranhas nas residências. Destarte, as questões para a comunidade também foram elaboradas com base em Weller (2006) e ficaram organizadas conforme Quadro 5:

Quadro 5 – Modelo de tópico guia para entrevistas individuais com moradores.

Temática	Pergunta	Objetivo
Cotidiano	<i>Poderiam me contar como é a sua rotina, seu dia-dia?</i>	Saber se a pessoa trabalha, se possui tempo livre, se frequenta algum grupo, coletivo, religião.
IFRS Alvorada	<i>Pode me contar como você tomou conhecimento da vinda do IFRS Alvorada para esse local?</i> <i>Como você, se sente com a presença dessa escola/instituição perto da sua casa?</i> <i>Se você tivesse que participar de um curso, um grupo, alguma atividade quais assuntos que te interessariam?</i>	Saber de que maneira a comunidade tomou conhecimento da instalação do IFRS Alvorada e como ela vê esse lugar. Se é simpática ao lugar. Saber áreas de interesse para a oferta de possíveis eventos, cursos, oficinas, coletivos, atividades no IFRS.

Mutirão de Limpeza	<i>Soube que a comunidade se mobilizou e fez um mutirão de limpeza na rua no início do ano. Você poderia me contar como surgiu essa ideia? Você participou?</i>	Compreender o que orientou essa prática ambientalmente orientada. Identificar se há relação com a atividade feita pelos alunos. Se houve inspiração provocada pelo IFRS campus Alvorada.
Família e situação social	<i>Quantas pessoas vivem na sua casa? Da onde vem o sustento da sua família?</i>	Entender minimamente o contexto social sem criar desconforto durante a conversa, por isso foi uma pergunta feita só no final e somente caso o entrevistado não houvesse citado a constituição familiar nas demais questões.

Fonte: Elaborado por Gabrielli da Silva Pio Bertoldi, ano 2018.

Ao todo realizei 1 hora, 31 minutos e 42 segundos de conversa no grupo de discussão com os estudantes e 57 minutos e 30 segundos de entrevistas individuais com os moradores da “Av. A”, sendo que todas foram gravadas e transcritas. Posteriormente, as falas dos interlocutores foram agrupadas de acordo com as categorias criadas no tópico guia:

1. Questões sobre a cidade de Alvorada/cotidiano.
2. Questões sobre o IFRS, campus Alvorada/curso técnico integrado.
3. Questões sobre os mutirões de limpeza.
4. Assuntos gerais que emergiram das questões do tópico guia.

A transcrição tanto do grupo de discussão quanto das entrevistas individuais foi efetuada na íntegra, ouvindo e escrevendo as falas, e anotando pausas. A fim de auxiliar a pessoa que lê a captar a cadência dos diálogos ao se deparar com recortes das falas no texto, criei uma legenda com base nas orientações de Weller (2006), conforme Quadro 6.

Quadro 6 – Legenda das transcrições do grupo de discussão e das entrevistas individuais com a comunidade do entorno do campus Alvorada do IFRS.

Símbolo	Significado nos recortes textuais dos interlocutores (as)
(2)	Número entre parênteses expressa uma pausa de x segundos.
<u>exemplo</u>	Palavras pronunciadas de forma enfática pelos interlocutores foram sublinhadas.
(...)	Representa corte do áudio efetuado no processo de transcrição e uso das falas.
[]	Frases entre colchetes são observações e explicações da autora, acrescentadas para contextualizar as falas.

exemplo	Palavras em negrito são destaques efetuados pela autora após a transcrição.
----------------	---

Fonte: Elaborado por Gabrielli da Silva Pio Bertoldi, com base em Weller (2006).

Os relatos das pessoas entrevistadas e do grupo de discussão, contribuíram de modo inestimável, uma vez que delinearão os cenários, denunciaram descasos, compartilharam angústias e por diversas vezes desacomodaram pela intensidade e detalhamento. Dessa forma, seus relatos e suas discussões formam o cerne de maior importância para a produção dessa dissertação e sem eles não teria sido possível costurar os fatos e relacioná-los ao referencial teórico escolhido no exercício de análise.

A fim de contextualizar a pessoa que lê a respeito da cidade escolhida como lugar de pesquisa, no capítulo que segue apresentarei a cidade de Alvorada levando em consideração as visões de outros autores (as) juntamente com a visão dos entrevistados (as) e estudantes acerca da cidade e da escola no contexto da educação ambiental.

3. A CIDADE DE ALVORADA

Nesse capítulo apresentarei a cidade de Alvorada, suas relações socioambientais e o olhar de meus interlocutores acerca do contexto. Acredito que a descrição da dinâmica de um lugar muito nos diz sobre os valores, a cultura e as necessidades dos grupos sociais que o compõem e por vezes pecamos em não apresentar o cenário para aqueles (as) que irão nos ler. Mais do que isso, a paisagem onde a prática se desenvolve não é apenas um cenário, mas uma parte que constitui a análise da pesquisa. Nessa paisagem também se encontra a escola que foi pesquisada, ou seja o Instituto Federal RS, Campus Alvorada que também será apresentado. Embora no capítulo quatro seja apresentada um recorte importante dos Institutos Federais, me pareceu importante trazer a escola junto ao cenário da cidade, pois uma escola como essa, numa cidade como Alvorada tem o seu significado político e pedagógico.

Para o antropólogo brasileiro José Magnani (2009) uma cidade,

(...) mais do que um mero cenário onde transcorre a ação social, é o resultado das práticas, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos, rede viária, mobiliário urbano, eventos, etc.) em sua complexa rede de interações, trocas e conflitos (MAGNANI, 2009, p. 132).

Em complemento ao conceito de cidade apresentado por Magnani (2009), Marielle Franco (2014) elabora o conceito de periferia e/ou favela. Segundo ela, “a visão predominante de que favelas e periferias são locais de ausência, carência, onde predomina a ‘vagabundagem’, ou a narrativa do assistencialismo, em um espaço considerado território de ‘pobres coitados’” (FRANCO, 2014, p. 14) precisa ser repensada. No intuito de romper com uma visão estereotipada sobre as pessoas da favela ela propunha em seu trabalho uma ideia de favela como um espaço de produção, uma potência, um lugar onde seus habitantes, mesmo desprovidos de investimentos do Estado são capazes de inventar suas formas de regular e resistir à vida por intermédio da arte, da mobilidade, das moradias, entre outros (FRANCO, 2014, p. 14). Ao utilizar seu conceito e visão de mundo, faço um tributo a sua luta –

nossa luta – de reconhecer as potencialidades das pessoas que vivem, crescem e trabalham na periferia.

Para Freire (2011b, p. 72), a favela pode ser entendida como um lugar “onde cedo se aprende que só a custo de muita teimosia se consegue tecer a vida com sua quase ausência – ou negação –, com carência, com ameaça, com desespero, com ofensa e dor”. Assim como a comunidade da Maré descrita por Franco (2014), ou como a favela delineada por Freire (2011b) Alvorada possui suas peculiaridades.

Historicamente, a área que constitui o Município de Alvorada pertencia ao 3º Distrito de Viamão, com a denominação de Passo do Feijó. O início da povoação de Alvorada pode ser relacionado com a concessão das primeiras sesmarias do sul, em meados de 1775, quando as principais atividades econômicas ainda eram a produção de hortifrutigranjeiros e leite, produtos esses que eram comercializados em Porto Alegre, nos bairros Passo da Mangueira e Triângulo. Com a emancipação da cidade, em 17 de setembro de 1965, por intermédio de um movimento popular de moradores, implantou-se a Lei Estadual nº 5.026, denominando-o como 3º Distrito de Alvorada.

O nome Alvorada foi sugerido por um dos membros da comissão de emancipação, o qual considerou dois fatores: o termo alvorada propriamente dito, que se refere ao crepúsculo matutino, o nascer do Sol para o povo que desperta às primeiras horas da manhã e dirige-se ao trabalho; e o Palácio da Alvorada, inaugurado em 1960, na nova capital do País, Brasília⁹.

Muitas foram às famílias que vieram morar em Alvorada por questões financeiras, algumas ocupando terras, outras adquirindo seu primeiro imóvel por intermédio de programas governamentais, e outras por encontrar aluguéis mais acessíveis do que em Porto Alegre. Nos bairros onde a maior parte das moradias advém de ocupações, como parte dos bairros Umbú, Torotama, Reprise e 11 de Abril, a distribuição adequada dos serviços básicos ficou prejudicada. Em busca de mais informações sobre a cidade, visitei a biblioteca pública do município e encontrei uma obra que foi organizada em 2006, pela pesquisadora Vera Lúcia Maciel Barroso, intitulada de *Raízes de Alvorada: Memória, História e Pertencimento*. Além de possuir uma quantidade interessante de imagens dos primórdios da cidade, o

⁹ Informações obtidas no site oficial <https://alvorada.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/23>, acesso em 29/08/2018. Outras informações também podem ser conhecidas por meio da pesquisa desenvolvida pela prof. Edla Eggert (2016) financiada pelo CNPq, e pela dissertação de orientada pela mesma professora. Ver em especial: Katia da Silva (2018), financiada pela CAPES.

livro resgata uma diversidade de acontecimentos históricos, trazendo como interlocutores os próprios moradores. Sobre as moradias, Barroso (2006), corrobora minhas percepções acerca do lugar e dos modos de vida existentes.

Percorrendo o curso do Arroio, podemos notar uma grande concentração residencial **tendo como maioria uma população de baixa e média renda** (...). A região abrange **áreas de conflito** no que tange a ocupação inadequada, **deficiência de serviços de saneamento básico**, áreas verdes e de lazer e equipamento ambiental. Tais problemas se fazem sentir, por outro lado, nos cursos d'água da bacia que desemboca no Rio Gravataí, de onde é captada parte da água consumida pelas populações de Porto Alegre e de Alvorada. (...). Estima-se que cerca de 45 vilas, sendo a maioria de **ocupação irregular**, encontram-se ao longo das margens do Arroio (BARROSO, 2006, p. 100).

Em pesquisa de mestrado recente, intitulada de “*Formação Docente no ‘Projeto Trajetórias Criativas’ de uma escola do município de Alvorada*”, Kátia Oliveira Silva, conterrânea da cidade, destaca que,

A maior parte da população vive com uma média de 3 a 4 salários mínimos e, portanto, **vive em situação precária**, enquanto uma pequena parcela da população vive com abundância – os empresários e industriários bem-sucedidos e que residem há anos no município. O maior destaque nessa dominação é a empresa de transporte público do município, que se mantém única desde 1951 (SILVA, 2018, p. 36, grifo meu).

Embora Silva (2018) vivesse em um bairro distinto ao que pesquisei seu relato não difere de minha experiência com a cidade, o que demonstra que a percepção em relação ao cotidiano, de certa maneira, se reproduz.

Pensando em termos geográficos a cidade está localizada na região metropolitana de Porto Alegre, tendo como limites os municípios de Viamão, Gravataí, Cachoeirinha e Porto Alegre, e como área de unidade territorial 71,311 Km². Segundo os dados do IBGE de 2011 a população de Alvorada possui 195.673 habitantes, configurando-se assim como uma cidade de porte médio, em termos populacionais.

Assim como os municípios de Porto Alegre, Canoas, Viamão, Cachoeirinha, Gravataí, Glorinha, Taquara e Santo Antônio da Patrulha, integra a bacia hidrográfica do Rio Gravataí, e dois dos principais afluentes desse rio atravessam a cidade: o Arroio Feijó e o Arroio Águas Belas. Além do Arroio Feijó outros corpos

d'água de menor porte atravessam o município, como o Arroio Passo da Figueira, o Arroio Águas Mortas e o Arroio São João, todos integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. Esses cursos d'água, muito mais do que rios encerrados em sua forma, coexistem com e no contexto socioambiental, interagindo com a vida da população.

Conhecidos popularmente como “valão”, eles são devidamente abraçados pelo espaço urbano, coexistindo dentro dos pátios de algumas moradias localizadas em áreas consideradas de risco ou de proteção, como as áreas de proteção permanente, APP's, definidas por órgãos como o Ministério Público¹⁰, muitas vezes sendo o motivo de famílias terem de abandonar suas casas em épocas de extravasamento das águas por conta de enchentes¹¹. Nas imediações do bairro Santa Bárbara, cabe registrar a extinta Lagoa Negra degradada pelo excesso de eutrofização e assoreamento ocasionado por ocupações e criações de suínos.

Outro corpo d'água que merece destaque fica na região do bairro Intersul, sendo denominado de Lagoa do Cocão. Segundo Barroso (2006, p.107),

(...) a origem do nome Lagoa do Cocão deu-se provavelmente, devido à Vila Intersul ser conhecida como Cocão, inclusive a Av. Frederico Diehl que atravessada toda aquela área, denominada Estrada do Cocão e também, porque naquele tempo, toda aquela área era campo (pequenas chácaras), culminando uma grande quantidade de uma espécie de árvore nativa, chamada Cocão.

A Lagoa do Cocão apresenta uma lâmina d'água com aproximadamente 0,5 hectare de superfície e uma profundidade que varia desde poucos centímetros junto às margens, até alguns metros nas partes mais profundas (BARROSO, 2006). O espaço em torno da lagoa serve como praça pública, possuindo área de recreação com brinquedos infantis e assentos para lazer. Felizmente, uma revitalização do lugar iniciou no ano de 2018 em decorrência de um acordo ambiental com a empresa fornecedora de água do município e a promessa é entregar um ambiente de lazer adequado à comunidade.

¹⁰ Essa observação vem da experiência de trabalho como Fiscal Ambiental e de processos de desocupação de áreas que recebemos com frequência do MP.

¹¹ As enchentes fazem parte do cotidiano das famílias, inclusive, a gestão pública solicita doações para ajuda-las. Notícias e esclarecimentos sobre o tema são frequentes, como “Alagamentos em Alvorada: Defesa Civil informa sobre áreas atingidas pelas chuvas”, disponível em <https://www.alvorada.rs.gov.br/alagamentos-em-alvorada-defesa-civil-informa-sobre-areas-atingidas-pelas-chuvas/>. Acesso em 29/08/2018.

No que se refere ao comportamento econômico local o comércio é centralizado principalmente na região de entorno da prefeitura municipal e da Avenida Presidente Getúlio Vargas, e no Distrito Industrial, sendo reproduzido em menor escala em todas as demais macrozonas e bairros da cidade. Também é comum a presença de trabalhadores autônomos e ambulantes que vendem lanches e assemelhados.

Os espaços de lazer da cidade, quase inexistentes, encontram-se distribuídos em alguns bairros como pequenas praças públicas, as quais em sua maioria possuem área de recreação infantil e bancos, porém, a manutenção ruim, por vezes inviabiliza o uso, ou a própria insegurança vivida pelos moradores impede que usufruam dos espaços com tranquilidade. Também é comum em alguns bairros a presença de pistas de skate para as juventudes, porém, devido à questão da segurança, não costumam ser frequentadas por todos os integrantes da comunidade.

Em 2016, no estudo Mapa da Violência¹² efetuado em cidades com menos de 10.000 habitantes, a cidade de Alvorada ocupou a 60ª posição no ranking de homicídios por arma de fogo, entre 5.565 municípios brasileiros, e o 1º lugar no estado do Rio Grande do Sul. Ainda, no Mapa da Pobreza e Desigualdade nos Municípios Brasileiros¹³, a cidade aparece com 37,68% de incidência de pobreza nas famílias.

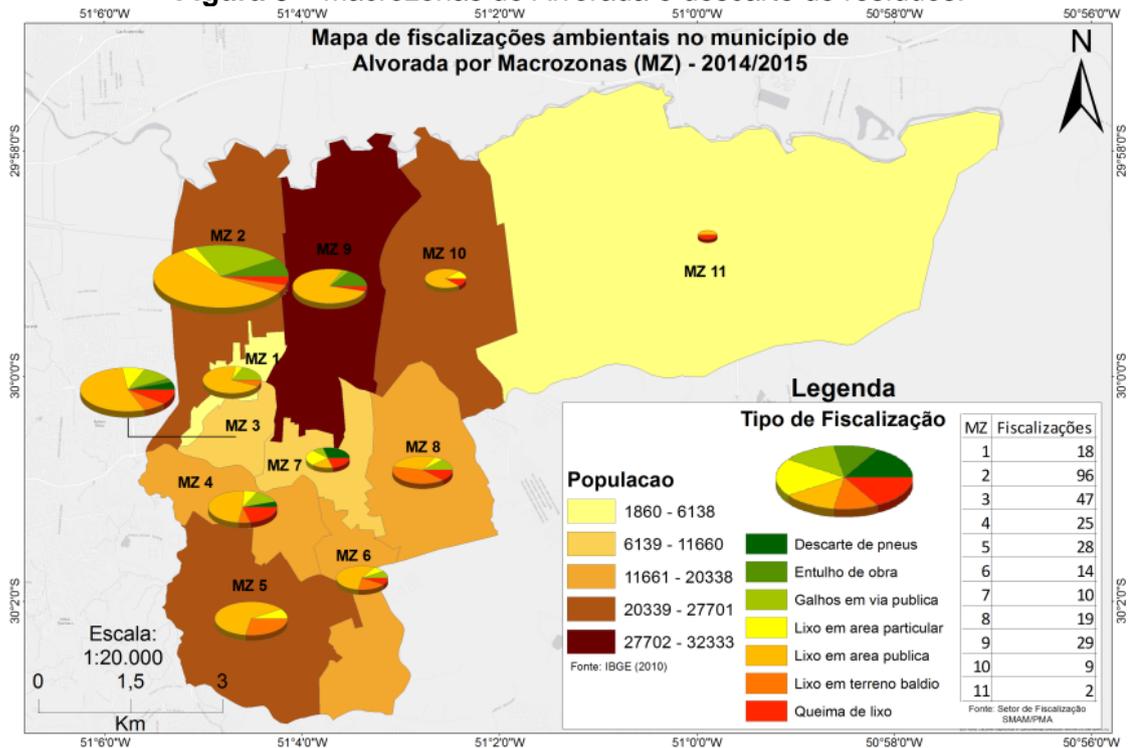
Além da ausência de espaços públicos de qualidade, se naturalizou uma indiferença com as praças e os locais públicos que se reflete na falta de manutenção do passeio em frente às residências e do descarte irregular de resíduos de diversas formas. Em pesquisa construída em parceria com um colega de trabalho, no ano de 2016, identificamos uma relação das macrozonas do município com o descarte de lixo (Figura 3).

Curiosamente, a área ocupada pelo IFRS campus Alvorada possui a incidência de quase todos os tipos de descarte apresentados no mapa elaborado em 2014.

¹² Disponível com gráficos e documento completo em <http://www.mapadaviolencia.org.br/>. Acesso em 04 de janeiro de 2018.

¹³ Disponível no site do IBGE no endereço <https://ww2.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 04 de janeiro de 2018.

Figura 3 – Macrozonas de Alvorada e descarte de resíduos.



Fonte – Mapa produzido por Gabrielli da Silva Pio Bertoldi em parceria com Pedro Verran¹⁴.

3.1 A cidade de Alvorada pelos olhos de meus interlocutores

Tendo em vista os princípios da pesquisa participante e sua forma compartilhada de construir os saberes, um elemento de grande relevância é a visão de meus interlocutores acerca da cidade. Dessa forma, darei início a esse subtítulo apresentando o campus Alvorada e as moradias da Av. A (Figura 4), assim como as palavras do estudante Ideologia, e sua sábia constatação sobre a cidade e o elemento principal que a compõe,

Eu moro em Alvorada desde que eu nasci, mas eu vou falar mais das pessoas porque **uma cidade é feita de pessoas**, eu acho Alvorada muito **paradoxal**, porque, ao mesmo tempo que as pessoas podem ser muito legais contigo, elas só fazem isso se elas te conhecem (Ideologia, GD dia 05/09/2018, grifo meu).

¹⁴ Mapa elaborado em parceria com o colega de trabalho Pedro Verran, por ocasião de uma pesquisa sobre o descarte irregular de resíduos na cidade de Alvorada, tendo como base as multas e notificação de lixo da fiscalização ambiental. O material foi apresentado na mostra científica do IFRS Porto Alegre, tendo como título “Mapa dos resíduos: os resultados da cultura do consumo no município de Alvorada/RS”.

Nessa perspectiva apresentada pelo componente do GD, uma comunidade é a representação daquilo que as pessoas fazem dela, o que lembra de certa maneira as palavras de Paulo Freire (1989) ao defender que as pessoas transformam o mundo por intermédio de sua ação. Além disso, o estudante que foi um dos atores que cederam sua voz a esta pesquisa identifica um “paradoxo” associado ao município.

Figura 4 – Montagem fotos portaria do campus Alvorada e casas da “Av. A” observadas da janela do refeitório.



Fonte – Arquivo pessoal de Gabrielli da Silva Pio Bertoldi, ano 2018.

Sobre a realidade social de algumas famílias que vieram para Alvorada, o relato de um de meus entrevistados demonstra as dificuldades vividas por uma parcela das pessoas que foram morar nessa comunidade, e de certa forma ilustra como a luta por moradia ainda faz parte da vida de algumas famílias brasileiras:

(...) Nós somos os primeiros moradores da rua, era tudo mato (...) porque eu e a minha esposa, a gente não tinha onde morar, então o que a gente teve que fazer, ela estava grávida, **nós fizemos uma barraca**, nós dormíamos ali dentro, fazia comida na rua (...) hoje graças a Deus a gente tem tudo, mas na época a gente pegava umas pedras colocava no chão e fazia um fogãozinho, colocava as panelas, me lembro uma vez, deu um temporal, um temporal, um temporal (2). Mas depois da barraca melhorou, depois da barraca a gente fez uma **casa com os galhos das árvores** e fizemos um telhado de folhas com essa de tomar banho de piscina, uma lona de piscina, depois só foi melhorando (...) tinha até **resto de material da faculdade** [materiais descartados na construção do campus Alvorada] de madeira, a gente andava na rua de carrinho de mão para pegar madeira, para fazer uma parede, a minha janela era uma cerca de uma casa [risos] quando a gente acendia a luz dava pra ver nós lá da outra casa [risos] foi bem dificultoso, bem difícil, mas as pessoas até ajudaram a gente um pouco (...) se Deus quiser daqui a

alguns dias poderei comprar uma máquina de lavar roupa (Dignidade, entrevistado 10/09/2018, grifo meu).

No relato de Dignidade além da simplicidade de alguém que vive nas classes populares, é possível observar que perante a gravidez da esposa, que segundo ele na época morava com os pais em Porto Alegre, e mediante a ausência de moradia para a nova família que começava a crescer, se fez necessária uma atitude desesperada e desafiadora: ocupar uma área considerada ociosa de pouco interesse e começar uma vida do zero. Conforme ele explica, as dificuldades diminuíram à medida que a moradia passou de uma casa de lona, a uma casa de madeira construída com parte do material descartado da obra do campus Alvorada. Assim como a família de Dignidade, outra moradora, Desamparo, também relata a felicidade de “adquirir” seu primeiro imóvel na área ocupada.

Antes de morar aqui eu vivia de aluguel. No aluguel tu investe no que não é teu, come na mesa em tudo o que é situação, é no remédio que tu precisa, é no café, é no pão, é na veste, em tudo (Desamparo, entrevistada em 10/09/2018).

Nessa entrevista é possível perceber o empobrecimento das pessoas e a necessidade delas buscarem cada vez mais morar nas periferias, sendo Alvorada um desses lugares. Pelo fato de não possuir mais condições de pagar aluguel, e provavelmente, se não houvesse ocupado o terreno estaria morando na rua. Além dela e de Dignidade, um terceiro exemplo de pessoas que se mudaram para a cidade é trazido pela estudante Valentia, que em meio a sorrisos conta a preocupação de sua avó ao saber que mudaria para Alvorada:

(...) eu tenho como exemplo a minha vó, quando ela descobriu que a gente vinha morar aqui ela disse ‘meu Deus onde é que vocês vão morar? Onde é que fica isso?’ e até pouco tempo ela inda falava ‘**ai tu está viva ainda?**’ (Valentia, GD em 05/09/2018, grifo meu).

Entre os três interlocutores citados há em comum as dificuldades vividas por aqueles que não ocupam lugares de privilégios na sociedade. Importante salientar que quando falo em privilégios me refiro às desvantagens cotidianas de consequência histórica que colocam cada um de nós em posições sociais distintas.

Heleieth Saffioti (2013), por exemplo, dirá que a posição desprivilegiada ocupada pelas mulheres na sociedade tem seu cerne nas características de gênero

e sexo, tendo como base a dominação capitalista de classes e a estrutura patriarcal. Djamila Ribeiro (2017), ao fazer um apanhado de mulheres da história e acadêmicas renomadas como Sojourner Truth, Giovana Xavier, Lélia Gonzalez, Bell Hooks, Angela Davis entre outras, denominará as diferentes posições sociais ocupadas pelas pessoas na sociedade, em especial as mulheres negras, como um “lugar de fala”. E autores como Jessé Souza (2018) ao resgatar as ideias de Charles Taylor, Pierre Bourdieu entre outros, irá definir que as diferenças sociais no Brasil são uma consequência do passado escravocrata e do patriarcalismo, definindo a vida nas margens da sociedade como uma “subcidadania brasileira”.

Pensando nessa questão de privilégios, de certa forma, todos os entrevistados estão ligados na luta por dignidade e moradia, buscando o mínimo de condições de existência. A fala da avó de Valentia carrega uma das situações mais vividas por aqueles que vivem em Alvorada. Não raras vezes trabalhadores dessa cidade relatam dificuldades para arrumar serviço e ou simplesmente contar às pessoas o lugar de onde vem, uma vez que o estigma de cidade perigosa, terra de ninguém, cidade de bandidos se reproduz e extravasa para além das fronteiras do município, gerando uma série de preconceitos lançados àqueles (as) que nela vivem.

Sobre essa questão da violência no município, o depoimento da estudante Liberdade, no grupo de discussão, demonstra a dificuldade de exercer o direito de ir e vir e de sentir-se segura em um ambiente que faz parte do ranking da violência nacional:

(...) eu acho que **as gurias vão entender**, mas, como mulher, mesmo que seja uma pessoa estranha isso é bem marcante aqui em Alvorada, (2) **dá medo de caminhar sozinha na rua**, de vir até o IF que é numa zona mais periférica, nós moramos em zonas periféricas, mas se locomover dentro dessa zona também é complicado, tu não sabe o que vão falar pra ti, tu não sabe se podem fazer alguma coisa pra ti, claro até independente do horário, é claro que de noite é sempre mais perigoso, sempre dá mais medo (Liberdade, GB em 05/09/2018, grifo meu).

Ao destacar a sua condição de mulher e o medo de andar nas ruas, Liberdade revela sua preocupação com os índices de violência contra as mulheres e mais do que isso, reconhece que parte da violência enfrentada pelas mulheres ocorre em decorrência de seu gênero, como se o fato de ser mulher a tornasse mais vulnerável e suscetível a sofrer determinadas violências.

Diversas autoras abordam as questões da violência de gênero e suas causas como Heleieth Saffioti (2013), que examinou como a desigualdade entre os sexos opera na sociedade de classes de forma a desfavorecer as mulheres, criando diversos tipos de violência, ou como Ângela Davis (2016), que reflete acerca do legado da escravidão que cria nas mulheres negras uma interseccionalidade que relaciona gênero, classe e raça, expondo-as a violências que vão desde o âmbito físico até o campo psicológico. Nesse ínterim, atribuo à lucidez e esclarecimento da estudante Liberdade, acerca do contexto da violência, por sua participação no coletivo Marielle Franco do campus Alvorada, que frequentemente dialoga acerca destas questões e apresenta estas e outras autoras às mulheres que frequentam o coletivo.

Ainda sobre a fala de Liberdade, de fato, conforme a estudante abordou, Alvorada é considerada uma cidade de periferia, e por mais que tenha alguns poucos representantes da classe média e classe média alta, em sua maioria proprietários de comércios locais ou moradores de bairros planejados, como o bairro Porto Verde, e dos condomínios fechados nas saídas próximas à entrada de Porto Alegre, pela Estrada Caminho do Meio que desemboca na Av. Protásio Alves, a maioria da população encontra-se a margem da pobreza ou na classe média baixa.

Além da questão da violência a distribuição de serviços básicos é outro problema enfrentado por parte dos moradores da cidade. Para Costa e Machado (2015) autores que verificaram ausência de saneamento na cidade de São José do Norte, RS, o saneamento básico pode ser entendido como o acesso a “água potável, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos” (COSTA; MACHADO, 2015, p.177) sendo “aspectos fundamentais e infra-estruturais de uma cidade” que promovem condições “pelo menos dignas, de vida para todos e todas” (COSTA; MACHADO, 2015, p. 178). Para eles, “se considerarmos que a carência maior de saneamento básico é nos bairros onde vivem as pessoas mais pobres, diríamos que com o saneamento melhorariamos a vida das classes e grupos sociais mais necessitados” (COSTA; MACHADO, 2015, p. 179).

Relacionando as ideias de Costa e Machado (2015) com a distribuição de serviços básicos na cidade de Alvorada o relato da entrevistada Desamparo ilustra as condições de saneamento dos moradores da Av. A:

E aqui até nem fiz questão de organizar porque tu vê, a luz é clandestina, a água é clandestina, está vindo assim né, **não tem nada organizado**, não tem nada ainda, como quem diz a gente está sem endereço, então eu digo, não adiante nem eu querer arrumar a casa (...) passa veículos mas não tem parada de ônibus, não pega ninguém aqui (...) **tem uma vala [arroyo] que passa aqui atrás da casa**, então quando chove enche né, graças a Deus que até agora não chegou a pegar a minha casa, mas a gente vê o pessoal jogando lixo ali (...) vai causar problemas pra nós aqui pros moradores (Desamparo, entrevistada em 10/09/2018, grifo meu).

Podemos relacionar esse relato com as questões de desigualdade ambiental, pois são diversas as ausências do lugar. Não há acesso à água, luz, saneamento, entre outras questões de urbanidade que permitem um sentimento de pertencimento ao lugar, ou o exercício de uma plena cidadania. Quando ela destaca que “não fez questão de organizar” a casa demonstra sua insatisfação com a realidade vivida e o quanto essas ausências afetam sua autoestima. O medo da água do arroio invadir a moradia está presente a todo o momento durante a entrevista dela.

A incapacidade do depoimento feito na entrevista, de fugir dessas carências é a clara descrição da temática de desigualdade ambiental, pois sua condição social desigual não permite que ela se sinta um dos atores sociais aptos a reivindicar seus direitos. Talvez essa falta de saneamento. De fato, nada justifica a ausência da oferta de serviços de qualidade a população, no entanto, algumas áreas ocupadas na cidade surpreendem pelas dificuldades de mobilidade até mesmo de pedestres, quiçá de um caminhão de coleta, ou não se demonstram acessíveis a instalação de um serviço de esgoto.

Nesse contexto, sem alternativa, ou por desconhecimento, ou até mesmo em protesto, os habitantes que não tem acesso a estes serviços básicos depositam seu lixo nas águas dos arroios ou incineram seu lixo a céu aberto¹⁵.

Ele [o caminhão do lixeiro] vem até aqui o posto [posto de saúde em frente ao campus Alvorada] e volta, eu nunca consegui pegar ele, porque se eu conseguisse eu ia levar meu lixo correndo e jogar dentro do caminhão, mas eu nunca consegui, porque ele vem aqui nas terças, quintas e sábados, só até ali o posto, porque dali eles voltam, a senhora pode ver, isso aqui tudo é lixo, eu junto, eu boto lá [vala em frente a casa] mais tarde, á noite e cuido que não tem ninguém e aí toco fogo { } eu prefiro queimar, vira cinza, eu penso assim, não sei se eu estou sendo certa também, mas eu penso assim (Desamparo, entrevistada em 10/09/2018).

¹⁵ Observação de experiência profissional.

Sobre a área ocupada pelos entrevistados da comunidade, nomeada de “Av. A”, tomei conhecimento de que o terreno ocupado pelas casas é de propriedade de uma empresa privada que possui muitas terras no município e em geral vende os lotes ou projetos das casas na planta. O terreno fica próximo à avenida principal do centro da cidade, Avenida Getúlio Vargas, uma avenida de posição privilegiada na cidade, pois cruzam pelo local todos os dias veículos de cidades vizinhas como Viamão, Gravataí, e Porto Alegre.

Inicialmente as casas ficavam ao lado do terreno, cedido pela prefeitura municipal, para a construção do campus Alvorada. Os moradores relatam que suas casas ficavam do lado do campus, porém foram deslocadas para o outro lado da “Av. A”, onde, agora, devido à mudança, há um arroio que passa nos fundos das moradias.

(...) teve uma época que nós morava ali do outro lado, **daí tiraram a gente dali e botaram aqui**, e tinha mais de vinte cachorros (...) a diferença ali do outro lado era o terreno né, ali era grande, aqui nós ficamos sem, esse na verdade é um só, nós dividimos no meio (...) **quem fez a mudança foram os donos**, diz que ali não pertence, não sei (...), tiraram dali e passaram pra cá, foi bem complicado porque daí a gente ficou sem [se refere a família dela] e acabamos dividindo no meio e dividimos a taxa também né. É que lá a gente tinha invadido né, aqui nós pagamos, tem boleto certinho (Sublime, entrevistada em 10/09/2018 2018, grifo meu).

Nesse relato é possível identificar que depois de terem ocupado um terreno que fica na mesma área do campus Alvorada, de propriedade da Prefeitura Municipal, os moradores foram deslocados para o terreno de propriedade de uma empresa privada e passaram a pagar uma espécie de taxa pelos terrenos a esta empresa. Conforme foi apontado na entrevista, essa mudança teve como consequência a redução do espaço físico dos terrenos que fez com que tivesse que colocar duas casas no mesmo espaço para ter condições de arcar com as taxas¹⁶.

Aqui há duas questões, uma que se refere à mudança de possível proprietário dos terrenos ocupados que passou das mãos de um órgão público às de uma empresa privada, a qual começou a cobrar pela concessão do espaço. O outro é o

¹⁶ Cheguei a fazer contato com a empresa via e-mail para saber a sua visão dos acontecimentos, porém não recebi nenhum retorno.

fato de fazerem com que as famílias tivessem que escolher entre mudar para terrenos de menor proporção tendo que dispor duas casas por pátio, ou sair do local.

Ambos os acontecimentos, encaixam-se na temática dos conflitos ambientais, sendo que o segundo descreve claramente uma situação de “alternativa infernal” de Leroy e Acselrad (2011, p.14). Segundo estes autores, quando todas as alternativas ofertadas às comunidades configuram soluções ruins, os sujeitos estão diante de alternativas infernais, dado que nenhuma das opções é positivamente válida. Essa conjuntura descrita pelos entrevistados demonstra as diferentes apropriações do território pelos envolvidos, pois se de um lado há “atores sociais” (VIEZZER, 2007) preocupados com a gestão do lugar, de outro há pessoas querendo apenas exercer o seu direito a moradia.

Outro tema que aparece no discurso de Sublime é a relação com os cerca de vinte cães que ela relata ter abandonado devido à mudança. Arrisco-me a dizer que esses mesmos cães soltos pela comunidade, devido ao deslocamento das moradias, foram acolhidos pelo campus Alvorada e encontram-se espalhados pelas redondezas da instituição. Um fato que se repetiu nas entrevistas é que cada entrevistado possuía uma média de seis animais, alguns de estimação, como cães, gatos, cavalos, outros dedicados à subsistência da família como galinhas, patos, coelhos, sendo que os segundos apontam para uma necessidade de sobrevivência em condições de precariedade social e os primeiros podem estar vinculados a uma ideia de segurança ou afetividade, pois na ausência de outros mecanismos, um bom cão pode promover a segurança da casa, ou se configurar como uma companhia.

Uma questão que apareceu no relato dos entrevistados foi o deslocamento para exercer trabalho fora do município. A comunidade alvoradense, em sua maioria, reside no município e trabalha nas cidades limítrofes, principalmente em Porto Alegre, conferindo à Alvorada a característica de cidade dormitório. Consequentemente, esse fenômeno urbano de migração pendular faz com que o vínculo entre a população e o município seja prejudicado, muito em razão da construção de uma relação de desafeto com o local de moradia, direcionando a renda e o cuidado dos cidadãos para as cidades onde há um vínculo de trabalho.

Na visão da entrevistada que é mãe de uma das estudantes, trabalhadora da cidade de Porto Alegre, esse pensamento em relação à cidade tem origem na correria do cotidiano:

Eu acho que isso é típico de cidades grandes, de metrópoles, de regiões metropolitanas (...) nós somos de Jaguarão, cidade de 35 mil habitantes, lá as pessoas passam por ti e te dão bom dia, indiferente se te conhecem ou se não te conhecem (...) mas aqui (1) a gente está tão envolvida na nossa vida, com os nossos problemas, com as nossas particularidades que a gente sai de casa (...) tu desce do ônibus, passa no supermercado, vai pra casa, não que tu não te importe com a vida do outro, não é isso, é que a nossa vida é muito corrida (2) tu tem que correr para pegar o ônibus, aí tu chega no serviço, tu corre pra voltar pra casa, então numa cidade grande fica difícil (Esperança, GD em 05/09/2018).

A descrição da rotina “corrida” e dura retrata a vida de alvoradenses, que todos os dias se deslocam cedo de suas casas para trabalhar em outros municípios e retornam ao fim do dia, enfrentando longas jornadas de uma hora e meia de trânsito, muitas vezes em pé no ônibus lotado. Mais do que isso, também reproduz a realidade de muitas mulheres trabalhadoras que possuem jornada dupla ou tripla de trabalho para atender as suas necessidades financeiras e familiares.

Na opinião do outro estudante, a vida corrida faz com que as pessoas sejam mais sisudas, é associada à ideia de cidade violenta faz com que as pessoas que vivem em Alvorada tenham medo inclusive de relações interpessoais e sociabilidades fora do seu núcleo comum:

Até a questão da cara feia é porque a pessoa fica pensando assim, **‘bá Alvorada, qualquer pessoa pode me assaltar’**, então qualquer reação exterior que ela já vê, tipo uma voz ela já interpreta ‘é um assalto’, então ela fecha a cara, é esse medo essa paranoia que as pessoas estão tendo (Vontade, GD em 05/09/ grifo meu).

No que se refere aos espaços de lazer da cidade, quase ineficientes, o estudante Simpatia diz:

Aqui não é muito atrativo tu sair para caminhar no teu bairro, porque **não tem uma praça bacana**, um lugar pra ti ir, as ruas não são bacanas (Simpatia, GD em 05/09/2018, grifo meu).

Além da ausência de espaços públicos de qualidade, claramente identificada pelo jovem, se naturalizou uma indiferença com as praças e os locais públicos que se reflete na falta de manutenção do passeio em frente às residências e no descarte irregular de resíduos de diversas formas. Apesar de todos os problemas com lixo, saneamento e todas as demais questões citadas sobre a cidade, na opinião da

estudante Gentileza, moradora de Alvorada desde que nasceu, ainda assim vale a pena viver nessa comunidade:

Eu moro aqui em Alvorada, no bairro Umbú a vinte e cinco anos, e o cotidiano aqui (...) bom tem muito descaso também né, pelo poder público (...) eu gosto de Alvorada tudo (...) aqui também tem bastante descaso com o lixo, essas coisas (...) bastante lugares que tem lixo assim, bem suja (2), mas **é uma cidade boa de se morar** (Gentileza, GD em 05/09/2018, grifo meu).

Mediante o cenário apresentado, e a precariedade dos serviços urbanos, um fato chama especial atenção no local: há lixo em vários pontos do bairro. Essa visão da área como uma área de bota-fora, fez com que em determinado momento a rua que dá acesso ao campus Alvorada possuísse tanto lixo a ponto de comprometer a passagem de pedestres e veículos, o que ocasionou a organização de mutirões de limpeza por parte de docentes e estudantes.

Em um trabalho, também, realizado em Alvorada Edla Eggert tomou como método a observação participante e as rodas de conversa e propôs que um grupo de tecelãs criasse peças artesanais tendo como base fotografias que elas mesmas fizeram de lugares que as incomodavam na cidade. As mulheres que participaram dessa pesquisa trouxeram como inspiração imagens de poças de lama, lixeiras, lixo queimado, valetas, entre outras imagens que lhes causavam uma impressão ruim sobre a cidade e com base nas imagens criaram peças de tecelagem.

Posteriormente estas mulheres foram fotografadas com as peças produzidas por elas e as imagens, juntamente com as peças deram origem a uma exposição, que acima de tudo tinha como intenção valorizar o trabalho das artesãs, subvertendo o olhar negativo acerca do local em autoestima e valorização do trabalho artesanal. Essa pesquisa se alinha perfeitamente com os relatos dos entrevistados (as), pois assim como as artesãs, os moradores da “Av. A” e os estudantes do campus Alvorada relataram que a cidade possui problemas para lidar com os resíduos, o que lhes causa desconfortos cotidianos.

3.2 O campus Alvorada do Instituto Federal do Rio Grande do Sul: um cenário de percepções e trocas

Lugares, então são como nós, e os fios a partir dos quais são atados são linhas de peregrinação. Uma casa, por exemplo, é um lugar onde as linhas de seus residentes estão fortemente atadas. Mas estas linhas não estão contidas dentro da casa tanto quanto fios não estão contidos em um nó. Ao contrário, elas trilham para além dela, apenas para prenderem-se a outras linhas em outros lugares, como os fios em outros nós. (INGOLD, 2015, p. 220).

O conceito de lugar apresentado pelo antropólogo Tim Ingold é apropriado para definir como as diferentes trajetórias de vida se cruzam no campus Alvorada do IFRS. Localizado na Rua Professor Darcy Ribeiro, 121, bairro Campos Verdes, desde o segundo semestre de 2016, o campus Alvorada recebe estudantes de diversos bairros, assim como visitantes que frequentam oficinas, coletivos e outras atividades.

A edificação em formato de “U” possui dois andares e um pátio central coberto de ótima qualidade (Figura 5), e apesar de ainda possuir espaços em constante modificação e algumas obras em andamento nos fundos do terreno, questões inerentes a um campus em implantação, toda a estrutura se destaca em meio às moradias humildes que habitam o seu entorno, o que promove à paisagem um contraste composto por diferentes realidades: de um lado uma edificação suntuosa, do outro casas simples de madeira.

Os espaços comuns são de fato acolhedores, como o pátio onde há algumas redes onde os estudantes podem descansar, um pequeno palco central utilizado em momentos de confraternização, uma quadra aberta que serve para vôlei, futebol ou outro tipo de recreação, piso na maioria do pátio, alguns pontos com gramado contendo um plantio de mudas nativas, portaria com segurança, portão eletrônico, estacionamento para professores e visitantes, quadros de avisos espalhados por todos os lugares que trazem recados gerais sobre reuniões e balanços de avaliação, mensagens de empoderamento feminino, diversidade, afirmação étnico-racial entre outros, banheiros de ótima qualidade, cozinha aberta e coletiva para alunos, professores e visitantes, biblioteca com ambiente acolhedor, locais de leitura, e uma diversidade de livros relacionados com os cursos que são ofertados ou com leituras por deleite. As salas de aula são climatizadas com

ventiladores, mas possuem boa ventilação, com mesas e cadeiras de boa qualidade, preservadas pelos estudantes.

Figura 5 – Prédio do Campus Alvorada do IFRS



Fonte: Arquivo de Gabrielli da Silva Pio Bertoldi, ano 2018.

Em frente à escada que dá acesso ao andar superior uma estante aberta chama atenção com a mensagem “livros livres”, contendo leituras que os alunos podem levar, assim como podem adicionar exemplares para despertar a leitura em outros estudantes. Os trabalhos e criações dos alunos se confundem em meio à paisagem, fotografias, recados, cartazes, avisos, pinturas, desenhos; tudo se integra ao ambiente.

Nas festas e atividades populares, sempre abertas à comunidade é comum à presença de intérpretes de libras, feiras de produtos veganos e vegetarianos, brechós, artesanatos locais, fotografias e cartazes que reafirmam a importância da diversidade em todos os sentidos, e trabalhos artesanais de artesãs locais e frequentadores dos projetos do campus, buscando andar na contramão do capitalismo selvagem e valorizar as diferentes expressões da cultura local. As músicas que tocam nesses eventos não estão alheias ou desconectadas do conjunto. Houvesse funk, rap, MPB, samba, o que o público quiser, e o palco é ocupado por docentes, alunos e convidados que se apresentam tocando instrumentos como violão, percussão, guitarra, pandeiro, tambores.

No *Sarau do Sol e da Lua* (Figura 6), evento cultural promovido pela instituição, o microfone fica disponível para todas as formas de expressão, poesia, música e canto, o que abre a oportunidade de conhecer e incentivar novos talentos na comunidade.

Figura 6 – Apresentação de estudantes das escolas locais e do IFRS Alvorada na 10ª Edição do *Sarau do Sol e da Lua*.



Fonte – Arquivo de Gabrielli da Silva Pio Bertoldi, ano 2018.

Os usuários do campus são, em sua maioria, estudantes que representam as juventudes da cidade de Alvorada. A diversidade étnico-racial e de gênero acontece organicamente nesse lugar, onde há preocupação no acesso de estudantes negros por intermédio das políticas de ações afirmativas, sendo marcante a presença de alunos de diferentes faixas de renda. As jovens, em especial as jovens negras que frequentam a instituição, demonstram em seus discursos e expressões corpóreas um nível de empoderamento feminino e étnico que surpreende pela postura politizada e feminista. Meninas que assumem sem medo seus longos e volumosos cabelos crespos, e reafirmam a sua presença em espaços de coletivos e comissões institucionais, buscando ocupar todos os lugares possíveis, comportamento esse, amplamente estimulado por docentes de ambos os gêneros que a todo instante destacam a importância da diversidade e do direito a voz dessas estudantes.

Os docentes que atuam na instituição, em sua maioria – para não pecar em generalizações – exercem a educação popular em todos os sentidos. Constroem atividades de aula que promovem a reflexão acerca dos temas sociais, trazendo notícias, apresentando documentários, discutindo as temáticas no viés sociopolítico.

Respeitam os saberes dos educandos, promovem a coletividade, a reflexão crítica, respeitam as diferentes identidades culturais, participam de coletivos, doam seu tempo em festividades de finais de semana, organizam sarais literários, musicais, viagens, disponibilizando espaços de cultura e lazer, sendo verdadeiros portadores dos ideais de Paulo Freire, pois demonstram, nas aulas acompanhadas, compreender que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2011b, p. 24).

Os gestores da instituição, tanto os técnicos administrativos quanto a direção *pro tempore*, além de participarem de diversas comissões, disponibilizam com frequência espaços de debate, colóquios, reuniões com os alunos, a fim de conversar sobre temas diversos. Nas três oportunidades em que estive presente, todos aqueles que tiveram interesse em falar puderam ser ouvidos, fossem alunos, porteiros, docentes, entre outros, como uma espécie de assembleia participativa, demonstrando que a instituição sinaliza exercer uma gestão democrática. Também, todas as vezes que necessitei tratar de questões burocráticas acerca da pesquisa, como a assinatura de documentos, fui prontamente recebida e atendida, o que demonstrou uma abertura positiva por parte da gestão.

O ritmo das aulas que acompanhei era ditado pela tranquilidade e troca de experiências, as portas da sala de aula do curso técnico em meio ambiente integrado ao ensino médio estavam sempre abertas. Os alunos compartilham café, chimarrão, alimentos em geral, que ficam a disposição dos interessados sobre uma das mesas durante todas as aulas. Uma espécie de alimentação coletiva e partilhada por todos. Nas apresentações de trabalho do curso técnico em meio ambiente integrado ao ensino médio, os jovens demonstram preocupação com temas diversos como assistência social, construção de hortas e composteiras, problemas de cunho psicológico na juventude, exercício da profissão de técnico em meio ambiente entre outros de escopo semelhante.

O perfil do campus Alvorada foi discutido em audiências públicas feitas com a comunidade. Após a coleta pública de opiniões, ficou definido que os eixos de oferta de cursos seriam: ambiente e saúde; segurança; gestão e negócios; informação e comunicação; e produção cultural e design. Por isso, os cursos ofertados atualmente nesse campus são: curso técnico em Meio Ambiente integrado ao ensino médio, curso técnico em produção de Áudio e Vídeo integrado ao ensino médio, curso técnico em cuidados de idosos integrado ao ensino médio na

modalidade de educação de jovens e adultos (Proeja), curso técnico em processos fotográficos concomitante ao ensino médio, curso técnico em tradução e interpretação de Libras subsequente (para alunos que já concluíram o ensino médio), curso técnico em processos fotográficos subsequente, e um curso de pós-graduação de especialização em saúde coletiva.

A lista de atividades de extensão que acontecem no campus é diversificada. Há dois cursos Pré-vestibulares Populares, o Minervino de Oliveira que tem aulas de segunda-feira a quinta-feira à noite e o curso Motivação Pré-vestibular com aulas aos sábados de manhã. Um projeto de extensão sobre Gênero e Raça organizado por uma professora e denominado de Figueira Negra, um coletivo chamado de Marielle Franco, organizado pela professora Manuela, que se reúne quinzenalmente, onde são tratadas questões sobre diversidade, gênero, violência, e um núcleo de Ações Afirmativas – NAAF, que abrange uma série de coletivos que trata de permanência, evasão, classe, raça, gênero e outros temas correlatos e que se reúne nas primeiras quartas-feiras do mês; e, recentemente, em parceria com um artista local pós-graduado em Artes Visuais, houve oficinas de teatro organizadas pela assistência estudantil que renderam uma mostra teatral no final do ano.

Também há um núcleo de voluntárias que atende alunos com necessidades especiais da antiga APAE de Alvorada, em uma sala cedida pelo campus Alvorada, projeto que é chamado de Mãos Arteiras e que trabalha artesanato como terapia, funcionando nas terças e quintas a tarde, e um projeto de extensão com idosas da comunidade e simpatizantes de fora de Alvorada que frequentam o campus nas segundas-feiras à tarde para fazer atividades laborais e cognitivas exercitando o corpo e a mente na terceira idade.

Todas as atividades citadas acolhem diferentes grupos e promovem uma representatividade de grande importância a comunidade da cidade. É nesses espaços que alguns visitantes e estudantes constroem laços de socialização, trocam experiências e aprendizagens em diversos âmbitos que vão desde o laboral até o sócio-político. É no campus Alvorada que essas juventudes e comunidade em geral se encontram, praticam esportes, usufruem de momentos de lazer, tocam instrumentos, cantam, compõem coletivos, leem, estudam e se desenvolvem. Sem dúvida um espaço de encontro e troca.

Ao visitar o projeto Mãos Arteiras, me deparei com um lugar de acolhimento e de educação popular em sua mais pura essência. Segundo uma dasicineiras

voluntárias, o projeto mudou-se para a atual sala do IFRS Alvorada, quando a antiga APAE que fica próxima a Prefeitura do município mudou de nome e passou a cobrar uma taxa de seus frequentadores. Sem condição financeira de arcar com os custos, os atuais integrantes do projeto Mãos Arteras formaram uma nova turma nas dependências do campus Alvorada, onde todas as atividades mantêm-se gratuitas e acessíveis a qualquer interessado. Fui informada que além das oficinas de artesanato, uma jovem que participa do pré-vestibular aos sábados passou a dar aulas ao grupo, a fim de alfabetizar as pessoas com necessidades especiais, por uma demanda que partiu dos próprios participantes, pois alguns têm interesse em ler e não conseguiram efetuar sua alfabetização na educação formal.

No coletivo Marielle Franco (Figura 7), encontrei um lugar de empoderamento, diversidade e compartilhamento de experiências, dessa forma, também um espaço de educação popular, onde as relações entre os sujeitos se concretizam por intermédio do diálogo e ocorrem de forma ambilateral e incluyente. Segundo Manuela, a professora que organiza o coletivo, o grupo foi criado a partir das atividades alusivas ao Dia Internacional das Mulheres e o nome rememora a luta da vereadora Marielle Franco, assassinada friamente no mês de maio de 2018. Dessa maneira, o coletivo surge para discutir temas sociais sobre violência, diversidade e gênero, diga-se de passagem, temas mais do que nunca de extrema relevância em tempo de opressão e disseminação de preconceitos na sociedade brasileira¹⁷.

Destaco a participação de algumas mulheres da comunidade alvoradense, professores e professoras do campus, alunos e alunas, servidores técnicos administrativos no coletivo. Nesse ambiente há um sentimento de pertencimento por parte dos estudantes que optam em ficar nas reuniões do coletivo mesmo estas ocorrendo após o horário das aulas curriculares. Os temas discutidos no coletivo são de extrema relevância social: o respeito à diversidade, a situação sociopolítica nacional, o empoderamento feminino, a elevação da autoestima da comunidade negra, direitos humanos. Durante as reuniões do coletivo os participantes sentam em círculo, debatem os temas, todos têm voz independente da função que ocupam

¹⁷ No mês de outubro de 2018 o Brasil elegeu seu novo presidente. A campanha política do candidato vitorioso foi marcada por discursos de ódio às minorias, como as comunidades LGBTQIA, negros, mulheres, indígenas, o que provocou uma onda de violência nas ruas, amplamente noticiada, desvelando mundialmente uma das piores faces dos brasileiros: os preconceitos disfarçados de opinião.

na instituição, ou fora dela, são compartilhados alimentos, e por vezes são convidados palestrantes e integrantes de outros coletivos, promovendo a troca de experiências de vida.

Figura 7 – Composição de imagens de alguns encontros do coletivo Marielle Franco, no ano de 2018.



Fonte – Arquivo de Gabrielli da Silva Pio Bertoldi, ano 2018.

O relato das (os) jovens durante os encontros do coletivo é de sentimento de acolhimento por parte dos colegas e professores, de sensação de aprendizagem, exercício da coletividade, solidariedade e escuta do outro. Tenho acompanhado esse coletivo sistematicamente, e o relato das pessoas que o frequentam é de sentimento de pertencimento, igualdade e respeito, o que se aproxima muito da ideia de descolonização das mentes de Romão e Gadotti quando dizem que “não existe libertação sem a ‘descolonização das mentes” (ROMÃO E GADOTTI, 2012, p. 15), pois ouvir as diferentes vozes é dar vazão a descolonização das mentes.

Mais do que isso, neste coletivo, a comunidade, que pode ser associada ao conceito de “oprimidos” de Freire (2011a) toma consciência de seu estado de opressão, violências sofridas, inserindo-se criticamente acerca do contexto, tendo assim a oportunidade de refletir e repensar sua realidade de um ponto de vista coletivo. São diversos os relatos de mulheres da comunidade que passaram a

compreender questões como machismo, sexismo e feminismo, ao frequentar o Marielle Franco, e a partir disso passaram a modificar seus cotidianos, não mais aceitando determinados comportamentos e práticas exercidas sobre elas.

Nos eventos acadêmicos, e apresentações de trabalho integrador os trabalhos apresentados pelos estudantes possuem muita representatividade. Os temas que os preocupam são os temas da comunidade, como questões de depressão na juventude, assistência estudantil, temas socioambientais, questões de gênero, classe e raça, ações coletivas que melhorem a vida da comunidade como a elaboração de bibliotecas comunitárias e hortas públicas.

Um fato à parte que chama atenção de quem chega ao campus é a quantidade de cães acolhidos no pátio, aproximadamente dez, que transitam em meio às aulas, espaços administrativos, ou repousam ao sol tranquilamente. Estão integrados organicamente ao espaço escolar e circulam livremente na biblioteca, salas de aula, auditório e pátio. Recentemente, uma obra nos fundos do prédio se propõe a criar um espaço de canil, a fim de organizar melhor a presença desses não humanos nas dependências do campus. Porém, durante as visitas que efetuei, sempre observei uma aceitação coletiva e acolhedora dos alunos e professores com a presença dos cães. Inclusive os alunos do curso processos fotográficos executaram um trabalho que utilizou os cães como protagonistas das fotos, material de grande qualidade visual e, que evidencia, ao utilizar estes seres como escopo das imagens, uma espécie de significância destes ao lugar.

O contraste do prédio do campus Alvorada com as moradias localizadas na “Av. A”, lateral direita do campus chama atenção dos olhos atentos daqueles que transitam na região. Ao conversar com a servidora Valquíria do setor administrativo, em um dos nossos primeiros encontros, soube que ela costuma visitar a comunidade local oferecendo gratuitamente o seu trabalho como veterinária e fazendo convites para que adentrem o espaço escolar. Certa vez, Val me convidou a olhar da janela da cozinha comunitária e reconhecer cada uma das casinhas de madeira que circundam o gradil do IFRS Alvorada. Durante o diálogo, fui aprendendo sobre as moradas: “ali mora o seu fulano”, “naquela casa ciclano”, “naquela rosa uma senhora que tem três filhos”.

As casas da “Av. A.” estão situadas em meio à vegetação nativa e dispostas em uma rua de ocupação popular. O ambiente destaca-se pela precariedade de saneamento e de condições que qualquer urbanidade por mais humilde que seja,

deveria possuir. Segundo a servidora, as mulheres que moram nesse lugar passam boa parte do dia em casa por conta dos filhos e só adentram no campus quando precisam de alguma cópia de documento, quando necessitam usar os computadores, ou quando há uma festa da instituição.

À frente do campus uma pequena rua sem saída, também composta por casas de madeira, rua ocupada por famílias de trabalhadores onde ambos os cônjuges ficam fora o dia todo e retornam à noite, com condições financeiras um pouco melhores que as famílias da “Av. A. Na porta do IFRS Alvorada, do outro lado da rua, há uma pequena moradia de uma família que aproveitou o movimento do campus para vender lanches e gerar renda antes inexistente, e uma unidade básica de saúde que atende a população das redondezas, diga-se de passagem, sempre lotada. A rua que passa em frente ao campus e as ruas das habitações citadas são de chão batido, tomadas pelo barro em dias de chuva.

Cabe registrar que no mês de novembro de 2018 a instituição foi homenageada pela Câmara de Vereadores do município em sessão plenária que contou com a presença ampla de diversos membros da comunidade escolar, moradores da cidade e familiares de estudantes.

Tendo em vista o campus e o cenário no qual está inserido, percebo nas observações participante que realizei, que essa instituição pública atende, em seus aspectos estruturais e socioambientais, ao projeto apresentado pelos Institutos Federais que se denominam como lugares onde se oferta educação pública, gratuita e de qualidade, pautada na quebra da hierarquização dos saberes e valorizando a diversidade local.

No capítulo que segue apresento o projeto dos Institutos Federais assim como trago à visão de meus interlocutores sobre a unidade localizada na cidade de Alvorada.

4 INSTITUTOS FEDERAIS E O COMPROMISSO COM AS CLASSES POPULARES

O ensino técnico profissional do Brasil possui uma longa história de mudanças e adaptações, a qual poderia ser delimitada temporalmente, desde a República Velha no final do século XIX, até a mais recente modificação ocorrida no ano de 2008 com a criação dos Institutos Federais.

A criação das escolas de Aprendizes Artífices certamente foi uma etapa importante da trajetória que culminou na criação dos Institutos Federais, pois estas, em 1942 foram chamadas de Liceus, em 1959 denominadas de Escolas Técnicas Federais, ganhando status de autarquias que lhes conferiu o título de Escolas Técnicas e Agro Técnicas Federais. Posteriormente, estas escolas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETS (BRASIL, 2010), e a maioria das unidades aderiu ao projeto dos Institutos Federais. Todas as mudanças citadas ocorreram ao longo de aproximadamente 90 anos de história do país.

No ano de 2008, com intuito de reformular a educação profissional e ampliar o acesso a esta modalidade, o Governo Federal instituiu a Lei nº 11.892 a qual definiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008). Na época o projeto foi considerado ousado por buscar descentralizar a oferta educacional, ramificando as sedes por toda extensão do território nacional, algo inédito até o momento.

Embora os Institutos Federais tenham sido criados durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, na década de 1990, a partir do Governo de Fernando Collor de Mello, passando pelo Governos de Fernando Henrique Cardoso, já havia indícios da elaboração de novos currículos para as escolas técnicas, pois segundo Brasil (2010),

As instituições federais de formação profissional e tecnológica revelavam um movimento até então inédito, ou seja, incluir em seus debates as necessidades e **aspirações do território em que estavam inseridas** e o delineamento de princípios que pudessem nortear iniciativas comuns, potencializando o surgimento de uma rede, qual seja, a rede federal de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2010, p. 12, grifo meu).

Outro fato de importante contribuição à criação destas instituições foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN de 1996, nº 9.394, que regulamentou a educação profissional durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (BRASIL, 1996). Para autora Priscila Caetana Bentin que pesquisou os Institutos Federais e a sua proposta de ensino superior,

O Governo de Fernando Henrique Cardoso, principalmente no primeiro período (1994-1998), assumiu como objetivo principal a reforma administrativa e gerencial do Estado, [e com isso], um 'novo' Estado começava a ser desenhado, porém em um **formato essencialmente distante daquele que constava nas pautas das reivindicações populares** iniciadas nos anos 1980 (BENTIN, 2014, p. 39, grifo meu).

No ano de 2003, ao assumir a presidência, Luís Inácio Lula da Silva passou a promover novas modificações na educação profissional e tecnológica. Em 2004, após algumas mudanças no decreto¹⁸ que não permitia a organização curricular e pedagógica de cursos técnicos, os CEFETS e as Escolas Agrotécnicas Federais foram autorizados a implantar cursos em todos os níveis da educação profissional e tecnológica, promovendo uma mudança inédita no país.

Uma das primeiras medidas desse governo foi o processo de expansão da Rede Federal de ensino, voltando seu olhar às cidades do interior longe dos grandes centros urbanos. Esse enraizamento do ensino público Federal amarrado às necessidades locais das comunidades demonstra o surgimento de um novo paradigma em relação à educação profissional e tecnológica do Brasil, que por essas características passa a atender uma parcela da população que ainda vinha desassistida, que na maioria das vezes precisava deslocar-se ou deslocar os filhos para estudar longe de casa, por falta de opção. Prática ainda comum no país tanto no ensino superior, onde estudantes se mudam para cidades próximas as universidades, quanto no caso do ensino básico ofertado a crianças que moram em comunidades rurais e fazendas que viajam quilômetros para chegar à escola.

Além da descentralização das unidades, a oferta de cursos dos campi passou a dialogar com a população local previamente, proporcionando assim uma troca de interesses e demandas dos futuros frequentadores.

¹⁸ Decreto nº 2.208 de 1997 modificado pelo Decreto nº 5.154 de 2004.

Alguns autores destacam positivamente os novos encaminhamentos dados à educação profissional do país. Para Gaudêncio Frigotto (2011, p. 244), a criação de novas escolas foi positiva ao país. Ele realça,

(...) a criação de mais 14 novas universidades federais, a abertura de concursos públicos, a ampliação dos recursos de custeio e uma intensa ampliação dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), atualmente transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) [sic]. Nesse âmbito, foram criadas 214 novas escolas a eles vinculadas e cerca de 500 mil matrículas. É preciso também assinalar que houve ênfase nas políticas voltadas para a educação de jovens e adultos e para a educação da população indígena e afrodescendente (p. 244).

Frigotto (2011) resgata uma questão importante no sentido de reconhecermos que a partir desse governo uma nova conjuntura educacional incide sobre as classes populares, pois a oferta de vagas antes inexistentes, conseqüentemente, promove novas possibilidades. Ao criar novas unidades e promover a expansão da rede de ensino o presidente Lula promoveu o que Vanilda Paiva (2015, p. 32) denominou de “mudança através da educação”, não uma mudança em todos os segmentos educacionais, mas um investimento na educação profissional e tecnológica voltada ao mundo do trabalho, comprometida com a formação de trabalhadores e cidadãos reflexivos e conscientes de seu papel na sociedade.

Concordo com o pensamento de Paiva (2015) quando se refere a educação como mecanismo transformador da estrutura social, pois coloca com muita clareza as relações entre a educação e a hegemonia de poder entre as classes. Para ela,

(...) a educação influi também, de forma decisiva, sobre a evolução das sociedades: como instrumento de formação de mão-de-obra, como fonte de multiplicação de cientistas, pesquisadores e tecnólogos que poderão contribuir de forma decisiva para o crescimento econômico e até mesmo como fator que contribui para a transformação das estruturas vigentes na sociedade a que serve (PAIVA, 2015, p. 31).

Nos institutos, outra questão relevante à estruturação do projeto foi a criação do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, onde o Governo Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. De acordo com Bentin (2014, p. 51), essa iniciativa “merece destaque no bojo da política de Lula voltada à educação superior”, pois o programa destinava recursos

financeiros adicionais às IFES com o objetivo de ampliar o acesso e permanência dos alunos na educação superior. Conforme o Ministério da Educação¹⁹, era incumbência das universidades federais elaborar um plano que contemplasse aumento de vagas, ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução do custo por aluno, flexibilização de currículos e combate à evasão.

A atual Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; pelas Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e pelo Colégio Pedro II, e está distribuída em todo o território nacional (BRASIL, 2008).

Cabe salientar que nem todas as instituições do país aderiram à ideia de tornarem-se um Instituto Federal, o que demonstra um caráter flexível por parte do governo que não impôs a nova conjuntura. Essas instituições que não viraram Institutos Federais também ofertam educação profissional em todos os níveis sendo elas dois CEFETS, 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica. Observando o saldo do Governo Federal durante esse processo, verifica-se que havia aproximadamente 140 escolas técnicas no país, entre os anos de 1909 a 2002, o que leva em consideração todo o processo de criação de escolas técnicas desde as primeiras 19 escolas de aprendizes de artífices.

No entanto, ao que se refere ao plano de expansão da educação entre os anos de 2003 a 2016 destaca-se a construção de mais de 500 novas unidades, totalizando até 2017, 644 campi em funcionamento, organizados em 38 Institutos Federais presentes em todos estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas²⁰.

Em linhas gerais estas instituições fazem parte do Sistema Federal de Ensino, com característica de autarquia, e oferecem educação básica, superior e profissional, ofertando cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas,

¹⁹ Para maiores informações sobre o REUNI, acessar <http://reuni.mec.gov.br/>.

²⁰ Informação do site oficial da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>, Acesso em 08 de Setembro de 2018.

mestrado e doutorado tendo algumas peculiaridades em relação às universidades como a verticalização do ensino, a organização multicampi, a pluricurricularidade, a transversalidade, e o atendimento das demandas locais e regionais (PACHECO, 2011). São especializadas na oferta da educação profissional e tecnológica, favorecendo as trajetórias formativas dos estudantes por intermédio de um processo verticalizado que deve ser vivenciado na flexibilização de um currículo que permita um diálogo entre os diferentes cursos (REZENDE, 2009; BRASIL, 2010; PACHECO, 2011; SILVA e RAMOS, 2018). Os IFs procuram afirmar uma política pública nacional engajada no rompimento da hierarquização dos saberes tendo como um de seus objetivos principais a formação humana integral, superando a dicotomia entre ação e reflexão.

Na opinião das autoras Katharine Ninive Pinto Silva e Marise Ramos (2018, p. 05) a lei que criou os IFS ao ampliar tanto a rede de atribuições dessas instituições faz com que os Institutos Federais sejam equiparados às Universidades Federais. Para Clarice Monteiro Escott e Márcia Amaral Correa de Moraes²¹, professoras do Instituto Federal de Porto Alegre, “parece que a política que orienta os Institutos Federais, reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para o trabalho, assumindo o compromisso de assegurar aos profissionais formados a possibilidade de continuar em desenvolvimento ao longo da vida” (ESCOTT; MORAES, 2012, p. 1500).

No que se refere ao estado do Rio Grande do Sul o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, possui três IFS, administrativamente autônomos, com personalidade jurídica de autarquia, que atuam em uma estrutura multicampi: o Instituto Federal de Farroupilha (IFFar), com sete campi²² e Reitoria localizada na cidade de Santa Maria; o Instituto Federal Sul Rio-grandense (IFSul), com quatorze campi e Reitoria localizada na cidade de Pelotas; e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) com dezessete campi e Reitoria localizada na cidade de Bento Gonçalves²³, autarquia que envolve o campus em expansão de Alvorada, lugar utilizado como campo de pesquisa.

Tendo em vista o projeto de governo que fomentou a criação dos Institutos

²¹ Professoras com quem tive a oportunidade de conviver ao longo da graduação no IFRS Porto Alegre.

²² Conforme nomenclatura oficial dos Estatutos dos Institutos Federais, o termo campus se refere a uma unidade ou sede da instituição e o termo campi ao plural de campus.

²³ As informações sobre o número de campus e localização das reitorias foi obtida dos estatutos. Os endereços eletrônicos estão disponíveis nas referências deste projeto.

Federais, as características do plano, e seu público alvo, é possível pensar essas instituições como espaços compromissados com as camadas populares. A presença de Institutos Federais nas periferias favoreceu o acesso à educação de qualidade para estudantes de classes sociais menos favorecidas. Nesse sentido, jovens de comunidades periféricas como a Restinga, em Porto Alegre e a cidade de Alvorada, passam a ocupar esse espaço e promovem um ritmo próprio a cada campus, que inundado pela cultura local, adquire um perfil próprio, uma identidade relativa à sua mesorregião.

4. 1 O campus Alvorada na visão dos estudantes que participaram do grupo de discussão

Durante o grupo de discussão pedi aos alunos que me contassem como tomaram conhecimento do IFRS Alvorada, os motivos que os levaram a estudar nesse lugar, e como era a experiência de estar participando de um curso técnico em meio ambiente integrado ao ensino médio.

A entrevistada Ideologia conta que, assim como a entrevistada Valentia, ambas estudavam na mesma escola municipal de ensino fundamental, a notícia de que havia um Instituto Federal na cidade chegou por intermédio da visita do diretor do campus e uma equipe, que visitou as escolas municipais a fim de convidar os estudantes para conhecer a nova estrutura.

(...) aí eu vim e **achei simplesmente incrível a estrutura**, porque lá no Justo, no último ano que a gente estava, uma das salas caiu o telhado (...) estrutura tão bem feita e pessoas tão animadas, tão motivadas para educar tanto pela estrutura mesmo (2) é uma coisa incrível (...) tu meio que abre um pouco o teu olho para ver que tu consegue mais do que aquilo tu não precisa ficar em escolas estaduais, municipais que infelizmente tem pouco dinheiro pra botar, motivar as pessoas e simplesmente **abriu uma porta para conseguir uma educação incrível aqui**. (Ideologia, GD em 05/09/2018, grifo meu). (...) “Caiu o telhado, alagou, e acho que duas ou três salas se eu não me engano estavam sem porta”, (Valentia, GD em 05/09/2018).

No relato de Ideologia e de Valentia, percebemos um encantamento em relação à estrutura do campus Alvorada, assim como a precariedade da escola da rede pública municipal que era ofertada a eles. Uma escola em situação precária em uma comunidade que necessita de acesso a educação de qualidade, sem dúvida, é

um lugar de desumanização do outro (FREIRE, 2011a, p, 40), pois tolher sonhos é desumanizar.

Sendo a educação “um processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses” (VIEIRA PINTO, 1993, p. 29), uma escola precária forma sujeitos oprimidos, e reproduz injustiças, pois mantém a fragmentação de classes, inerente ao capitalismo, onde os menos privilegiados não têm acesso a espaços de qualidade. Na metáfora da porta que se abre, Ideologia revela o renascimento de sua esperança ao constatar que finalmente teria acesso a uma escola que lhe proporcionaria uma trajetória formativa, diferente do sentimento que a outra escola lhe causava.

No caso da estudante Liberdade, sua escola de ensino fundamental preocupou-se em ajudar os alunos a ingressar no Instituto Federal, o que mobilizou uma cadeia de acontecimentos positivos que a ajudaram a conquistar sua vaga no ensino médio integrado.

(...) como todos vocês o IF foi pra minha escola que é aqui perto e a partir disso conheci, só que a **minha escola deu bastante apoio para isso**, eles deram aula de **cursinho** para o IF para os alunos que queriam, **o diretor da nossa escola pediu a isenção da taxa de inscrição**, ele deu aulas, ele também **fez parte da inscrição**. Essa escola fica no bairro Maria Regina, onde eu moro (Liberdade, GD em 05/09/2018, grifo meu).

Na fala de Liberdade podemos perceber um engajamento docente da escola municipal em auxiliar os alunos na migração para o Instituto Federal, exatamente por reconhecerem a proporção da oportunidade em meio às poucas possibilidades educacionais gratuitas ofertadas na cidade.

No caso do aluno Simpatia, o primeiro contato com o campus Alvorada se deu devido ao tempo livre que passava na proximidade, andando de bicicleta, tendo acompanhado a obra da instituição: “eu vi todo o prédio sendo construído” disse ele. Importante dizer que o tempo livre que Simpatia passava na rua agora acontece nas dependências do campus Alvorada, onde ele se encontra com os colegas em horários fora do tempo escolar. Juntamente com Liberdade e um docente ele está iniciando um projeto de horta e compostagem no pátio do campus.

A participante no Grupo de Discussão Valentia, foi inscrita para a seleção no campus Alvorada por sua mãe Esperança, que havia efetuado um curso de Libras

na sede provisória do campus Alvorada, instalada na época no centro comunitário, Florestan Fernandes, e que viu na instituição uma possibilidade de proporcionar a filha uma educação de qualidade.

(...) a escola é uma escola, mas as pessoas que trabalham aqui, a gente percebe no olhar de cada funcionário, de cada pessoa, a **satisfação de estar aqui a disposição de vocês** (...) eu fiquei muito satisfeita quando a Valentia estava sabendo que o nome dela estava na segunda chamada, eu fiquei muito feliz, muito, muito feliz (...) eu estou torcendo que o “L” [outro filho que está concluindo o ensino fundamental no município] consiga vir pra cá também. Que ele venha pra cá, que ele se adapte muito bem porque aqui é muito acolhedor (Esperança, GD em 05/09/2018, grifo meu).

A preocupação de Esperança, acerca da possibilidade do outro filho não ingressar no campus Alvorada no ano de 2019, é legítima, uma vez que ela reconhece e valoriza o trabalho efetuado nessa instituição e sabe que não há no município outra opção gratuita de qualidade compatível. Ser uma mãe trabalhadora que passa o dia fora, não é tarefa fácil em comunidades populares como a de Alvorada, pois a exposição da juventude ao tráfico de drogas e violência faz com que mães, como Esperança, se preocupem com o futuro dos filhos. Assim como o estudante Ideologia constatou que uma cidade é feita de pessoas, essa mãe constatou que a escola é feita de pessoas que podem proporcionar esperança de uma vida melhor a seus filhos. Como diria Freire, “a esperança faz parte da natureza humana” (FREIRE, 2011b, p. 70). Nesse sentido, uma educação humanizadora é aquela capaz de propiciar esperança aos menos favorecidos.

Fazendo uma relação com a ausência de espaços de lazer para as juventudes da cidade, o relato da estudante Liberdade sobre o tempo que passa no campus Alvorada revela uma satisfação em compartilhar desse lugar com os colegas.

(...) quando a gente entra na escola, e **eu acho que o IF é uma casa pra gente**, por exemplo, hoje a gente chegou aqui 08 horas da manhã e agora são quase 19 horas, então a gente está aqui quase o dia inteiro (...) a gente troca coisas, a gente se ajuda, tanto de matéria quanto de conversar, almoça todo mundo junto, tomando chimarrão todo mundo junto, **é um ponto de encontro, é um lugar seguro, é um lugar acolhedor**, onde a gente pode fazer o que quiser aqui dentro (...) a gente têm cozinha, a gente têm sala de aula livre pra assistir as aulas (Liberdade, GD em 05/09/2018, grifo meu).

Nesse sentido, é interessante observar que a escola se configura como espaço de convivência, de lazer, de juventudes, de acolhimento e de aprendizagens, o que se aproxima da ideia de “redes de conexão” de Viezzer (2007), onde cada nova roda de relações nos coloca no centro de uma rede de conexões que pode ser usar para a qualidade do ambiente e de vida. Essa conexão com o lugar apareceu nos relatos de todos os alunos entrevistados, o que pode ser uma tendência entre os estudantes dos demais cursos. De fato, nos diversos momentos que frequentei o lugar, me deparei com estudantes ocupando o espaço escolar de diversas formas, praticando esportes, tocando violão, descansando em redes, fazendo trabalho voluntário, atividades de extensão, entre outros. Uma apropriação e sentimento de pertencimento ao lugar.

Na visão da participante Gentileza, que também ficou sabendo do campus em sua escola anterior, onde completou os estudos na educação de jovens e adultos após sete anos fora da escola por ter se tornado mãe, estudar no IF campus Alvorada é uma oportunidade ter uma profissão e dar um futuro melhor a sua filha de quatro anos. Ao contar as dificuldades de não ter ninguém na época da prova de seleção para ficar com a filha, e das vezes que precisa trazê-la nas aulas, Gentileza deixa um relato que carrega a realidade social de muitas mulheres, a dificuldade de recomeçar os estudos e não ter com quem deixar os filhos.

(...) eu tenho uma filha, ela é aluna daqui também [risos] (...) ela vem na nossa aula, ela está sempre aqui com nós (...) tenho várias amigas que são mães também e elas não voltam a estudar por causa das crianças (...) na sociedade tu já é acostumada com isso né [preconceito com mulheres que são mães jovens] (Gentileza, GD em 05/09/2018).

Além do desabafo e sentimento de sororidade²⁴ em relação às amigas que não conseguem voltar aos estudos, Gentileza contou que na escola anterior quando tinha que levar a filha ouvia que não precisava ir à aula, que poderia ficar em casa

²⁴ Solidariedade e cumplicidade entre as mulheres. Segundo Marcia Regina Becker (2014) esse conceito foi produzido a partir de argumentos que remontam a experiência da vida entre mulheres que se importam com o bem estar e a dignidade de todas as mulheres. Inicialmente as monjas estabelecem a irmandade que cuida e também controla por meio das “*Soror*”. A autora se utiliza dos argumentos de Ivone Gebara pensadora que discute esse conceito a partir da teologia feminista os desse conceito que se amplia por meio dos movimentos sociais feministas, que são distintos em todo mundo.

que não ganharia falta. Após a surpresa evidente no olhar dos colegas que ouviram o relato, compartilhou sua primeira experiência de trazer a filha na aula.

(...) a primeira vez que eu trouxe minha filha **eu não tinha ninguém para deixar ela** (...) e eu vim com muita vergonha para a escola, eu juro que eu vim, (...) 'vou ter que levar né'! Cheguei na sala e disse 'desculpa ela [a filha] vai ter que assistir aula junto' e o professor disse tipo [fez um gesto de sem problemas com os braços e a cabeça] (...) e os professores dão aula cheio de brinquedos no chão, eles ficam desviando de brinquedos tranquilo assim, dando aula, uma coisa assim normal, é muito gratificante (Gentileza, GD em 05/09/2018, grifo meu).

Nesse sentido, Gentileza corrobora com as descrições positivas que fomos constatando ao longos das conversas com os docentes do campus, e demonstra o quanto o acolhimento da instituição é capaz de construir um sistema de significados na vida dos educandos, que vai muito além do processo de aprendizagem curricular propriamente dito. Gentileza, que também é uma frequentadora do coletivo Marielle Franco, ao estudar no campus Alvorada passou a elaborar uma reflexão crítica acerca da realidade vivida, e a reconhecer os motivos das opressões sofridas anteriormente. Entendeu que ser uma jovem mãe em um contexto escolar não é tarefa fácil em uma sociedade patriarcal, machista, que deposita nas mulheres toda a carga social e a culpa por sua realidade.

Posto que “todos educam a todos permanentemente” (VIEIRA PINTO, 1993, p. 38) e que o exemplo é uma das mais eficazes formas de aprendizagem, ao acolher a filha da estudante, sem reproduzir os mesmos preconceitos, que antes afastavam Gentileza da sala de aula, os docentes do campus Alvorada possibilitaram que ela vivenciasse uma nova experiência social, onde o acolhimento, o respeito à pluralidade de realidades, e o afeto são inseparáveis. Conforme Freire (2011a, p. 110), “o amor é também diálogo”, e diálogo “é encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (Ibidem, p. 109). Dessa forma, o diálogo que se constituiu com esse exemplo foi um diálogo de cumplicidade, que provavelmente deu vazão a uma nova noção de realidade escolar e social para a estudante, visto que uma escola inclusiva, e não excludente, surpreendentemente, se apresentou a ela.

Sobre a experiência de estudar em curso técnico em meio ambiente integrado ao ensino médio todos os jovens avaliam como positiva a formação, inclusive a mãe

que esteve presente na conversa. Na visão do estudante Simpatia, apesar da formação integrada ser uma novidade pra ele, o atendimento acolhedor institucional faz com que compreendesse a importância do estudo na trajetória de vida. Ele considera a formação nova diferente de tudo o que conhecia, e relata gostar muito da metodologia do curso integrado. Para ele, apesar de possuir algumas críticas, “o IF é como se fosse um pai ou uma mãe dizendo ‘vai estudar porque depois que tu sair daqui tu vai poder ter emprego, tu vai poder fazer alguma coisa’” (Simpatia, GD em 05/09/2018).

Na opinião de Liberdade e Ideologia, a formação recebida no curso se configura em um modo de agir e pensar sobre e no mundo, que extravasa os limites da educação formal curricular.

(...) eu acho que o técnico em meio ambiente além de ser um curso profissionalizante incrível, que além de me profissionalizar, me ensinar a defender o ambiente que eu vivo, a me defender, porque **eu também sou parte desse ambiente**, cria um **estilo de vida** onde as minhas relações são diferentes, e isso é incrível (Liberdade, GD em 05/09/2018, grifo meu).

(...) em qualquer área que eu vou trabalhar eu vou conseguir colocar os conhecimentos de meio ambiente nela, porque **todas as áreas precisam ter cuidado com o meio ambiente** (Ideologia, GD em 05/09/2018, grifo meu).

Na fala de ambos, há uma consciência crítica da complexidade ambiental, típica dos “sujeitos da ação ambiental” (CARVALHO, 2000), pois reconhecem a apropriação de um estilo de vida, internalizado no cotidiano, devido à formação recebida, e, também identificam suas posições na trama socioambiental. Essa visão holística, que admite o entrelaçamento das vidas dos “atores sociais” (VIEZZER, 2007), e que é demonstrada no exercício de “ação-reflexão” (FREIRE, 2011b) dos dois estudantes, demonstra uma internalização de princípios éticos e morais que se aproxima dos caracteres que definem as virtudes do “sujeito ecológico” (CARVALHO, 2012).

4.2 O campus Alvorada na visão dos moradores da comunidade da “Av. A” e alguns apontamentos reflexivos

Diferente dos estudantes, os moradores não tinham muitas coisas a dizer sobre o campus, como já salientei no capítulo dois, o processo de aproximação e de entrevistas com os moradores foi bastante cauteloso, porém o pouco que falaram foi importante para identificar algumas tendências. Nas entrevistas com os moradores, perguntei como ficaram sabendo da vinda do IFRS para a cidade e como é a sensação de ter essa instituição perto de casa. O morador Dignidade e sua esposa Guerreira, disseram que ficaram sabendo da vinda do campus para a cidade por intermédio do rádio, enquanto ouviam o programa *A voz do Brasil*²⁵. Segundo Dignidade, ele tem uma “mania” de escutar as notícias. Quando questionados, sobre como é ter um campus do Instituto Federal perto de sua casa, eles relatam que uma das melhores coisas que aconteceu com a vinda da instituição para a comunidade, foi à reabertura do posto de saúde e a melhoria na sensação de segurança:

Pra nós é bom, o postinho reabriu agora da manhã até às dez da noite. Nós somos evangélicos né então pra nós quando a gente volta da igreja o postinho ainda está aberto, tem movimentação e aumentou a segurança, prefiro nem comentar o porquê, mas aumentou a segurança, em relação aos próprios **acontecimentos aqui da volta**, pra nós ficou muito bom até pras crianças que estudam (Dignidade, entrevistado em 10/09/2018, grifo meu).

A segurança e os “acontecimentos aqui da volta” os quais a entrevistada Dignidade se refere estão ligados à mudança de liderança no tráfico de drogas da região que acalmou os tiroteios, mas também a presença do vigilante na portaria do campus. Ele prefere não falar abertamente do assunto porque sabe que estou gravando a conversa. No entanto, ele trata do tema com tom de voz positivo, pois, dá indícios de que os anteriores “chefes” da região eram piores do que os atuais. Sobre o porteiro do campus Alvorada entendem que é muito bom ter alguém na guarita quando voltam à noite pra casa. A impressão que tive é que para eles é bom viver próximo ao campus porque há movimento de estudantes em todos os turnos, e, conseqüentemente, sempre há circulação na portaria, e com o aumento do fluxo

²⁵ Programa de rádio do Governo Federal.

de pessoas, se reduz a incidência de pequenos furtos ou abordagens agressivas, em especial no horário da noite, quanto retornam da igreja.

O casal nunca entrou no campus e ao serem convidados pela servidora técnica administrativa, que me acompanhava na visita, perguntaram “deixam entrar lá?” “deixam entrar pra tomar chimarrão? Com as crianças pode entrar?” (Dignidade e Guerreira, entrevistados em 10/09/2018). O interessante nesse relato, é que diferente dos demais entrevistados, a presença da portaria e do vigilante fez com que pensassem que não devem ultrapassar a entrada do campus. Importante salientar que em todo o período de pesquisa nunca presenciei a passagem de veículo da brigada militar no local, sequer a presença de brigadianos ou guarda municipal na região.

Curiosamente, a família de Dignidade e Guerreira não é a única a se sentir mais segura pela presença dessa portaria, visto que, a moradora que se intitulou Desamparo, relata uma sensação semelhante em relação ao assunto. Sobre a presença do campus na comunidade, ela disse: “Eu acho maravilhosos né, é federal né, é uma segurança pra gente né, porque a **Federal não é aquela coisa da polícia?** (...) eu acho bom” (Desamparo, entrevistada em 10/09/2018, grifo meu). Portanto, na visão de Desamparo há uma relação do IF com a Polícia Federal, o que lhe passa uma sensação de segurança.

Ela que sobrevive da venda de quentinhas, no centro de Porto Alegre, disse que ficou sabendo da vinda do IFRS pelas placas que foram instaladas durante a obra, porém Desamparo e o morador Carisma tem uma coisa em comum: ambos não sabem ler, o que me leva a pensar que talvez ela tenha identificado que o prédio era uma obra federal devido aos logotipos do Governo Federal que aparecem amplamente na televisão.

A fim de refletir acerca dessa questão encontrei em Vieira Pinto (1993) uma importante contribuição sobre o analfabetismo. Para ele, é importante que a sociedade supere a visão ingênua que vê o analfabeto apenas como indivíduo que não sabe ler, visto que esse sujeito exerce sua relação com os demais homens e mulheres por intermédio do seu trabalho, no caso de Desamparo, no ato de negociação e venda de suas marmitas. Assim, “o analfabeto, em sua essência, não é aquele que não sabe ler, sim aquele que, por suas condições concretas de existência, *não necessita ler*” (VIEIRA PINTO, 1993, p. 92). Mais do que isso, para Vieira Pinto,

O importante é compreender que o analfabeto adulto atual, ao qual nos dirigimos, vive numa sociedade letrada e por isso suas exigências culturais implícitas são as da linguagem alfabética, que é a de seu meio. Basta, portanto, retirá-lo das condições inferiores de existência em que vive e fazê-lo compreender sua realidade para que imediatamente incorpore o saber letrado como elemento natural da consciência crítica que começa a produzir para si (VIEIRA PINTO, 1993, p. 100).

Ao dizer que é necessário retirar o analfabeto de sua condição inferior para que ele construa uma consciência crítica sobre si mesmo, e resolva se lhe interessa, ou não, apropriar-se de um sistema de simbolismo da palavra falada, percebo em Vieira Pinto (1993) uma aproximação das ideias de educação como prática da liberdade dos oprimidos de Freire (2011a). Nesse âmbito, pensar o analfabetismo de Desamparo e Carisma como produto das condições de injustiça socioambiental no qual estão inseridos é um importante exercício reflexivo para compreender esses dois atores sociais.

A moradora que nomeei por Sublime, que outrora entrou no campus para participar de uma das festinhas comunitárias, disse que quando veio morar na comunidade o prédio do Instituto Federal já estava no local, e que ficou sabendo do que se tratava com o filho de sete anos que passou a frequentar o coletivo de alunos, Figueira Negra, que se reúne no campus. Ela também perguntou ao vigilante o que era aquele lugar e ele respondeu que era uma escola. Em meio à entrevista, com um sorriso no rosto, Sublime contou que um dos filhos frequenta as aulas de capoeira que ocorrem no pátio do campus Alvorada aos sábados, e que gosta da presença da instituição: “Eu acho bom. Agora ele está indo na capoeira ali nos sábados, que o pessoal vai e faz ali. É um projeto que tem ali pra baixo, e eles fazem ali nos sábados” (Sublime, entrevistada em 10/09/2018). Esse relato demonstra o quanto o campus está aberto as diferentes representações da comunidade, e a educação popular, nesse caso personificada na capoeira, uma das mais importantes expressões populares da cultura brasileira.

Perguntei a ela se gostaria de fazer um curso, uma formação ou algo nesse sentido na instituição, porém Sublime que estudou até o sexto ano do fundamental disse que não tem tempo e foi categórica em sua resposta: “no momento está muito corrido né, direto com as crianças, e só eu, não tem como! No momento nenhum [tempo], eu corro da hora que eles acordam, a hora que eles dormem, é mãe 24 horas” (Sublime, entrevistada em 10/09/2018).

Ao escutar o relato de Sublime, inevitavelmente, pensei na entrevistada Gentileza, pois havia uma relação entre as duas: ambas são jovens mães, e relatam dificuldades para cuidar de seus filhos. Diferentes de Sublime, Gentileza tem lutado contra o sistema que a exclui e encontrou no campus Alvorada um lugar que acolhe sua demanda de mãe estudante. Sublime demonstra o interesse em voltar a estudar, porém sua dedicação aos filhos é integral.

Ao refletir acerca das mulheres na sociedade e na cultura, e percebendo as mulheres reconhecidas apenas por sua sexualidade, a autora elaborou o conceito de *madresposa*, que remete aos papéis sociais ocupados pelas mulheres na sociedade patriarcal: mãe, esposa, cuidadora. Ao definir o que ela chamou dos *cativeiros das mulheres*, Marcela Lagarde (2005)²⁶, assinala que,

O trabalho concreto da mulher como *madresposa* se materializa *nos outros* e permite a satisfação de necessidades básicas de primeira ordem, isto é, daquelas necessidades que de não serem satisfeitas levam a morte. (...) Pelo significado que tem para ambos, o trabalho da *madresposa* é vital tanto para os indivíduos como para a sociedade: para o sujeito (mulher) porque ela está no processo, e para o objeto (o outro) que o exige, permanentemente, para sobreviver (LAGARDE, 2005, p. 120).

Em complemento à Lagarde (2005), Heleieth Saffioti (2013, p. 95) destaca que “a ideia de que a missão da mulher é o casamento e a procriação conduziu (...) a uma especialização que destina as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectiva de promoção”. Relacionando as ideias das autoras com a pedagogia da libertação e da autonomia de Freire (2011a) percebo que a estudante Gentileza, diferente da moradora Sublime, insiste no ato educacional porque tomou consciência de seu estado de opressão e por isso visa transformar sua realidade por intermédio da educação. Arrisco dizer que esse movimento reflexivo de Gentileza iniciou principalmente, com o ingresso no curso técnico em meio ambiente integrado ao ensino médio, assim como em sua participação no coletivo Marielle Franco, que frequentemente discute essas temáticas.

²⁶ El trabajo concreto de la mujer. como *madresposa* se materializa en *los otros* y permite la satisfacción de necesidades básicas de primer orden, es decir, de aquellas necesidades que de no ser satisfechas llevan a la muerte. Como trabajo acumulado en *los otros* se realiza cada día. La mujer a su vez, se desgasta diariamente al hacerlo (LAGARDE, 2005, p.120).

4. 3 A questão do lixo urbano e os mutirões de limpeza

Uma das questões que me desacomodaram durante o acompanhamento das atividades do campus Alvorada estava vinculada à prática ambientalmente orientada dos mutirões de limpeza de lixo, ocorridos nas redondezas durante os anos de 2017 e 2018. De fato, um dos temas de maior expressão no cenário urbano, e que surge em consequência ao consumismo e aos métodos de produção, permitindo observar diferentes nuances da internalização das questões ambientais nos sujeitos que habitam comunidades e bairros de um determinado município pode estar na relação com os resíduos, popularmente chamados de lixo.

De acordo com a autora Zacarias (2000), “a variedade de definições do que seja ‘lixo’ dependerá do universo sociocultural em que se insere o indivíduo” (ZACARIAS, 2000, p. 47), ou seja, a noção do que é lixo está intrinsecamente ligada às experiências de vida dos sujeitos. Dito de outra forma, o que é lixo na visão de uns poderá ser visto como matéria prima nas mãos de outros, como no caso do artista Vik Muniz²⁷.

Pensando nos resíduos sólidos urbanos em seu contexto socioambiental, um cenário comum e cada vez mais expressivo em comunidades urbanas é a presença de locais de bota-fora, lixões e descartes de resíduos em ruas, terrenos e avenidas, que sem qualquer tratamento modificam a paisagem, afetando a salubridade dos ambientes onde ocorrem. Um trabalho recente e interessante para pensar estas questões foi elaborado pela autora Lair Araújo (2017), que ao pesquisar a comunidade da área rural de Santa Tecla, Gravataí, Rio Grande do Sul, onde foi implantado um lixão/aterro sanitário, destacou a realidade socioambiental de que mora no entorno ou próximo a regiões onde há um aterro/lixão.

Segundo ela, estas pessoas carregam consigo um “signo-sinal” que lhes confere a imagem de viver em um lugar “sujo”, “fétido” e “imundo” e, conseqüentemente, vivem “sob o espectro do risco e insegurança decorrentes de contaminações e da baixa qualidade de vida oriunda do mau cheiro constante (ARAÚJO, 2017, p. 116)”. Os moradores da Av. A, perpendicular ao campus Alvorada do Instituto Federal, vivem em um ambiente que carrega consigo o estigma

²⁷ Artista plástico brasileiro que produz suas obras com materiais descartados como pneus, latas, plástico, ou alimentos como chocolate, geleias, açúcar e outros.

de estar cercado por lixo. A área se configura em um lugar de bota-fora de materiais que advém de inúmeras origens.

Destarte, ao entrevistar os estudantes e perguntar sobre os mutirões de limpeza de lixo pude compreender melhor o contexto que se apresentava. Para Liberdade, na época do primeiro mutirão, que ocorreu no final de 2017, a instituição conseguiu pneus, recebeu doações de tintas, enxadas, cavadeiras e aproximadamente dezessete estudantes “abraçaram a ideia”. Sobre a experiência do mutirão considerou ela considerou “cansativa, mas incrível” (Liberdade, GD em 05/09/2018). Conforme os estudantes do curso de meio ambiente, no primeiro mutirão foram retirados do terreno em frente ao campus duas caçambas cheias de lixo.

O segundo mutirão, elaborado pelos moradores, na visão desses mesmos estudantes, não contou com a presença dos alunos, e ocorreu durante as férias de verão no início de 2018. De acordo com o relato, não houve vínculo com o campus. Na opinião de Liberdade talvez “eles tenham visto que estava funcionando e resolveram fazer igual” (Liberdade, GD em 05/09/2018). O terceiro mutirão, no qual participei, ocorreu no mês de julho de 2018, na última semana das aulas antes das férias escolares. Na ocasião houve a participação de quatorze pessoas, incluindo uma servidora do campus e o diretor. Auxiliei recolhendo resíduos, pintando pneus e capinando o espaço. O diretor e uma secretaria da instituição estiveram presentes e disponibilizaram alimentação em apoio aos estudantes. Neste dia o lixo recolhido foi colocado em sacos plásticos e o lixeiro passou ao meio dia para recolher o material.

Quando perguntei quem coloca lixo nos arredores do campus os estudantes alegaram que acreditam que seja a própria comunidade, assim como pessoas que usam o local como lugar de bota-fora. Conforme Ideologia, “já teve relato de gente que pega lixo em outro lugar, paga outras pessoas para carregar o lixo de outro bairro e traz aqui pra deixar” no local próximo ao campus e na Av. A. (Ideologia, GD em 05/09/2018) e em complemento, Vontade reforça que “é muito comum o pessoal que vem de carroça” (Vontade, GD em 05/09/2018).

Para Liberdade, a complexidade do tema é maior do que parece. Na visão dessa estudante, as relações socioambientais compõem uma trama que torna difícil culpabilizar um grupo específico pelo problema.

(...) é complicado a gente tratar com isso sabe, onde que essas pessoas vão depositar esse lixo? **Onde essas pessoas vão conseguir verba?** Não devemos aceitar, 'nossa deixa a pessoa depositar o lixo ali', mas é além de não deixar a pessoa (Liberdade, GD em 05/09/2018, grifo meu).

Ao se questionar acerca da sobrevivência dos carroceiros que eventualmente depositam o lixo no local, Liberdade demonstra percepção das desigualdades ambientais, e seu vínculo com a desigualdade social. Ela também manifesta uma visão holística do ambiente, assim como uma apropriação da questão ambiental em sua formação moral (CARVALHO; TONIOL, 2010). Por conseguinte, ao responder a questão, Esperança demonstra acreditar no viés legislativo. Para ela, assim como os fabricantes devem se responsabilizar pelo recolhimento dos produtos, como lâmpadas, medicamentos, entre outros, as pessoas devem se responsabilizar pelo encaminhamento dos seus resíduos aos devidos lugares de descarte.

(...), por exemplo, eu vou lá e compro um guarda-roupa, eu sei quanto tempo ele vai durar se eu cuidar dele, só que eu sei que o dia que eu quiser trocar esse móvel, eu tenho que dar conta dele (...) eu que tenho que ter consciência (Esperança, GD em 05/09/2018).

No caso do relato de Esperança os mecanismos regulatórios aparecem no discurso como guardiões da justiça ambiental. Na visão dela, ao seguir os princípios legais os cidadãos estariam fazendo a coisa certa com seu lixo, portanto, estariam atendendo os princípios morais por intermédio de uma imposição legal. Nesse contexto, a responsabilidade de um mundo ambientalmente justo estaria incorporada ao comportamento dos sujeitos por intermédio da lei.

Em busca de respostas sobre a motivação do segundo mutirão, que foi efetuado pelos moradores do bairro nas férias dos estudantes, perguntei aos entrevistados se haviam contribuído com a atividade na época. De certa maneira, o relato da comunidade confere com algumas constatações dos alunos. A princípio nenhum dos cinco moradores entrevistados participou do mutirão que supostamente havia sido feito pela comunidade.

De acordo com a informação de Dignidade, a iniciativa foi organizada pela Associação de Bairro da comunidade, que possuía um líder na época, preocupado com a desapropriação dos terrenos ocupados pelos moradores:

Assim, como era muita sujeira, tinha muito lixo, e até pra gente **ganhar um voto com a Prefeitura e com a empresa dona do terreno**, o pessoal se reuniu, na época tinha um líder, acho que era Sereno o nome dele, agora é o Rafael, mas na época era o Sereno, teve uma iniciativa igual a que tiveram ali [no terreno que os alunos limpavam], de colocar uns pneus, o Rafael é da Associação de Bairro, esse fez a coisa andar. (Dignidade, entrevistado em 10/09/2018, grifo meu).

Segundo Dignidade podemos verificar que o mutirão elaborado pela associação de bairro foi uma tentativa de aproximação com os outros atores sociais, como a gestão pública, e a empresa proprietária do terreno. A ideia era demonstrar comprometimento em cuidar do espaço, embora houvessem ocupado os terrenos. Na opinião dele não são os moradores, mas pessoas de fora da comunidade que depositam seu lixo no local, tendo que com frequência “xingar” pessoas reclamando para não colocar o lixo no local.

A moradora Sublime também só ficou sabendo do mutirão quando viu a movimentação na comunidade, no entanto acrescentou que o trator da prefeitura de vez enquanto vai ao local para remover o lixo acumulado, porém, segundo ela não é exatamente o que acontece:

(...) **a gente larga, queima ali, a gente vai mantendo**, mas vem gente e larga árvore, até esse monte era dali [aponta para um monte de lixo], daí a patrôla veio num dia de chuva, dizendo que ia limpar e ia levar, tirou dali e largou no meio da rua e nunca mais apareceu, só piorou, desenterrou o que estava enterrado e largou no meio do caminho. (Sublime, entrevistada em 10/09/2018, grifo meu).

Sublime desvela um procedimento comum na comunidade: a queima de lixo. Quando ela diz que “vai mantendo”, se refere às valetas cavadas no chão, onde ela e suas vizinhas depositam o lixo domiciliar até que haja uma quantidade suficiente para efetuar a queima. Durante a conversa ela parece reconhecer como lixo nocivo à saúde os galhos, caliças de obra e móveis velhos jogados pelos caminhantes ao passar no local, mas demonstra não reconhecer no lixo domiciliar depositado em frente as casas um problema socioambiental.

Em concordância com Dignidade e Sublime, Desamparo relata que são pessoas de fora que deixam lixo na comunidade, definido por ela como sofás, colchões, camas velhas, e destaca que o trator da prefeitura esteve no local, mas

apenas mudou o material de lugar. Ela também acredita que queimar o lixo é, de fato, a solução mais eficaz:

Aqui não sei quem é que pediu pra máquina passar aqui uma vez, aí a máquina passou e limpou, daí a sujerama, **ele jogou tudo pra lá** [pro lado da casa de Sublime] daí depois estavam colocando lixo de novo e daí foi um vizinho daqui e disse 'nós não aceitamos lixo aqui', porque a gente passa o maior trabalho aqui pra limpar e vocês vêm jogar', daí juntaram o lixo e **levaram mais lá pra frente**, mas não adianta. (Desamparo, entrevistada em 10/09/2018, grifo meu).

Nesse contexto, ao que tudo indica, o mutirão de limpeza na comunidade foi uma ação isolada da associação de bairro, na época capitaneada por um líder distinto do atual.

Tendo em vista os relatos apresentados ao longo do texto e as diferentes visões acerca da realidade local apresentada ao longo da pesquisa, encaminharei minhas considerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento de finalizações percebo que por meio dessa pesquisa tive a oportunidade de conviver e compartilhar saberes com as pessoas do IFRS - Campus Alvorada. Mulheres, homens, jovens e maduros que partilham solidariamente suas histórias e juntos buscam novas alternativas de existência e resistência em um mundo tão desigual. Também tive a oportunidade de conhecer a realidade vivida pelos moradores e com isso sair um pouco da bolha social na qual me encaixo.

Acredito que independente das conclusões apresentadas ainda há muito que pensar e dizer deste lugar e destas pessoas, tarefa que deixo em aberto para outros pesquisadores e pesquisadoras interessados na educação popular e na realidade socioambiental de comunidades brasileiras. Os saberes e os fazeres do campus Alvorada e de sua comunidade não se limitam ao meu relato, apenas algumas demandas que me instigaram ao longo do processo foram apontadas ao longo da escrita.

Estou certa de que há muitas questões a serem aprofundadas acerca de outros campi do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, mas tendo em vista que minha incursão se deu especificamente na unidade localizada na cidade de Alvorada, e que meus olhos ainda pouco treinados no exercício da pesquisa ainda possuem muitas limitações, trarei algumas reflexões elaboradas a partir da convivência com esse lugar.

Ao longo do processo de escrita e escuta, busquei atender os propósitos da pesquisa participante que Carlos Rodrigues Brandão sinaliza (2006). Trabalhar com a proposta da pesquisa participante me trouxe uma nova forma de ver e pensar a educação, assim como as sutilezas sobre as quais devemos nos atentar para promover escutas mais humanizadas e atentas, descolonizadoras dos saberes dos sujeitos.

Fazer um grupo de discussão, inspirado nas rodas de conversa de Paulo Freire foi uma experiência nova e interessante, pois tive que lidar com a organização de um momento para receber os estudantes, contar com a imprevisibilidade do comparecimento deles no encontro, lidar com a pequena frustração de não ter a contribuição de todos os estudantes que participaram dos mutirões no grupo de discussão, pensar em termos de consentimento, assentimento e questionários para conhecer um pouco mais de suas intimidades. Mais do que isso, ter um momento de

escuta e diálogo, onde não fui a protagonista, mas ouvinte de frustrações, preocupações e dúvidas, e onde acima de tudo compartilhamos histórias, rimos e pudemos nos conhecer um pouco melhor.

A educação popular e sua proposta coletiva e solidária de pensar os entrelaçamentos das linhas de vida que circulam no mundo, de ver fora da caixa, fora da bolha, de pensar nas margens e a partir delas, ter esperança, segundo Edla Eggert (2013), me trouxe uma nova maneira de olhar a vida. Sou grata por isso, pois não foram poucos os momentos ao longo da pesquisa em que tive que revisar os privilégios os quais tenho acesso e reconhecer meu lugar de fala para compreender as realidades que se apresentavam.

O primeiro objetivo específico da pesquisa era *explorar por intermédio de pesquisa participante e grupo de discussão como os alunos do curso técnico em meio ambiente, integrado ao ensino médio do IFRS Alvorada, se relacionam com a cidade, com o campus e com a comunidade do entorno da instituição*. Nesse sentido, sobre a relação dos estudantes com o campus Alvorada do IFRS, constato um sentimento de *pertencimento e perspectiva*. De *pertencimento*, porque todos reconhecem o lugar como público e de direito, questão que atribuo à convivência com gestores, docentes e servidores que acreditam no projeto dos IF's e que a todo o momento reafirmam a importância da educação pública, gratuita e de qualidade ser um direito de todos. Também porque percebem o lugar como uma extensão de suas casas, considerando-o um refúgio seguro onde podem exercer a sua juventude, diferente dos demais espaços públicos da cidade que consideram inseguros e pouco atrativos. É nesse lugar que constroem laços de amizade, socializam, trocam experiências, encontram seus pares, estudam, se alimentam, relaxam.

Outra relação para com o campus Alvorada foi a de *perspectiva*, porque ao ingressar nesse lugar os estudantes entendem que receberam uma oportunidade ímpar de romper as barreiras sociais impostas a eles, moradores da periferia, que não procedem de famílias de classe média, bem mais preparadas para incentivar seus filhos e filhas a estudar. Interessante análise acerca dessa classe média é feita pelo autor Jessé Souza (2017) no livro *A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato*, discussão que embora não seja escopo dessa pesquisa, abre uma janela para outras perspectivas acerca do potencial dos Institutos Federais na vida da juventude pobre do país.

Conforme o estudante Ideologia, o campus Alvorada foi “uma porta que se abriu para conseguir uma educação incrível”. Além disso, essa relação de perspectiva se reforça quando os estudantes integram coletivos, comissões e demais espaços institucionais e passam a desconstruir a “autodesvalia” (FREIRE, 2011a, p.70) atribuída as camadas populares e seus saberes. Nesses espaços eles tornam-se sujeitos produtores de conhecimento, e começam a “crer em si mesmos” (Ibidem, p. 72).

É possível que o sentimento de pertencimento e perspectiva encontrado nos estudantes que participaram da pesquisa, se reproduza nos demais frequentadores do campus, dado as observações de campo e as participações nas atividades de aula, extensão e lazer, onde convivi com representantes de outros grupos que relatam anseios semelhantes.

Sobre a relação dos estudantes que participaram do grupo de discussão com a comunidade do entorno do campus, mais especificamente a comunidade mais próxima, a que vive na Av. A, é perceptível certo *distanciamento*, pois não houve relatos de troca ou diálogo entre os jovens e a comunidade entrevistada, nem mesmo no período dos mutirões de limpeza que configuravam ações mais coletivas. Atribuo essa distância a uma dificuldade advinda do próprio campus Alvorada em se aproximar dessa comunidade, o que pode estar relacionado com o processo de implantação da unidade que ainda vem reconhecendo a mesorregião na qual está instalada e seu potencial no município. Sendo esse o momento institucional, os estudantes acabam também demonstrando pouco ou baixo interesse em aproximar-se da comunidade, embora se sintam pertencentes à região do campus, sentimento de pertença demonstrado na preocupação com o lixo do bairro.

Na visão destes estudantes Alvorada é uma periferia *perigosa* e possui muitas *ausências*. *Perigosa* porque tanto para homens quanto para mulheres andar na rua com tranquilidade é uma tarefa difícil, uma vez que o sentimento de insegurança socialmente instituído nessa comunidade faz com que as pessoas estejam sempre em alerta, o que não considero uma exclusividade de Alvorada, visto que são várias as cidades gaúchas consideradas perigosas, segundo o mapa da violência.

Para eles, esse lugar além de perigoso possui muitas *ausências*, que vão desde a oferta de educação pública municipal de qualidade, áreas de lazer para as juventudes e comunidade em geral, e questões vitais como saneamento básico, que no contexto dos estudantes refere-se à correta gestão do lixo domiciliar, uma

responsabilidade de todos, sendo o poder público e a comunidade os mais expressivos envolvidos.

Embora estejam insatisfeitos com o descaso do município, esses jovens possuem afeição pela cidade, lugar onde a maioria nasceu. Ao sentirem-se insatisfeitos com a oferta de um espaço público de qualidade reconhecem seu direito de cidadãos de criticar aquilo o que não está bom, porém não relatam efetuar tais críticas aos agentes públicos locais.

Os estudantes relataram não haver espaços públicos de qualidade no município. Realmente verifiquei que a praça pública mais próxima, está localizada na Rua Pedro Carneiro Pereira, a 2 km da instituição, aproximadamente 25 minutos a pé, e possui uma quadra esportiva de chão batido, alguns bancos de concreto e oito balanços para as crianças, porém, a limpeza e qualidade da estrutura ofertada são de baixa qualidade e a manutenção do espaço tem ficado por conta dos moradores.

A próxima opção de lazer seria a praça central da cidade localizada na parada 48, a 5 km do campus, aproximadamente 45 minutos a pé, o que é demasiadamente cansativo caso algum morador da área resolva fazer um passeio com a família. Nessa praça há uma estrutura de melhor qualidade, com brinquedos diversos, alguns bancos, pista de skate, palco central para eventos, estrutura essa que atribuo ao fato de estar localizada em frente à Prefeitura Municipal. Nesse sentido, concordo com os estudantes, sobre a ausência de espaços públicos na comunidade.

O segundo objetivo da pesquisa era *compreender como a comunidade se relaciona com a cidade, com o campus Alvorada, e por quais motivos os moradores da Av. A, não acessam o IFRS campus Alvorada*. Durante as entrevistas pude observar que a relação dos entrevistados com a cidade é um tanto “paradoxal”, valendo-me das palavras do estudante Ideologia no grupo de discussão, pois ao mesmo tempo em que essa comunidade sente-se feliz por construir ou reconstruir suas vidas nesta cidade, é perceptível o sentimento de descaso por parte do poder público o que promove um sentimento de abandono em alguns entrevistados.

De acordo com as entrevistas os moradores da Av. A não possuem acesso a saneamento básico, rede elétrica regular, calçamento e endereço próprio, assim como, convivem com o lixo e com o risco de enchentes e alagamentos em suas casas, em virtude do córrego que passa nos fundos das moradias, após a mudança de lado efetuada pela empresa detentora do terreno. Tanto o campus Alvorada

quanto à comunidade passam por percalços semelhantes, como o medo da violência, a ausência de calçamento, problemas de mobilidade especialmente em épocas de chuva, em que a região fica embarrada, deposição irregular de lixo na área, e o sentimento de insegurança, porém, na comunidade o descaso e as consequências possuem maior proporção, atingindo inclusive a autoestima e autovalorização dos moradores.

O sentimento de descaso e desvalorização da comunidade da “Av. A” é compatível ao apontado por Araújo (2017, p. 116), ao descrever a comunidade de Santa Tecla em Gravataí, por sinal, cidade próxima à área pesquisada, pois as falas dos entrevistados carregam o sentimento de viver em um lugar “sujo”, “fétido” e “imundo” e, conseqüentemente, viver “sob o espectro do risco e insegurança decorrentes de contaminações e da baixa qualidade de vida oriunda do mau cheiro constante”.

Talvez, por estarem “acomodados e adaptados, ‘imersos’ na própria engrenagem da estrutura dominadora” (FREIRE, 2011a, p. 47), os moradores da “Av. A” e redondezas não tenham despertado para as opressões sofridas, seja pelo poder público, seja pelos demais moradores da cidade que depositam seu lixo em frente a suas casas, e, portanto, convivem com os problemas sem reivindicar uma solução justa que lhes promova dignidade, mesmo tendo constatado as adversidades com que convivem.

Sobre esta conformidade dos moradores, concordo com Freire e Nogueira (1993, p. 24), quando dizem que, parece “que ao povo de um bairro, ou aos grupos de uma favela, é mais custoso constatar a necessidade de um programa de ações populares”, ou que para aqueles que criam as injustiças “melhor será que a situação concreta de injustiça não se constitua num ‘percebido’ claro para a consciência dos que a sofrem” (FREIRE, 2011a, p. 31), pois, uma mobilização coletiva requer um exercício reflexivo, uma “consciência crítica” (VIEIRA PINTO, 1993; FREIRE, 2011a) acerca do contexto. Não que estes moradores não pensem sobre as questões vividas, mas não planejam executar um passo a frente, como procurar as autoridades em busca de soluções, ou promover melhorias na vila em favor do coletivo. Além disso, diria que o fato de esta comunidade estar em uma zona de sacrifício, agrava sua situação e amplia a sua dificuldade de mobilização popular.

Assim, percebo que as pessoas da comunidade possuem uma peculiaridade em relação ao campus Alvorada: sentem-se prejudicadas com a deposição de lixo, a

falta de calçamento no local, e as tantas outras ausências relatadas nessa pesquisa, porém não se sentem autorizadas a cobrar uma ação efetiva do poder público. Essa dificuldade de se impor advém de diversas causas: moradias irregulares, medo de desocupação, medo da violência, adaptação a uma vida de sobrevivências.

Tendo como base as entrevistas com os moradores da “Av. A”, é possível identificar que uma das barreiras para o ingresso destes no campus seja o analfabetismo de alguns, a não conclusão do ensino fundamental de outros e a incompreensão do que seja um Instituto Federal, que aparece em discursos como o da entrevistada Desamparo ao comparar o campus com uma unidade da Polícia Federal. Além desses apontamentos, as dificuldades vividas por estes moradores, principalmente o que se refere ao contexto socioambiental descrito ao longo do trabalho, como as dificuldades de saneamento, falta de serviços básicos e desemprego, faz com que o ato educacional se torne um processo secundário em suas vidas.

Podemos encontrar nessa conjuntura uma relação de distanciamento com os saberes escolarizados e o não reconhecimento destes como potencializadores do exercício de atividades no mundo do trabalho e no exercício da cidadania. Talvez essa comunidade não tenha interesse em uma formação educacional, pois sobrevivem e exercem suas funções sociais e de trabalho sem a necessidade da leitura e da escrita, como no caso de Desamparo que trabalha vendendo marmitas, ou de Dignidade que antes de ficar desempregado atuava no setor de limpeza de um condomínio; atividades que não necessariamente demandam a necessidade de leitura.

Conforme Vieira Pinto (1993, p. 92) a simbolização do pensamento por intermédio da escrita só é necessária àqueles que necessitam ler para exercer as suas atividades de trabalho, no entanto, quando a aprendizagem da leitura e da escrita, mais do que a aprendizagem da técnica, produz uma “mudança na consciência no educando” (Ibidem, p. 98), é possível construir uma “consciência crítica de si e da sua realidade”.

Em minha hipótese inicial quando afirmei que a comunidade da Av. A não adentrava o campus pensei na participação da comunidade apenas em cursos e formações escolarizadas. Após as entrevistas pude compreender que apesar de não frequentar o campus, essencialmente, pela via da escolarização formal, essa comunidade adentra e vive o lugar de outras maneiras.

Ao frequentar as comemorações e festividades como Festas Juninas, por exemplo, usufruem do lugar como um espaço de lazer seguro, onde as famílias são acolhidas com carinho por docentes e estudantes. Ao participar de intervenções laborais, como a capoeira e a atividade de extensão ofertada pelo curso de cuidador de idosos, os moradores utilizam o espaço do campus na promoção de sua saúde. Ao voltar à noite para suas moradias, alguns moradores se sentem mais seguros pela presença da portaria do campus, ou em deixar os filhos brincar na área deste. Ademais, há relatos de servidores sobre moradoras que pedem para utilizar os computadores para pesquisas na internet ou para imprimir currículos. Portanto, apesar de não frequentar o campus dentro de um curso de educação formal, esta comunidade usufrui do lugar de outras maneiras, que não podem ser ignoradas ou menosprezadas nessa pesquisa. Há uma relação destas pessoas com a instituição, que embora informal, integra suas vidas indiretamente.

No entanto, embora não saibam ler e não procurem a instituição para aprender formalmente, seria de grande importância que estas pessoas tivessem a oportunidade de ler e escrever para que pudessem acessar novos espaços na conjuntura social, estabelecer novas redes de conexões, adquirindo consciência de seus direitos como cidadãos. Nesse sentido, é de inestimável importância que essa comunidade acesse o campus por intermédio da participação em cursos, formações, coletivos, tendo em vista o potencial “libertador” (FREIRE, 2011a) e plural da educação nos grupos socialmente oprimidos, uma vez que esse acesso auxilia no desenvolvimento da consciência crítica e da leitura de mundo dessas comunidades (ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 19). Principalmente, para que por intermédio do convívio nas aulas (quem sabe aulas abertas), encontros, extensões, e na vivência com os demais estudantes e docentes, esses moradores consigam reconhecer o contexto vivido, a fim de se mobilizarem para solicitar providências e melhorias. Mas, reconheço a dificuldade de inserção desses sujeitos no processo educacional formal dada à maneira que ele se apresenta atualmente, com processos seletivos burocráticos e complexos, que acabam por barrar o acesso destas pessoas.

Apesar dos esforços de uma servidora técnica administrativa em convidar os moradores para atividades recreativas, batendo de porta-em-porta em épocas festivas e de abertura de processo seletivo ainda há de se despender maior empenho para acolher essa comunidade, levando em consideração suas dificuldades de ingresso, buscando alternativas possíveis, como cursos de formação

inicial e continuada, certificação de conhecimentos, parcerias com o município e a Secretaria de Educação, entre outros.

Penso que uma aproximação do campus Alvorada com essa comunidade do entorno é de grande importância para a elaboração de novas formas de pensar e agir de ambas as partes, pois algumas das problemáticas que cercam a comunidade são comuns ao campus, como a ausência de calçamento e o problema do lixo urbano. Para essa tarefa de aproximação percebo no coletivo Marielle Franco e no curso técnico em meio ambiente integrado ao ensino médio uma brecha para que a instituição dialogue mais com a comunidade da Av. A e do entorno do campus.

Nos encontros do Grupo Marielle Franco, estudantes de diferentes cursos e turnos reúnem-se para discutir temáticas diversas sensíveis a comunidade, e apesar de recente, esse espaço de encontro tem crescido de uma forma que surpreende inclusive seus idealizadores (as). É comum a chegada de novos adeptos da comunidade, que trazidos por estudantes e outras pessoas que frequentam o coletivo relatam visitar o campus por encontrarem ali um lugar de “escuta” sincera: “Aqui ninguém vai te julgar, você será ouvido e pode falar o que quiser” disse uma das estudantes do Proeja em um dos encontros; relato que apesar de não fazer parte de uma entrevista formal não pude evitar guardar na memória. Mais do que nunca no cenário sociopolítico atual do país, espaços coletivos como o Marielle Franco serão de extrema importância para a permanência e resistência da cultura popular.

Outra abertura com potencial para que essa comunidade acesse o campus é o projeto de horta iniciado recentemente por um grupo de estudantes do Curso de Meio Ambiente. Convidar a comunidade para que faça parte do processo de implantação e manutenção desse espaço seria uma forma de aproximá-los do campus, visto que uma horta comunitária, além de ser uma prática ambientalmente orientada, promove a coletividade e aproxima as pessoas no ato de fazer junto, potencializando novas formas de aprendizagem e troca de saberes.

Sobre a questão da urbanidade do bairro onde vive a comunidade da Av. A e onde está instalado o campus Alvorada todos os relatos que citam a prefeitura apontam para um desinteresse do agente público em resolver as demandas desta população, inclusive aos pedidos do campus Alvorada, que teve dificuldades de negociação para conseguir apoio nos mutirões. Os relatos dos entrevistados convergem no que diz respeito à máquina da prefeitura, que, supostamente, iria

recolher os resíduos depositados na Av. A, e apenas revolveu o material de uma ponta da rua para a outra, permanecendo o lixo no local, o que não resolveu nem amenizou o problema enfrentado pelas famílias.

Sendo a injustiça ambiental uma imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos favorecidas em recursos financeiros, políticos ou informacionais (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009), e estando essa comunidade enquadrada nesse perfil, afirmo que a população da Av. A, e toda a comunidade do entorno do campus Alvorada do IFRS está sofrendo com injustiças ambientais.

Em relação à visão dos entrevistados da “Av. A” sobre o campus Alvorada, há um sentimento de segurança atribuído especialmente à presença da portaria e algumas dúvidas acerca da possibilidade de adentrar o pátio, alguns porque não se sentem autorizados como os entrevistados Dignidade e Guerreira, outros porque relatam não ter tempo devido a jornada de mãe e esposa, como a entrevistada Sublime, outros gostam de frequentar o local em datas comemorativas e festas como Carisma e Desamparo.

O terceiro objetivo da pesquisa era *relacionar as observações de campo, com as práticas ambientalmente orientadas do mutirão de limpeza, a desigualdade ambiental e a educação popular*. Primeiramente, percebo que a área onde se localiza o campus Alvorada do IFRS pode ser enquadrada no perfil de “zona de sacrifício” ou “paraíso de poluição” de (ACSELRAD, 2004), uma vez que a região é ponto de deposição dos mais diversos resíduos, tanto pela comunidade da Av. A, que coloca o seu lixo domiciliar em valas escavadas em frente às moradias, quanto por moradores de outros bairros que munidos de carroças ou veículo próprio vão até o local para deixar móveis, materiais de construção, resíduo de poda ou corte de grama, e outros materiais de volume expressivo.

Assim como os movimentos por justiça ambiental destacam que os impactos ambientais são percebidos de forma diferente pelos “atores sociais”, que formam “redes de conexão” próprias (VIEZZER, 2007), os impactos ambientais sofridos pelo campus Alvorada, apesar de ocupar a mesma área da comunidade da Av. A, são percebidos de maneiras distintas e mais do que isso, são significados de formas diferentes. Se por um lado, por exemplo, o campus é prejudicado pela ausência de calçamento nas ruas, ou eventuais quedas de luz em dias de chuva, as pessoas que

vivem na Av. A vivem diariamente com esses problemas e com muitos outros de cunho básico como coleta de lixo e acesso a eletricidade.

Tomando como base os princípios básicos do movimento por justiça ambiental, diria que essa comunidade *sofre desproporcionalmente as consequências ambientais* materializadas nessas ausências de acesso a serviços básicos, *não tem acesso a informações* relevantes sobre o uso dos recursos ambientais, a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, *não participa da definição de políticas, planos, programas e projetos* que lhes dizem respeito e *não integra coletivos ou organizações populares*.

Penso que um exemplo da exclusão dessas pessoas no contexto socioambiental aconteceu também, involuntariamente, nos mutirões de limpeza, pois tanto a associação de bairro quanto o campus Alvorada não às convidou para a atividade, e nenhum dos entrevistados citou saber dos mutirões de limpeza antes de constatar a movimentação no ato de seu acontecimento.

No caso do campus, arrisco pensar que há duas possibilidades para não ter convidado a comunidade: a primeira pode estar vinculada ao fato de alguns estudantes pensarem que os moradores é que sujam o local, digo isso com base no grupo de discussão feito com os estudantes. O que não é uma verdade absoluta, pois há outras forças que atuam na situação. Ocorre que a coleta de lixo não passa nas casas da “Av. A”, nem entra na rua ocupada em frente ao campus. Por esse motivo, os moradores ou queimam o lixo, ou lotam a lixeira em frente ao campus. É claro que não podemos destacar uma pitada de desinformação acerca da questão do lixo urbano, o que seria apenas mais um agravante da questão. Além disso, moradores de outros bairros pioram a situação deixando outros materiais no local, como móveis velhos e outros resíduos. A segunda possibilidade é que realmente não tenha ocorrido aos elaboradores do mutirão convidar estas pessoas, o que se alinharia com a ideia de invisibilidade desses sujeitos.

No caso da associação de bairro, parece não haver uma abertura desta para os moradores. É possível que haja uma organização individual por parte da associação com interesses de legitimar o uso da área para moradia, porém não reconheça a importância da coletividade para o exercício da cidadania e reafirmação do pertencimento ao lugar, ou esteja atenta as demandas de outros moradores do entorno, que também moram em áreas ocupadas, e tenham esquecido de atender estes moradores especificamente.

Ao que se refere ao campus Alvorada do IFRS, encontrei muitas práticas ambientalmente orientadas principalmente organizadas pelos alunos e professores do curso técnico em meio ambiente integrado ao ensino médio, práticas estas que se expressam por uma série de hábitos e escolhas ecologicamente orientados.

Além da prática dos mutirões de limpeza, uma das mais expressivas atividades que instigaram essa pesquisa, os estudantes do campus Alvorada que participaram do GD, e uma parcela significativa dos frequentadores do campus incorporaram em seus cotidianos uma série de ações que vão à contramão do fazer industrializado como as feiras, brechós, o incentivo a produção artesanal de alimentos, a divulgação do artesanato local e reciclado, o apoio à arte de rua, a música, a cultura popular, o uso do transporte alternativo como a bicicleta, e o cuidado com os não humanos como os cães e a vegetação local. Esse comportamento, tanto de padrão coletivo, como de cunho socioambiental, me remete aos saberes e fazeres típicos da educação popular e da consciência socioambiental exercida pelos sujeitos que internalizaram as questões ambientais em seu cotidiano. Esses princípios, agregados ao cotidiano dos indivíduos, modificam as suas formas de agir e pensar o ambiente, a coletividade e a sua ação no mundo.

No campus Alvorada também há muito da educação popular. Essa educação popular, entendida como um exercício inclusivo e coletivo de diálogos e escutas atentas, onde os múltiplos saberes são considerados, e onde todas as pessoas e culturas “são fontes originais de saber” (BRANDÃO; STRECK, 2006, p. 42), aplica-se perfeitamente a esta instituição e a sua relação com a comunidade escolar, representada por estudantes, docentes, familiares e frequentadores do campus. Além disso, no campus há um esforço de mobilização, organização e capacitação científica e técnica das classes populares (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 19), exercida pelos docentes e gestores ao trabalhar os conteúdos ofertados nos cursos, assim como o interesse da construção de uma visão politizada e crítica de mundo. Desse modo, as ideias de autonomia e libertação elaboradas por Freire (2011a; 2011b), e de consciência crítica pensadas tanto por Freire (2011a), quanto por Vieira Pinto (1993) são organicamente exercidas no contexto desta instituição.

Nesse contexto a prática do mutirão de limpeza pode ser vista como uma inserção crítica e transformadora da realidade. Ao conversar com o agente público, identificando os seus “pontos de convergência e divergência” Viezzer (2007, p. 40),

e não obtendo grandes contribuições para a resolução do problema, os educandos e educadores do campus Alvorada, buscaram uma alternativa, um método para resolver o conflito socioambiental, no caso o mutirão de limpeza. Ao propor uma ação conjunta de mutirão, ultrapassando os muros da escola, os educadores do IFRS campus Alvorada promoveram, com os estudantes, uma experiência concreta de “ação-reflexão” (FREIRE, 2011a, p. 108).

Sobre o potencial das lutas populares Freire e Nogueira (1993, p. 25) defendem que “o conhecimento ‘se dá’ à reflexão através dos corpos humanos que estão resistindo e lutando, estão (portanto) aprendendo e tendo esperança”. Ao agir sobre o problema, os estudantes e a gestão do campus resistiram e lutaram, e assim puderam renovar suas esperanças de melhoria do ambiente no qual estão inseridos, vistos que o agente social “poder público” não foi sensível a sua causa. É possível dizer também que ao atuar na limpeza da rua, esses jovens recuperaram um pouco da “humanidade” negada a eles (FREIRE, 2011a, p. 41), subentendida aqui no direito de viver em um ambiente limpo e sadio, direito assegurado, inclusive, na Constituição Federal de 1988.

Para Freire (2011a, p. 74) constatar os problemas é o primeiro passo para intervir na realidade como “sujeitos de ocorrências”. Porém tomar uma atitude e compreender a rede de conexões que envolvem nossa vida requer um exercício reflexivo mais complexo do que o simples fato de nos adaptarmos às situações. Para Viezzer (2007, p. 41) “a vida necessita do movimento ‘de dentro pra fora’ – do individual para o coletivo”, e estando os moradores tão imersos na sua individualidade e necessidade, uma intervenção como um protesto, ou reivindicação popular em um órgão jurídico como o Ministério Público, que talvez repercutisse em uma ação mais concreta por parte das autoridades não passa pela cabeça do grupo.

Por isso, constato que a comunidade da “Av. A” ainda não conseguiu atingir um nível de reflexão e coletividade que proporcione uma mobilização capaz de reivindicar seus direitos. Tendo em vista que os excluídos socialmente em geral, tornam-se objeto de descaso, exatamente como explica o movimento de justiça ambiental, seria importante que essa comunidade se mobilizasse, pois “as resistências – a orgânica e/ou a cultural – são manhas necessárias à sobrevivência física e cultural dos oprimidos” (FREIRE, 2011b, p. 76). Porém, mesmo que a comunidade escolar do campus Alvorada se mobilizasse em um exercício de construção de novos significados acerca do problema socioambiental do lixo e do

descaso enfrentado na região, reconheço à dificuldade de inserção de diálogos dada à situação de extrema pobreza enfrentada por esta comunidade. Afinal, nesse momento, as lutas cotidianas e as lutas diárias pela sobrevivência (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 27), apresentam-se como prioridades de maior amplitude a estes sujeitos.

O campus Alvorada, ao efetivar o primeiro mutirão de limpeza exerceu uma ação sobre o problema enfrentado, o que mobilizou um pensamento crítico por parte de alunos e professores. Porém, ao constatar a necessidade de efetuar um segundo mutirão, poderia ter refletir acerca do fator que gera esse problema: *a falta do serviço de coleta de lixo na região*, que força os moradores a abarrotar a lixeira do terreno em frente ao campus com o seu resíduo domiciliar, *o terreno baldio em frente ao campus* que poderia ser uma área útil de lazer a comunidade ou deveria ser fechado pelo poder público a fim de evitar novas deposições, e a *relação dessas pessoas com o lixo*.

Ao conversar com as moradoras constatei que a percepção do que é lixo para elas se restringe aos materiais de grande porte abandonados no local, como móveis em desuso, resíduos de obra, restos de poda, eletrodomésticos velhos, entre outros materiais de mesmo padrão, ou seja, aquilo o que é deixado “pelos outros”. Com esse discurso, os moradores demonstram desconhecer o fato de que os resíduos domiciliares depositados em frente às moradias, queimados, e arremessados no córrego que passa no fundo das casas, por eles mesmos, também contribuem para a atração de vetores de doença e para a depreciação do ambiente. Tampouco, são capazes de refletir acerca da conjuntura socioambiental na qual estão imersos.

Na visão dos moradores não há nenhum serviço que funcione no local. No campus Alvorada os serviços funcionam, apesar de comumente faltar luz em dias de chuva, mas em geral funcionam bem. Também, no posto de saúde que fica em frente ao campus, funcionam os serviços de luz, água, saneamento em geral.

Sobre o campus Alvorada e sua significância nesse lugar é relevante fazer algumas considerações. Ao se instalar na cidade de Alvorada, e ofertar cursos para diversos estudantes dos bairros do município, o campus alvorada cumpre o seu papel e compromisso de oferecer uma educação, pública, gratuita e de qualidade aqueles que necessitam. Ao abrir as suas portas para que comunidade ocupe e seja protagonista do cenário, a instituição cumpre o seu papel de romper com a hierarquização dos saberes, oferecendo uma formação integral humana. Assim

como definiram as autoras Escott e Moraes (2012, p. 1500) ao descrever os IF's, o campus Alvorada possui uma política que reafirma a formação humana, cidadã, precedendo a qualificação para o trabalho, pois o compromisso nesse lugar é de humanização e aprendizagem ao longo da vida.

O respeito perante a diversidade foi identificado nos espaços que frequentei, como salas de aula, encontros de coletivos e eventos do campus, e a desconstrução da “autodesvalia” (FREIRE, 2011a, p. 70) acontece a todo o momento, podendo ser observada em conversa com os estudantes e frequentadores (as) do local. Nesse ambiente de acolhimento e pluralidade os (as) estudantes tem a oportunidade de descobrir seu potencial criativo e coletivo, e aprendem a lidar com os problemas cotidianos. Amparados por uma nova ótica que lhes promove autoestima, passam a refletir acerca das suas questões e a elaborar um pensamento crítico que cerca as adversidades vividas.

Nesse espaço de troca e compartilhamento de experiências “há uma certa clareza sobre aquilo por que se luta, há uma noção de remover obstáculos” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 22), no caso, luta-se contra o abismo que separa a comunidade da favela das classes privilegiadas, luta-se contra a violência, contra o individualismo, contra preconceitos.

No campus Alvorada, as opções coletivas que emergem para transcender as opressões sofridas, como as aulas de qualidade onde os docentes visam proporcionar uma visão holística de mundo e sociedade, as atividades de extensão nos coletivos Figueira Negra e Marielle Franco, os cursos pré-vestibular populares, os sarais literários e musicais, as assembleias de diálogo onde os estudantes são ouvidos, as mostras culturais, os espaços de lazer proporcionados pela instituição, demonstram resultados positivos como a retomada da autoestima da juventude que frequenta o campus e que passa a se sentir parte de algo bom, que lhes proporciona esperança de viver dias melhores.

Ao proporcionar a humanização nas diferentes interfaces o campus Alvorada diminui “a distância entre o sonho e a concretude do sonho” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 44), pois desperta nos moradores dessa periferia a possibilidade de acreditar que há outros caminhos possíveis, que o destino não é uma linha reta estabelecida e imposta à vida de cada um, e que as “pelejas” e conquistas pessoais e coletivas tomam forma quando nos libertamos de visões ingênuas acerca das coisas do mundo. O movimento que proporciona essa libertação das ingenuidades,

nessa instituição se constitui por intermédio da escuta atenta e solidária, e é na troca entre as diferentes visões de mundo que docentes, discentes e comunidade elaboram novas formas de agir e pensar. De acordo com Freire (2011a), “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” e é no “diálogo crítico” (FREIRE, 2011a, p. 72) e “descolonizador das mentes” (ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 15) que a comunidade escolar do campus Alvorada constitui o seu fazer junto, mediatizado por uma educação problematizadora.

Ao que se refere ao contexto socioambiental, ao lançar mão de uma “filosofia que resgata valores éticos, estéticos, democráticos e humanistas” (VIEZZER; OVALLES, 1994, p. 20), pautada em princípios que respeitam a diversidade cultural e natural, inclusive as especificidades étnicas, de gênero e classe, o campus Alvorada demonstra a internalização de questões ambientais, o que tem implicado na configuração de novas identidades nos indivíduos.

Outra questão que provém dessa instituição é o seu potencial como espaço público de lazer e cultura, acessível à comunidade alvoradense, pois, embora não tenha como escopo exercer essa função, indiretamente a cumpre em meio ao cenário urbano. Em frente ao campus o terreno público que é alvo de deposição de lixo tem potencial equivalente para se tornar uma praça pública, oferecendo mais qualidade de vida a esta comunidade, tema que poderia ser suscitado perante as autoridades públicas do município.

O objetivo geral dessa pesquisa era *compreender quais relações socioambientais se expressam entre o campus Alvorada do IFRS e a sua comunidade*. De acordo com os relatos que foram apresentados ao longo do texto, tanto dos entrevistados da comunidade quanto dos estudantes do campus Alvorada que se propuseram a participar do GD, e levando em consideração a observação participante efetuada ao longo do mestrado, é notório que a relação socioambiental que mais se expressou foi à injustiça ambiental vivida por todos os participantes da pesquisa.

Se por um lado os moradores da Av. A sofrem com o descaso das autoridades e resistem às dificuldades criando suas próprias maneiras de lidar com o lixo, a falta de segurança e o sentimento de abandono da comunidade, por outro, os estudantes do campus Alvorada também sofrem com a insegurança, a violência e a sujeira da cidade, porém em escala menor do que os moradores da Av. A. No entanto, quando se dirigem ao campus os estudantes vivenciam o mesmo descaso

vivido pelos moradores do bairro e embora não morem no local, percebem o impacto socioambiental vivenciado por estes moradores. Nessa conjuntura, estando o campus Alvorada localizado no mesmo ponto dessa comunidade, lugar claramente tratado como “zona de sacrifício”, os mutirões de limpeza se configuram como um comportamento de resistência e heterodoxia institucional em relação aos problemas enfrentados na região.

Minha intenção ao longo da pesquisa foi de visibilizar o trabalho efetuado nessa instituição, que procura ofertar uma educação pública, gratuita e de qualidade a comunidade alvoradense, por intermédio de cursos, atividades de extensão, lazer e cultura. Identifiquei um lugar que possui um grande potencial para ser um dos agentes sociais mais importantes dentro do município dada sua missão de quebra da hierarquização dos saberes, abertura para a participação da comunidade, formação de qualificação profissional de qualidade, constituição de cidadãos e cidadãs mais conscientes do seu papel na sociedade.

Periferia sim, com orgulho e com a dedicação e trabalho árduo de muitas mãos. Como disse Franco (2014), é importante mostrar que a favela não é um lugar de “vagabundagem”, mas um espaço de produção e de potencia onde os habitantes inventam formas de resistir. E é isso que o campus Alvorada representa nessa cidade: resistência. Resiste-se com arte, com música, com poesia, com democracia, com diversidade, com diálogo. Resiste-se com pluralidade, com força, com raça, com escuta. Resiste-se ao preconceito, ao desleixo, ao repúdio e ao desprezo daqueles que insistem em oprimir a vida livre do povo da favela. Nesse lugar, as pessoas se põem no mundo e por intermédio da oralidade falam da sua verdade.

Como afirmou Brandão (1993, p. 10) “muita coisa que o povo sabe... se faz melhor conhecimento... quando esse povo se organiza para mudar a cara da cidade, de acordo com as suas necessidades”. E foi isso que o campus Alvorada, me parece que fez com a prática dos mutirões, tentou mudar a cara da cidade, do seu lugar no mundo.

A comunidade da Av. A também inventa suas formas de resistir, trabalhando, sobrevivendo ao descaso, assim como os estudantes do campus Alvorada, estudando e lutando por um futuro mais promissor. Trabalham para manter o seu sustento, resistem contra as inúmeras ausências que são impostas as suas moradias. Sobrevivem à violência que mora ao lado. Mas a resistência da comunidade da Av. A é silenciosa e individual, pois, não se sentem autorizados a

reivindicar seus direitos àqueles que os impõem tantas negações. Não perceberam ainda a força da coletividade.

Seria interessante, e potencialmente benéfico seguir produzindo mais pesquisas na área da educação brasileira, que verifiquem em outros estudos o perfil institucional dos IFs localizados em periferias. Não tenho dúvidas de que esse processo de pesquisa me desafiou e que saio dele com a certeza de que identificar e visibilizar o que um campus como o Instituto Federal de Alvorada produz, demonstra abertura e compromisso com as classes populares, cumprindo seu papel conforme idealizado no projeto dos IF's. Ao atender ao compromisso de quebrar a hierarquização dos saberes, de respeitar a realidade local, e afirmar a pluralidade e a formação cidadã democrática constitui-se como um lugar inclusivo e cosmopolita. Um lugar onde as redes de conexão entre os sujeitos crescem de maneira orgânica e a comunidade resiste, luta, aprende e tem esperança, e embora ainda não consiga acolher toda a comunidade, como o distanciamento apontado em relação à comunidade da "Av. A, tem se esforçado para que essa aproximação ocorra, porém ainda carece repensar ações a esta comunidade que compõem a sua mesorregião.

Sigo comprometida com o campus Alvorada, em especial com o coletivo Marielle Franco, pois independente dessa pesquisa acadêmica que encerra um ciclo, esse lugar será meu ambiente de diálogo e intercâmbio com as pessoas que tive a honra de conhecer e quem sabe algum dia, o lugar onde eu possa exercer minha docência. Levo como compromisso oferecer uma apresentação pública da pesquisa a toda a comunidade, de deixar pelo menos duas cópias da versão final da dissertação à disposição da biblioteca do campus, assim como permanecer na luta por uma sociedade mais humanizada, solidária e plural, ciente de sua força e comprometida com as causas socioambientais. Afinal, é na obstinação que nós, povo que carrega o respeito à favela na vida e no coração, lutamos e existimos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALSERAD, Henri. Apresentação: De “bota foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: _____. (org.). *Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro*: Relume-Dumará, 2004b. p. 07-18.
- ACSELRAD, Henri. As práticas especiais e o campo dos conflitos ambientais. In:_____ (org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Heinrich Böll. 2004. P. 13-34.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental?* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995.
- ARAÚJO, Lair Medeiros de. *Aterro/lixão, mineração e moradores “sacrificados”*: conflitos ambientais e “alternativas infernais” na comunidade de Santa Tecla, Gravataí. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2017. 256 páginas.
- BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *Raízes de Alvorada: Memória, História e Pertencimento*, 2006. Editora: Est Edições.
- BENTIN, Priscila Caetano. *A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e sua proposta de Ensino Superior*. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Central da UNIRIO. 24/02/2014 124 p.
- BECKER, Marcia Regina. *A gestão dos processos no artesanato por meio da formação de mulheres artesãs*. (Dissertação de Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, CAPES, 2014.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. *Pesquisa Participante: a partilha do saber*. São Paulo. Ideias e Letras, 2006.
- BRANDÃO, C. R. Prefacio. In. FREIRE, P.; NOGUEIRA, Adriano. *Quefazer: teoria e prática em educação popular*. Local: Editora, 1993. p. 9-14.
- BRANDÃO, C.R. (Org.) *Pesquisa participante*. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRANDÃO, C.R. (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRASIL. *Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007* que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

BRASIL. *Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.*

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.* Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 de dezembro de 2008, Seção 1, p.1.

BRASIL. Ministério da Educação. *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica.* Concepções e diretrizes. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, Brasília: 2010.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades na escola. In: Pernambuco, Marta; Paiva, Irene. (Org.). *Práticas coletivas na escola.* 1ed. Campinas: Mercado de Letras, 2013, v. 1, p. 115-124.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; TONIOL, Rodrigo. Ambientalização, cultura e educação: diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo antropológico da educação ambiental. REMEA - *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, [S.l.], mar. 2013. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3393/2052>>. Acesso em: 15 de junho 2017.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura; FARIAS, Carmen Roselaine; PEREIRA, Marcos Villela. A missão "ecocivilizatória" e as novas moralidades ecológicas: a educação ambiental entre a norma e a antinormatividade. *Ambient. soc.*, São Paulo , v. 14, n. 2, p. 35-49, Dec. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2011000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2011000200004>.

COSTA, Rodrigo Gibbon; MACHADO, Caralós RS. O saneamento básico em São José do Norte (RS) e o Polo Naval: utopias, leis e discursos em conflito. In: Machado, Carlos RS; SANTOS, Floriano dos Santos; MASCARELLO, Marcela de Avellar (organizadores). *Conflitos ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil.* Porto Alegre: Evangraf, 2015. p. 193-209

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe.* 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2016.

EGGERT, E. As muitas margens da Educação Popular. In: Danilo Streck; Maria Teresa Esteban. (Org.). *Educação Popular. Lugar de construção social coletiva.* 1ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2013, v. 1, p. 143-150.

EGGERT, E. A produção de uma estética para o reconhecimento do trabalho artesanal de tecelãs. *INTERTHESIS (FLORIANÓPOLIS)*, v. 13, p. 222-238, 2016. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2016v13n3p222/32292>. Acesso em 03/02/2019.

ESCOTT, Clarice Monteiro; MOREAS, Márcia Amaral Correa de. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação

de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *IX Seminário Nacional De Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"* Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5. P. 1492-1508.

FLORIT, Luciano Félix. Conflitos ambientais, desenvolvimento no território e conflitos de valoração: considerações para uma ética ambiental com equidade social. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 36, p. 255-271, abr. 2016.

FRANCO, Marielle (Marielle Francisco da Silva). UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense. Defendida em 29 de setembro de 2014. Niterói, Rio de Janeiro. 136 p.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática de Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011a.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1993.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-274, jan./abr. 2011c. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13.pdf>>. Acesso em: 09 Mar 2018.

GABARRÓN, Luis R; LANDA, Libertad Hernandez. O que é a pesquisa participante? In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. *Pesquisa Participante: a partilha do saber*. São Paulo. Ideias e Letras, 2006. Páginas 93-121.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: L&PM, 2018. 400p.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Tradução de Eric Nepomuceno. 9ª Edição. Porto Alegre: L&PM, 2002. 270p.

GRÜN, Mauro. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. 14ª Edição. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2012.

IFFAR. *Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha*. Disponível em <<http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/20110693620341arquivoweb.id.1011.pdfIS>>. Acesso em 08 de Setembro de 2018.

IFRS. *Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul*. Disponível em:

<[http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201711074731848estatuto_ifrs_alterado_19_abril_16_\(1\).pdf](http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201711074731848estatuto_ifrs_alterado_19_abril_16_(1).pdf)>. Acesso em 08 de Setembro de 2018.

IFSUL. *Estatuto do Instituto Federal Sul Rio-grandense*. Disponível em:

<<http://www.ifsul.edu.br/estatuto-ifsul>>. Acesso em 08 de Setembro de 2018.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4ª ed. México: UNAM, 2005.

LEROY, Jean-Pierre; ACSELRAD, Henri. *Relatório-síntese: projeto avaliação de equidade ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento*. FASE, ETTERN Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / IPPUR. UFRJ, 2011. p.176.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier Layrargues.

MAGNANI, José G. "Etnografia como prática e experiência". In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15,n.32,p.129-156, jul / dez, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental crítica e movimento de justiça ambiental: perspectivas de aliança contra hegemônica na construção de uma alternativa societária. In: MACHADO, Carlos RS; SANTOS, Caio Floriano dos. (organizadores). *Conflitos ambientais e urbanos Debates, lutas e desafios*. Porto Alegre: Evangraf, 2013. P. 217-244.

MARTÍNEZ ALIER, Juan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. 1ª Edição. São Paulo: Contexto, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. In: Maria Cecília de Souza Minayo (org). Introdução. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORETTI, Cheron Zanini; ADAMS, Telmo. Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul. *Revista Educação Real*. Vol 36, nº 2, Porto Alegre: 2011, p 447-463 maio-ago. Disponível em http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em 14 março de 2018.

NEBEL, Gitana Cardoso da Silveira. Conflitos ambientais no Pontal da Barra, Pelotas/RS, e o debate em torno do modelo de "desenvolvimento" na região. In: Machado, Carlos RS; SANTOS, Floriano dos Santos; MASCARELLO, Marcela de Avellar (organizadores). *Conflitos ambientais e urbanos: casos do extremo sul do Brasil*. Porto Alegre: Evangraf, 2015. P. 193-209.

OLIVEIRA, Cleiton Luiz Freitas de. No meio do caminho tinha uma escola: Educação ambiental a partir dos injustiçados ambiental e educacionalmente na duplicação da BR-392 no extremo sul do Brasil. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal

do Rio Grande, FURG. Programa de pós-graduação em educação ambiental, Rio Grande, RS, 2016. 140p.

PACHECO, Eliezer Pacheco (Org.). *Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília: Editora Moderna, 2011.

PAIVA, Vanilda. *História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 7ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2015.

PÉREZ GOMES, Ángel I. *Educação na era digital: a escola educativa*. Porto Alegre: Penso, 2015.

RATTS, Alex. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REZENDE, Caetana. *Institutos Federais Lei 11.892/2008: comentários e reflexões*. Natal: IFRN, 2009, 70 p. Disponível em: <http://www.ifb.edu.br/attachments/4713_Lei%20n%C2%BA%2011.892%20-%20Comentada.pdf>. Acesso em: 08 de Setembro de 2018.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala*. Belo Horizonte, Minas Gerais. Letramento: Justificando, 2017.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SILVA, Katharine Ninive Pinto; RAMOS, Marise. O Ensino Médio Integrado No Contexto Da Avaliação Por Resultados. *Educ. Soc.* [online]. In press., pp.-. Epub May 21, 2018. ISSN 0101-7330. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302018186794>. Aceso em 08 de Setembro de 2018.

SILVA, Kátia Oliveira. Formação Docente no “Projeto Trajetórias Criativas” de uma escola do Município de Alvorada. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS. Defendida em Porto Alegre, ano 2018. 113 p.

SOUZA, Jessé. *Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro: LeYa, 2018. 288p

STRECK Danilo; ESTEBAN Maria Teresa (Org.). *Educação Popular - Lugar de construção social coletiva*. 1ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2013.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *Sete lições sobre educação de adultos*. 8ª Edição, São Paulo: Cortez, 1993.

VIEZZER, Moema Libera; OVALLES, Omar. *Manual Latino-americano de educação ambiental*. São Paulo: Gaia, 1994.

VIEZZER, Moema Libera. Pesquisa-ação-participante (PAP): origens e avanços. In: FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio (org). *Encontros e caminhos: formação de*

educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 279-294.

VIEZZER, Moema Libera. Atores sociais e meio ambiente. In: FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio (org). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2007. p. 35-46.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.32, n.2, p. 241-260, maio-ago, 2006.

ZACARIAS, Rachel. *Consumo, Lixo e Educação Ambiental: uma abordagem crítica*. Juiz de Fora: FEME, 2000. 88p.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: Andréa Zhouri, Klemens Laschefski. (Org.). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, v. 1, p. 439-462.

APÊNDICES

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Instituto Federal de Alvorada: partilhando saberes, construindo fazeres”, realizada pela mestrandia Gabrielli da Silva Pio Bertoldi, orientada pela Prof.^a Dr^a Edla Eggert do Programa de Pós Graduação em Educação da PUCRS, telefone (51)998060771. Necessitamos que seu pai/mãe/responsável autorize para que você participe. Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h.

O objetivo da pesquisa é compreender quais relações socioambientais se expressam entre o campus Alvorada do IFRS e a sua comunidade. Você só precisa participar da pesquisa se quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir. Os jovens que irão participar desta pesquisa têm de 14 a 18 anos de idade.

Os riscos durante o grupo de discussão são de invasão de privacidade, responder questões sensíveis, revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados, divulgação de dados confidenciais, ocupação do seu tempo.

A pesquisa será feita no IFRS Campus Alvorada, onde você, juntamente com seus colegas irá participar de um grupo de discussão onde contarão como é a experiência de participar de um curso técnico em meio ambiente integrado ao Ensino Médio e como foi à experiência nos mutirões de limpeza no terreno em frente ao campus. Para isso, será usado gravador de conversa e um questionário a ser preenchido em papel, e os nomes dos participantes serão resguardados com sigilo.

Os resultados da pesquisa serão publicados na dissertação de mestrado da mestrandia, bem como em apresentações junto ao IFRS em atividade a ser definida junto aos gestores do campus, para toda a comunidade.

Porto Alegre, ____ de _____ de _____.

Assinatura da(o) responsável do(a) jovem

Assinatura da mestrandia Gabrielli (51) 991518606
Edla Eggert Orientadora (51) 998060771

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Instituto Federal de Alvorada: partilhando saberes, construindo fazeres”, realizada pela mestranda Gabrielli da Silva Pio Bertoldi, orientada pela Prof.^a Dr^a Edla Eggert do Programa de Pós Graduação em Educação da PUCRS, telefone (51)998060771. Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h.

O objetivo da pesquisa é compreender quais relações socioambientais se expressam entre o campus Alvorada do IFRS e a sua comunidade. Você só precisa participar da pesquisa se quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir.

Os riscos durante a entrevista são de invasão de privacidade, responder questões sensíveis, revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados, divulgação de dados confidenciais, ocupação do seu tempo.

Você irá participar de uma entrevista onde irá contar como se sente morando perto de um Instituto Federal, se você conhece as dependências do campus e se reconhece as atividades exercidas pela instituição na comunidade. Para isso, será usado gravador de conversa e os nomes dos entrevistados serão protegidos e sigilosos.

Os resultados da pesquisa serão publicados na dissertação de mestrado da mestranda Gabrielli, bem como em apresentações junto ao IFRS em atividade a ser definida junto aos gestores do campus, para toda a comunidade.

Porto Alegre, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante maior de idade

Assinatura da mestranda Gabrielli (51) 991518606
Edla Eggert Orientadora (51) 998060771



QUESTIONÁRIO COMPLEMENTAR

Querido (a) estudante,

Estamos desenvolvendo uma pesquisa para compreender quais relações socioambientais se expressam entre o campus Alvorada do IFRS e a sua comunidade, e gostaríamos que as perguntas abaixo fossem respondidas para complementar a atividade de grupo de discussão.

Todas as informações serão tratadas com rigor e sigilo. Nomes e local de residência não serão divulgados.

Nome (podendo utilizar nome social)

.....

Telefone:.....

Idade: Como você se considera: homem () mulher ()

Estado civil: solteiro/a () casado/a () separado/a ()

outros

Tem filhos? Sim () não ()

número de filhos:

Tem irmãos/ãs? Sim () não ()

Número de irmãos/ãs:

Tem Religião:

Cidade e Bairro em que vive atualmente:

Há quanto tempo vive nessa cidade ou região?

Moradia:

Como quem você mora? Com os pais () com avós ()

com o companheiro/a () com parentes ()

Outros:

A pessoa de referência que criou você na infância foi?

Pais e Mãe () Somente Pai () Somente a Mãe () Avós () Somente a Avô ()
Somente o avô ()

Escolaridade:

Frequenta algum outro curso além do Curso Técnico Em Meio Ambiente Integrado
ao Ensino Médio? Se sim, qual?

.....

Situação atual:

Empregado () desempregado () estagiando()

Você tem expectativa de exercer a função técnica que está efetuando no IFRS Alvorada no futuro?

Escolaridade da mãe, ou mulher de referência do seu núcleo familiar:

Primeiro Grau/ Ensino Fundamental: completo () incompleto ()

Segundo Grau/ Ensino Médio: completo () incompleto ()

Ensino superior: completo () incompleto ()

Profissão da mãe ou mulher de referência no seu núcleo familiar:

.....

Escolaridade do pai ou homem de referência do seu núcleo familiar:

Primeiro Grau/ Ensino Fundamental: completo () incompleto ()

Segundo Grau/ Ensino Médio: completo () incompleto ()

Ensino superior: completo () incompleto ()

Profissão do pai ou homem de referência no seu núcleo familiar:

.....

Dados complementares:

Lazer preferido:

Você faz parte de algum grupo, associação, núcleo? sim () não ()

Se sim, qual o nome e quais as principais atividades realizadas pelo grupo do qual participa?

.....

.....

Há quanto tempo você está nesse grupo?

.....

Quantas vezes na semana costumam se encontrar?

.....

Onde costumam se encontrar?

.....

Onde conheceu esse grupo?

na vizinhança() na escola () no centro comunitário ()

no trabalho() outros

.....

Por que esse grupo é importante para você? sim () não ()

Muito obrigada por compartilhar suas informações!

ANEXOS

Os ninguéns

Eduardo Galeano
Livro dos Abraços

As pulgas sonham com comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chavinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:

Que não são, embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões praticam superstições.

Que não fazem arte fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não tem cultura têm folclore.

Que não têm cara têm braços.

Que não têm nome têm número.

Que não aparecem na história universal aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Tradução de Eric Nepomuceno. 9ª. Edição. Porto Alegre: L&PM, 2002. 270p.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br